

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ EUSTÁQUIO LEANDRO ASSIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

**SOCIOLOGIA HISTÓRICA CRÍTICA: O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA
LATINA E BRASIL DO SÉCULO XXI**

GOIÂNIA

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

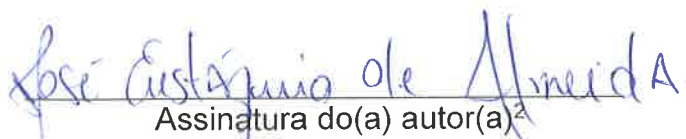
2. Identificação da Tese ou Dissertação: Nome completo do autor: José Eustáquio Leandro Assis Cavalcanti Albuquerque de Almeida

Título do trabalho: Sociologia histórica crítica: o neoliberalismo na América Latina e Brasil do século XXI

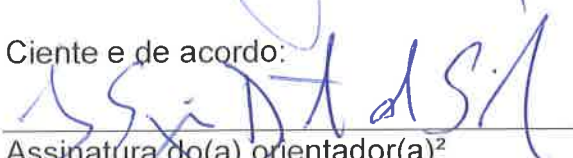
3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.


Assinatura do(a) autor(a)²

Ciente e de acordo:


Assinatura do(a) orientador(a)²

Data 08/09/2019

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

² A assinatura deve ser escaneada.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JOSÉ EUSTÁQUIO LEANDRO ASSIS CAVALCANTI ALBUQUERQUE DE ALMEIDA

**SOCIOLOGIA HISTÓRICA CRÍTICA: O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA
LATINA E BRASIL DO SÉCULO XXI**

DISSERTAÇÃO/TESE

Dissertação/tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção de título de mestre em História.

ORIENTAÇÃO: Prof. Dr: Luiz Sérgio Duarte da Silva.

LINHA DE PESQUISA: Poder, Sertão, Identidade.

GOIÂNIA

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Eustáquio, José Leandro Assis Cavalcanti Albuquerque de Almeida
Sociologia histórica crítica : o neoliberalismo na América Latina e
Brasil do século XXI [manuscrito] : / José Eustáquio Leandro Assis
Cavalcanti Albuquerque de Almeida. - 2019.
ix, 133 f.

Orientador: Prof. Luiz Sérgio Duarte da Silva.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História (FH), História, Goiânia, 2019.
Bibliografia.
Inclui abreviaturas.

1. História. 2. Sociologia. 3. Latino-América. 4. neoliberalismo. 5.
dialética. I. Duarte da Silva, Luiz Sérgio , orient. II. Título.

CDU 94(8)



PPGH

PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA UFG

Ata da Sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **José Eustáquio Leandro Assis Cavalcanti Albuquerque de Almeida**. Aos 15 (quinze) dias do mês de agosto de dois mil e dezenove (2019), com início às 14h30, nas dependências da Faculdade de História, teve lugar a sessão de julgamento da Defesa de Dissertação de Mestrado de **José Eustáquio Leandro Assis Cavalcanti Albuquerque de Almeida**, cujo título foi **“SOCIOLOGIA HISTÓRICA CRÍTICA: O NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA E BRASIL NO SÉCULO XXI.”** A Banca Examinadora foi composta, conforme portaria nº 048/2019-PPGH, de 12 de agosto de 2019, pelos seguintes Professores Doutores: **Luiz Sérgio Duarte Silva (Presidente), Francesco Guerra (PPGH/UFG), Rafael Saddi (PPGH/UFG), Emerson Divino Ribeiro de Oliveira (UFMA), Rodrigo Oliveira Marquez (IFG)** e, como suplentes **Eurico Antonio Gonzalez Cursino dos Santos (UnB)** e **Ulisses do Valle (PPGH/UFG)**. Os Examinadores arguíram na ordem acima citada. Às 18 horas a Banca Examinadora passou a julgamento em sessão secreta tendo sido o candidato aprovado.....

Prof. Dr. Emerson Divino R. de Oliveira (UFMA) - Ass.: Emerson D. R. de Oliveira.....

Decisão (APROVADO.....)

Prof. Dr. Rodrigo Oliveira Marquez (IFG) - Ass.: Rodrigo Oliveira Marquez.....

Decisão (APROVADO.....)

Prof. Dr. Francesco Guerra (PPGH/UFG) - Ass.: Francesco Guerra.....

Decisão (APROVADO.....)

Prof. Dr. Rafael Saddi (PPGH/UFG) - Ass.: Rafael Saddi.....

Decisão (APROVADO.....)

Presidente da Banca Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte Silva - Ass.: Luiz Sérgio Duarte Silva.....

Decisão (APROVADO.....)

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou os resultados e encerrou-a, da qual foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim, Cintila Alves Garcia, secretária do Programa de Pós-Graduação em História, e pelos membros da Banca Examinadora.

Coordenadora: Fabiana de Souza Fredrigo.....
Profa. Dra. Fabiana de Souza Fredrigo

Secretária: Cintila Alves Garcia.....
Cintila Alves Garcia

AGRADECIMENTOS

‘ Há homens que lutam um dia, e são bons;

Há outros que lutam um ano, e são melhores;

Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;

Porém há os que lutam toda a vida

Estes são os imprescindíveis”.

Bertold Brecht (Mãe Coragem e seus filhos).

Agradeço primeiramente a minha mãe e amiga a psicopedagoga Eva Assis Cavalcanti Albuquerque de Almeida e ao meu pai, bibliotecário e engenheiro civil já falecido, José Eustáquio Albuquerque de Almeida, a família como um todo, em disponibilizar financeiramente o acesso aos estudos e a educação em si, e possibilitar a minha formação de historiador na Universidade Federal de Goiás. Também a CAPES, pela ajuda no fomento à pesquisa universitária. Esse trabalho só foi possível devido ao conjunto de professores e amigos, que de forma dialógica e prática trouxeram novas idéias e reflexões críticas sobre o conceito de neoliberalismo e sua aplicação enquanto ideologia e sistema normativo de classe capitalista no Brasil e América Latina. São esses os professores: Prf. Dr: Luiz Sérgio Duarte, Prof. Dr: Rafel Saddi, e Prof.Dr: Francesco Guerra, ainda é possível uma alternativa a esse modelo de Estado e vida. Esse trabalho é dedicado principalmente ao movimento social estudantil de ocupações das Escolas, Faculdades, Universidade Públicas e Federais de todo o Brasil no ano de 2016, em defesa do conhecimento livre, sem fronteiras, com acesso a dignidade e desenvolvimento, a dialética da consciência, o direito a cidadania para todos. Em específico é uma homenagem ao camarada anarcocomunista *Guilherme Irich*, a sua memória de espírito intelectual e rebelde libertário, de caráter revolucionário, sua participação ativa na desobediência civil durante as ocupações da Universidade Federal de Goiás e Escolas públicas em Goiânia, contrários a péssima situação do ensino no Brasil e a qualquer tipo de autoridade capitalista burguês.

RESUMO: Essa dissertação/tese detém como objetivo uma análise de sociologia histórica crítica latina americana e brasileira sobre o programa *neoliberal* capitalista. Trata-se de ser um tipo de historicidade acerca desse sistema de pensamento, sua aplicação prática de Estado, especificidade e territórios, clivagens ideológicas, super-exploração enquanto nova modalidade de mais-valor na divisão internacional do trabalho, privatizações, normatividade de um *ethos* globalizado e interesses da elite ou classe burguesa, uma nova fase de acumulação do capital no século XXI. Portanto é uma análise das experiências concretas da luta de classes por onde esse programa foi sendo realizado e institucionalizado pelo Estado. Da Europa Ocidental para América Latina e Brasil. Processo de dependência ou subdesenvolvimento interdependente econômico político com E.U.A , hegemonia global . A perda de soberania, desindustrialização e crise de identidade nacional brasileira, atraso tecnológico e obscurantismo cultural.

PALAVRAS CHAVES: NEOLIBERALISMO, DEPENDÊNCIA, CAPITALISMO E GLOBALIZAÇÃO.

ABSTRACT: This thesis / dissertation aims to analyze critical Latin American and Brazilian historical sociology on the neoliberal capitalist program. It is about being a type of historicity about this system of thought, its practical application of state, specificity and territories, ideological cleavages, super-exploitation as a new modality of more value in the international division of labor, privatizations, normativity of an *ethos* and interests of the bourgeois elite or class, a new phase of capital accumulation in the 21st century. Therefore, it is an analysis of the concrete experiences of the class struggle through which this program was carried out and institutionalized by the State. From Western Europe to Latin America and Brazil. Dependent process or interdependent political economic with U.S.A., global hegemony. The loss of sovereignty, deindustrialization and crisis of Brazilian national identity, technological backwardness and cultural obscurantism.

KEY WORDS: NEOLIBERALISM, DEPENDENCE, CAPITALISM AND GLOBALIZATION.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	3
Resumo	4
Abstract.....	5
1-Introdução	7
CAPÍTULO 1.....	10
1– BREVE HISTORICIDADE: O QUE É ISTO O NEOLIBERALISMO?	
1.1 –O Colóquio Walter Lippmann e a sociedade Mont Pèlerin: a internacional neoliberal 1938-1957	
1.2 – A experiência neoliberal de Estado: a formação histórica da República Federal da Alemanha 1948	
1.3 – O Recuo do programa neoliberal: as décadas de 1950-1960 no mundo	
1.4 – A formação das experiências concreta do programa neoliberal: as décadas de 1970-1980 e a conjuntura global	
1.5 – América Latina: o programa neoliberal, o neofascismo da ditadura de Augusto Pinochet 1973-1990	
1.6 – O programa neoliberal e o consenso de Washington: América Latina e Brasil as décadas de 1980-1990	
1.7 O que é isto: <i>ethos</i> neoliberal?	
CAPÍTULO 2.....	54
2- A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NO BRASIL: FERNANDO COLLOR DE MELLO E ITAMAR FRANCO 1990-1994	
1.1-A formação histórica do programa neoliberal no Brasil: Fernando Collor de Mello e Itamar Franco 1990-1994	
1.2- O Plano Nacional de Desestatização (PND), as privatizações dos governos Fernando Collor e Itamar Franco 1990-1994	
1.3- O <i>Impeachment</i> de Fernando Collor 1990	

1.4- A transição neoliberal: o governo de Itamar Franco (PMDB), as privatizações de 1993-1994, a elaboração do Plano Real e a crise capitalista de 1996-1998

CAPÍTULO 3.....82

3- O NEOLIBERALISMO: A EXPERIÊNCIA DOS GOVERNOS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: PRIVATIZAÇÕES E LUTA DE CLASSES NO BRASIL 1995-2003

1.1 - A continuação da abertura econômica e as privatizações: Fernando Henrique Cardoso (PSDB)

1.2 - Luta de classes e autoritarismo neoliberal no campo: O massacre de Eldorado dos Carajás – Pará 1996

1.3 – Teoria da Dependência: Ensaio de interpretação sociológica neoliberal: Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto

1.4 – Neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo de Estado? : o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) 2003-2011

CONCLUSÃO110

BIBLIOGRAFIA115

INTRODUÇÃO

Essa tese deteve como objeto de trabalho buscar primeiro uma breve historicidade do conceito *neoliberalismo* e suas experiências de Estado capitalista, principalmente na América Latina e Brasil, buscando responder a questão: O que é isso o neoliberalismo? .Essa novidade de consciência de classe surge na Europa do entre guerras em 1930 na Alemanha, durante ascensão do nazismo e fascismo, se reuni e se fragmenta ideologicamente em movimentos de intelectuais burgueses nos anos de 1938 primeiro Paris e depois Suíça 1947, se efetiva parcialmente na Alemanha Ocidental do pós-guerra em 1948 enquanto experiência de Estado. Podemos chamar isso de um tipo de teoria da elite capitalista, a construção parcial do programa neoliberal. Durante as décadas de 1950-1960 é o período marcado pelo recuo do neoliberalismo enquanto programa no mundo. Com a eclosão das revoluções comunistas, o aparente auge do modelo keynesiano de Estado capitalista nos E.U.A , e a ascensão do Estado de Bem-Estar Social na Europa. A crise econômica mundial da década de 1970, com percas econômicas na guerra imperialista, o aumento do barril do petróleo, e a ascensão das revoluções comunistas, o neoliberalismo voltaria apenas no início de 1973 na América Latina, no Chile na ditadura de Augusto Pinochet, como forma de manter a hegemonia do grande capital norte-americano. Na década de 1980-1990 o neoliberalismo já se tornava um programa globalizado capitalista interdependente, relações econômicas e políticas, sendo tardiamente aplicado no Brasil nos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

Nesse sentido utilizou-se de uma relação metodológica entre Karl Marx e Michel Foucault. De Marx utilizou-se a matriz teórica do materialismo histórico dialético, a ferramenta da *historicidade* e a teoria do valor trabalho. De Foucault a questão do mapeamento do território e as experiências geográficas locais de Estado neoliberal e formas específicas de capitalismo e governamentalidade de classe, principalmente a dimensão de análise *psicossocial*, limitada no marxismo ortodoxo. A Pedagogia da exclusão social que o neoliberalismo provocou no mundo é um processo de marginalização da classe trabalhadora e perda de cidadania, a antítese entre *homo economicus* e o que denominei de *homo lumpem*. É também uma investigação histórica

social, portanto um trabalho de sociologia histórico crítico latino americano e brasileiro das experiências neoliberais de Estado e suas fases de acumulação do capital no século XXI, processo de globalização da economia nacional e internacional. Nesse sentido o processo de privatizações e abertura econômica, ao longo da história desse programa, não gerou medias satisfatórias para as classes subalternas. Esse processo de desindustrialização, desnacionalização, desterritorialização, norteamericanização da vida, são resultados também da nova fase de acumulação do capital, formação de um novo *ethos* capitalista. A super-exploração do trabalho e o subdesenvolvimento interdependente para América Latina e Brasil é um resultado real resultante das experiências neoliberais de Estado, nova fase da globalização.

Capítulo 1: a pergunta central: o que é isto o neoliberalismo? . Respondida dentro de seus limites por uma perspectiva histórica, foi inicialmente realizado um mapeamento intelectual dessa nova consciência de classe da burguesia européia, essa idéia de Estado e regras de economia de livre mercado, que depois se espalhou pelo mundo. Portanto o berço do sistema de pensamento neoliberal é na Alemanha dos anos de 1930, depois passa por um movimento de intelectuais em 1938 Paris, 1947 Suíça, e só consegue se reunir efetivamente no pós-guerra em 1948. A primeira experiência de Estado é na Alemanha na parte Ocidental, um novo tipo de democracia da elite, uma nova moeda e constituição, mas mantendo a lógica da acumulação capitalista e imperialista, da hegemonia econômica dos E.U.A . As décadas de 1950-1960 é o processo de recuo do programa neoliberal, avanço do keynesianismo, e das revoluções comunistas no mundo, descolonização Asiática e Africana. O ano de 1973, Chile de Pinochet é o retorno de forma forte do programa neoliberal. Até as décadas de 1980-1990 o neoliberalismo passou como imposição imperialista, e condição global de subdesenvolvimento interdependente para os países de capitalismo atrasado e péssima distribuição de renda. Bolívia, México, Peru, Venezuela, Argentina, Uruguai, Brasil, dentre outras experiências de Estado neoliberal, de forma lógica detém os limites nessa tese. Mas a hipótese central é que na Europa o neoliberalismo retirou o país de uma crise de Estado, levando a elite burguesa para o poder, mesmo que subordinada a hegemonia norte-americana no globo. Na América Latina as experiências foram diferentes, chegaram de formas ditatoriais, eleitoreiras democráticas, mas também com medidas autoritárias de Estado. Esse capítulo 1 detém também como objetivo a explicação histórica da passagem do neoliberalismo para América Latina.

Capítulo 2: a problemática ainda também é a mesma, momento de análise da formação histórica do Estado neoliberal brasileiro. Portanto uma crítica social econômica e política sobre a acumulação de capital durante os governos de Fernando Collor de Mello 1990-1992 - PRN, Itamar Franco 1992-1994-PMDB. Na verdade, trata-se da continuação de um mesmo programa ideológico neoliberal ou ação de Estado capitalista burgueses, continuando com flexibilização de abertura econômica interdependente com a hegemonia do grande capital norte-americano, vinculados aos acordos globais do FMI, BIRD, OMC, entre outros órgãos internacionais burocráticos capitalistas. Nesse sentido o neoliberalismo vem sendo aplicado de forma sistemática enquanto programa e normatividade cultural, desindustrializando setores essenciais para o desenvolvimento econômico, desnacionalização da coisa pública, desterritorialização da nação, e perda gradativa da cidadania ou desdemocratização da democracia, como por exemplo, as privatizações, a subalternização econômica interdependente entre tecnologia e *commodities*, um país da agroindústria e seus impactos ambientais, e processo gradual de corrupção. Nesse capítulo os pontos específicos discutem sobre os impactos do programa neoliberal brasileiro: Plano Collor I e II, as mudanças do Plano Nacional de Desestatização 1992.

Capítulo-3: o neoliberalismo e as experiências dos governos Fernando Henrique Cardoso: Privatizações e luta de classes 1995-2002. Trata-se de ser ainda uma crítica ao programa neoliberal, o processo gradual de privatizações organizado pelo PND e suas mudanças estruturais, a crise capitalista do plano real de 1996-1999 é também aqui analisada, a reeleição presidencial de 1998 de F. H.C e as mudanças na constituição de 1989, os limites do “ *milagre econômico brasileiro* ” da burguesia nacional, e as privatizações até 2003. É uma reflexão sobre a abertura econômica brasileira desse período, experiência que acarretou desindustrialização e subalternização econômica, perda de autonomia e crise de identidade nacional. A contradição também foi presente no cenário rural, o processo de desdemocratização do Estado neoliberal, como por exemplo, a ação violenta da burguesia brasileira na luta de classes no massacre de Eldorado dos Carajás, eliminação física e ideológica da oposição, contra a reforma agrária e passeata pacífica do MST no Pará 1996. Além disso, é levantado um debate teórico sobre os ensaios neoliberais de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falletto, em oposição à teoria da dependência marxista, liderada por Ruy Mauro Marini e seguidores. No final do capítulo é levantada a pergunta: neoliberalismo ou

neodesenvolvimentismo de Estado? , resposta possível para a clivagem e fronteira ideológica que existe no programa neoliberal brasileiro, a formação histórica do *neodesenvolvimentismo* dos governos de Luis Inácio Lula da Silva PT- 2003-2011.

CAPÍTULO 1: BREVE HISTORICIDADE: O QUE É ISTO O NEOLIBERALISMO?

1.1 O COLÓQUIO WALTER LIPPMANN E A SOCIEDADE MONT PÈLERIN: A INTERNACIONAL NEOLIBERAL 1938 -1947

É importante ressaltar que o conceito de *neoliberalismo*¹ é uma nova experiência ou registro histórico que se formou na Europa, em específico na Alemanha Ocidental na década de 1930 na Universidade de Freiburg. Uma nova intelectualidade com formação ideológica capitalista de classe burguesa, o surgimento de uma nova hermenêutica liberal crítica do liberalismo clássico moderno, a qual teve seu colapso na crise do capitalismo global interdependente de 1929, século XX. A formação de um novo movimento social concreto só foi ser realizada no ano de 1938, fase inicial do projeto neoliberal que foi interrompido devido à ascensão dos regimes totalitários, fascismo e nazismo, com a eclosão da 2ª Guerra Mundial e a dispersão e perseguição dessa intelectualidade, devido também ao racismo anti-semita. O novo encontro internacional só foi possível no pós-guerra. Com uma nova reunião em 1947, Mont Pèlerin, Suíça, podemos chamar esse momento de uma nova fase da acumulação do capital nos E.U.A , formação capitalista da hegemonia norte americana no mundo. A primeira Internacional neoliberal é registrada no Colóquio Walter Lippmann, realizado durante cinco dias em Paris, em Montpensier no ano de 1938, no Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, tratava da criação de um centro de estudos para renovação crítica do liberalismo clássico moderno, hermeneutas críticos de David Ricardo², e principalmente Adam Smith³, a teoria do valor-trabalho.

¹ “ A expressão *neoliberalismo* já havia sido utilizada antes do Colóquio, em partícula por Gaëtan Pirou: *Néo-libéralisme, néo-corporatisme, néo-socialisme*, Paris, Gallimard. “(DARDOT E LAVAL, p90, 2016).

² Dicionário de Política: “ (1772-1823): Economista e banqueiro inglês. Ao lado de Adam Smith, um dos mais notáveis representantes da economia clássica burguesa. Desenvolveu sistematicamente a teoria de acordo com a qual o trabalho humano é a única fonte do valor das mercadorias, determinado pela quantidade do tempo de trabalho. Embora suas investigações se tivessem limitado à grandeza do valor, superou até as últimas consequências os resultados obtidos por Adam Smith. Em sua obra principal, descobre o antagonismo econômico das classes e o exprime claramente. Mas, de outro lado, Ricardo permaneceu inteiramente estranho à noção do desenvolvimento histórico e, em consequência, também ao caráter histórico condicional do regime burguês. A ordem social baseada na livre concorrência e na propriedade privada pareceu-lhe a única “conforme a natureza”, imutável. Ricardo, um dos mais ricos banqueiros de Londres, foi o representante consequente dos interesses do capital bancário e da grande burguesia industrial, e, também como parlamentar, defendeu, em política econômica e social, todas as medidas favoráveis a essa classe. Obra principal: *Princípios de Economia Política (1817)* em que desenvolveu a teoria do valor de Adam Smith e formulou a teoria do salário natural, que mais tarde foi retomada por Lassalle sob o nome de “a lei de bronze dos salários”. Estabeleceu igualmente a lei da renda

Do ponto de vista historiográfico sobre o assunto, é importante a contribuição dos marxistas heterodoxos franceses. Pierre Dardot é filósofo, pesquisador da Universidade Paris-Ouest Nanterre-La Défense, especialista no pensamento de Marx e Hegel. Christian Laval é professor de sociologia, na mesma universidade. Essa tese detém como referência a obra: *A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a Sociedade Neoliberal*. Do ponto de vista metodológico⁴ crítico é uma relação entre Karl Marx e Michel Foucault no que tange o um novo debate sobre o conceito de neoliberalismo e suas experiências de Estado na Europa e no mundo. Segundo Dardot e Laval,

“ O colóquio realizou-se de 26 a 30 de agosto de 1938. O organizador dessa reunião internacional contando com 26 economistas, filósofos e funcionários do alto escalão de vários países da Europa, foi Louis Rougier⁵, filósofo francês hoje esquecido. Na época, ele era professor de filosofia em Besançon, adepto do positivismo lógico, membro do Circulo de Viena e já havia escrito várias obras e artigos que pregavam um “ retorno” ao liberalismo sobre novas bases “. (DARDOT, LAVAL, p67, 2016

funditária. Ricardo é o teórico, por excelência, da burguesia industrial. Marx lhe deve muito, assim como a Adam Smith , mas tirou dos princípios por eles estabelecidos conclusões inteiramente diversas. Ver a análise profunda e a crítica das concepções de Ricardo em: Karl Marx, Teorias sobre a *mais-valia* “ Disponível < <https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/r/ricardo.htm> >, acesso 2019.

³ “ Adam Smith foi um importante filósofo e economista escocês do século XVIII, teórico da burguesia européia, tornou-se um dos principais teóricos do liberalismo econômico. Sua principal teoria baseava-se na ideia de que deveria haver total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. A livre concorrência entre os empresários regularia o mercado, provocando a queda de preços e as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção. O desenvolvimento e o bem estar de uma nação advêm do crescimento econômico e da divisão do trabalho. Esta última garante a redução dos custos de produção e a queda dos preços das mercadorias. Defende também a livre concorrência econômica e a acumulação de capital como fonte para o desenvolvimento econômico, sua teoria da economia política foi conhecida pela expressão da “ Mão invisível “ que organizar o mercado: *A riqueza das Nações 1776* “. Disponível < https://www.suapesquisa.com/biografias/adam_smith.htm > acesso, 2019.

⁴ É importante destacar o artigo dos doutores em sociologia- USP, Daniel Andrade e Niton Ora: *Uma alternativa ao neoliberalismo: Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval* . A tese aqui levantada adota os dois autores Karl Marx (O Capital) e Michel Foucault(Nascimento da Biopolítica), como forma de explicar de forma crítica a historicidade do conceito de *neoliberalismo* e suas experiências concretas, a nova razão normativa do capital internacional e seus modos de poder , racionalidade política de Estado ou governo , na conduta da vida, a super-exploração do trabalho como nova modalidade mais valor . Pode ser chamado de sociologia histórico crítico latino americano, porque é aplicada a análise das experiências concretas da luta de classes nos territórios envolvidos com o programa neoliberal na América Latina, principalmente Chile em 1973 ao Brasil do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2011, nova fase do “ neoliberalismo neodesenvolvimentista “. A tese é uma forma de teoria crítica da história do Brasil.

⁵“ O traço comum entre as teses políticas de Rougier, que as desenvolveu em *La mystique démocratique*, com as de W.Lippmann, a favor de um governo das elites. “(DARDOT E LAVAL, p89, 2016).

A tese debatida no colóquio em Paris 1938, era sobre os limites do liberalismo clássico do *laissez-faire*⁶, da escola clássica de Adam Smith, como também o colapso da crise capitalista de 1929. A principal obra referencial foi o livro de Walter Lippmann: *La cité Libre*, na qual surgia uma nova teoria de Estado neoliberal, a refundação de uma nova ciência política burguesa com a intervenção jurídica do Estado no policiamento do livre mercado, a nova ideia da governamentalidade⁷ e os limites da fobia de intervenção do Estado na regulação da economia de livre concorrência e competição do mercado, experiência histórica que só se efetivou no pós-guerra em 1948. Uma nova ação prática de Estado, um tipo de democracia das elites capitalistas ocidentais. Essa fobia do antigo Estado nazista foi resolvida como a criação da República Federal da Alemanha Ocidental. A questão central é a ideia de Estado, ainda se manteve como forma de organizar a economia, uma nova burocracia institucionalizada. Podemos chamar essa experiência de primeira formação histórica do Estado neoliberal na Europa do pós-guerra. A expressão da linha dominante do Colóquio em 1938 foi duramente criticada pelos próprios neoliberais, devido também as clivagens ideológicas desse mesmo movimento intelectual na Europa, ainda no entre guerras, a oposição a esse novo liberalismo foi liderada pelos “novos liberais ortodoxos”, a Escola neoaustriaca, que teve a expressão maior de Ludwig Von Mises⁸, e seu principal aluno F.Hayek. Segundo Pierre Dardot e Christian Laval,

“ Lionel Robbins na Inglaterra, Jacques Rueff na França, estavam juntamente com os austríacos Von Mises e Hayek, estão entre os mais conservadores em matérias doutrinárias. As divergências sobre as análises da grande crise são particularmente significativas dessas duas opções possíveis. O adjetivo “austro-americano” designa aqui os economistas que emigraram para os Estados Unidos ou os norte-americanos que

⁶ Dicionário Financeiro: “ Os fisiocratas franceses eram compostos por grandes pensadores da economia clássica, como François Quesnay e Vincent de Gournay, que adotaram a frase "laissez faire, laissez aller, laissez passer, le monde va de lui-même" ("deixai fazer, deixai ir, deixai passar, o mundo vai por si mesmo"), articulando a necessidade de existir um livre mercado. A expressão *laissez-faire* passou a ser utilizada para descrever os comerciantes ou consumidores em ação, sem um governo que os controlasse. A principal defesa das ideias de livre mercado surgiu pelo economista e pensador escocês Adam Smith, os defensores do liberalismo, explicando a razão de o termo ser usado em língua francesa. ” Disponível < <https://www.dicionariofinanceiro.com/laissez-faire/> >, acesso 2019.

⁷A tese da *governamentalidade* é apresentada por Michel Foucault: *Nascimento da Biopolítica*, 1979.

⁸ “ L. Von Mises: *Socialismo 1938. A ação humana: tratado de economia 1949. A mentalidade anticapitalista 1956*, obras da vertente liberal ortodoxa “. Seu principal aluno na Escola neo-austriaca ou “ austro-americano “, Israel Kirzner : *The Meaning of Market Process: Essays in the Development of Modern Austrian Economics* (Londres, Routledge, 1992) , *Concurrence et esprit d’entreprise* (trad. Raoul Audouin, Paris, Economica, 2005)”.(ibem ,2016).

se alinham à escola austríaca moderna, cujas duas figuras teóricas e ideológicas mais importantes são Ludwig von Mises e Friedrich Hayek⁹, e Israel Kirzner ‘. (DARDOT, E LAVAL, pg130, 2016).

Podemos afirmar então que essa clivagem ideológica neoliberal aconteceu no Colóquio Walter Lippmann em 1938 . Robbins, Rueff, Hayek, Von Mises, são associados à Escola ‘ neoaustríaca ‘ do novo liberalismo ortodoxo, vinculados ainda a tese clássica do livre mercado da escola de Adam Smith, a nostalgia de um livre mercado autorregulado. Rourgir, Lippmann, e os teóricos alemães do ortoliberalismo¹⁰ ou Escola de Freiburg, vinculados a nova tese da intervenção limitada do Estado na economia de livre mercado, ora é uma contradição entre os próprios neoliberais na Europa do entre guerras.

‘François Denord comenta essas palavras da seguinte maneira: ‘Em público, Rüstow respeita as regras do decoro universitário, mas, em particular, confessa a Wilhelm Röpke a péssima opinião que tem de Friedrich Hayek e Ludwig von Mises: ‘ o lugar deles é no museu, conservados em formol. São pessoas desse tipo que são responsáveis pela grande crise do século XX’. François Denord: ‘*Aux origines du néolibéralisme en France*’.(DARDOT E LAVAL,p90 2016).

Na prática o que acontece é que W.Lippmann, L.Rougier e os alemães W.Röpke e Alexander Von Rüstow criticavam abertamente a metafísica do livre mercado, uma nova ruptura com a mística do mercado autorregulado de forma

⁹‘No ano de 1950, Hayek aceitou uma cátedra na Universidade de Chicago, o mais famoso centro americano de especialistas que defendem a economia de livre mercado. Permaneceu em Chicago até 1962. De 1962 a 1969, ocupou uma cátedra em Freiburg, base acadêmica do professor Eugen Böhm-Bawerk, onde foi Professor Emérito, Em 1944 publicou o best-seller *O Caminho da Servidão (Road to Serfdom)*, editado pelo Instituto Liberal. O livro foi um brado de alerta contra os movimentos políticos (da esquerda em 1974, ganhou o Prêmio Nobel de Economia. Hayek procurou mostrar que a tendência de substituir-se a ordem espontânea e infinitamente complexa de mercado por uma ordem deliberadamente criada pelo engenho humano e administrada por um sistema de planejamento central acabava resultando inexoravelmente no empobrecimento e na servidão’’. <<https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/friedrich-august-von-hayek/>>, acesso 2019.

¹⁰‘ Inteligência neoliberal da década 1930, vinculados a Universidade de Freiburg im Breisgau , economistas como Walter Eucken, jurista Franz Böhm e Hans Grossman -Dorteh , o ortoliberalismo é a forma alemã do neoliberalismo , a que vai se impor-se após a guerra na República Federal da Alemanha em 1948. O termo ordo, resulta da ênfase desses teóricos em uma nova ordem constitucional e procedural,em uma economia de mercado’’. (DARDOT E LAVAL ,pg 94 , 2016).

espontânea. É o surgimento de uma nova consciência de classe burguesa, teorias e filosofias da história sobre o próprio liberalismo clássico, uma nova razão governamental, projeto ainda em andamento, sendo interrompido pela eclosão da 2ª Guerra Mundial, e voltando a se realizar em 1947, Suíça, em Mont Pèlerin.

1.2 – A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL DE ESTADO: A FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA OCIDENTAL 1948

Nesse sentido o neoliberalismo é um sistema governamental capitalista, uma nova alternativa ao capital, e sua crise de acumulação na Europa. Independente das suas variantes, todos esses intelectuais citados, desenvolveram conforme suas obras uma nova teoria da elite capitalista. As visões de mundo e de classe dessa intelligentsia da burguesia, o que prática podemos dizer que são contrários ao: fascismo, nazismo, comunismo, keynesianismo, Estado de bem-estar Social, ou até mesmo qualquer tipo de socialismo experimental de cunho anarquista, que tenha se formado durante o século XX no mundo. É um tipo de filosofia da concorrência do jogo de livre mercado, da competição em torno das regras, códigos estabelecidos pelo Estado de forma forte. A hipótese é que essa ruptura neoliberal não foi só um movimento de intelectuais da burguesia, uma nova razão e consciência de classe capitalista, defensores do livre mercado de forma violenta. É uma nova filosofia da história que ainda mantém a ideia de Estado enquanto órgão institucional capaz de governar a vida, com suas regras e imperativos do mercado, uma nova ontologia¹¹. Essa nova ação de Estado se realizou no ano de 1948, no pós-guerra, uma nova ideia de democracia para as elites, tendo como experiência concreta a República Federal de Ludwig Erhard¹², lado capitalista da Alemanha, ainda vinculada também às decisões dos aliados e principalmente da hegemonia do capital norte americano, potência global do período.

¹¹ Acerca da reflexão sobre ontologia marxista esse trabalho utilizou como ferramenta metodológica a obra do filósofo comunista húngaro Gyorgy Lukács: *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: ontologia hoje tornada possível*, 1969.

¹² “Ludwig Erhard: *La prospérité pour tous* (trad. Francis Brière, Paris, Plon, 1959), p. 7 [ed. bras.: Bem-estar para todos, trad. Ana de Freitas, Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1984]. “

Nesse sentido a primeira experiência concreta do neoliberalismo, mesmo que seu programa ainda não fosse um todo global, teve seu sucesso inicial como forma de retirar a Alemanha, destruída economicamente, das ruínas do nazismo. Essa nova refundação do Estado, agora neoliberal, foi uma forma de democracia da burguesia, uma nova elite vinculada aos acordos com E.U.A e demais aliados, consolidaram a primeira experiência neoliberal no mundo, a reforma monetária de 1948, influenciada pelos economistas e sociólogos alemães W.Eucken¹³ e W.Ropke¹⁴, é marco desse registro histórico. Assim surgia uma nova constituição na Alemanha, o que não convém longos detalhes, devido aos limites dessa tese, podemos chamar isso de Estado descentralizado de tipo Federal capitalista, e democracia para a elite, fazendo parte de uma nova ordem global em desenvolvimento.

O quadro geral do neoliberalismo foi esboçado em 1930, antes de F.Hayek tomar a frente do movimento na esteira de *O Caminho da Servidão*. As relações dessa fase inaugural e a evolução do neoliberalismo após 1947 e a criação da sociedade Mont-Pèlerin não são apenas contínuas, mas sim um esforço de unificação das clivagens neoliberais em torno de um novo programa global do capitalismo. F. Hayek fez parte desse conjunto maior de intelectuais que refundaram o antigo liberalismo, com novas teorias e ‘‘ códigos de reflexões ‘‘. Do ponto de vista historiográfico sobre essa nova fase do movimento intelectual neoliberal pós 2º Guerra Mundial, está mais detalhado no ensaio do sociólogo marxista Perry Anderson: *Balanço do Neoliberalismo*¹⁵. Trata-se de ser uma referência central, um enfoque crítico de alcance global, a formação dos programas neoliberais ao longo da Europa.

‘‘ Em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construía não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste mesmo período, F. Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlerin, na Suíça. Entre participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano. Na seleta assistência encontravam-se Milton Friedman, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter

¹³ ‘‘Walter Eucken, *Das ordnungspolitische Problem* ‘‘, *Ordo-jarbuch für die ordnung der wirtschaftundgesellschaft*, 1948, Freiburg. ‘‘

¹⁴ ‘‘Wilhelm Ropke, *Civitas Humanas ou les questions fondamentales de La reform économique et sociale* ‘‘. Paris, 1947.

¹⁵ ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In PÓS-NEOLIBERALISMO (orgs. SADER, Emir e GENTILI, Pablo). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Aí se fundou a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de franco-maçonomia neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos. Seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. (ANDERSON, 1998).

Ao buscar, portanto a historicidade do *neoliberalismo*, primeiro como sistema de pensamento na Alemanha em 1930, depois como movimento social intelectual em Paris no ano de 1938 no Colóquio W. Lippmann, e sua continuação no pós-guerra em 1947 na Suíça, reunidos por F.Hayek. Esses são os registros históricos da formação dessa nova ideologia de classe neoliberal, uma nova racionalidade governamental que se institucionalizou e tornou-se experiência concreta na República Federal da Alemanha em 1948. Podemos também chamar essa experiência de uma nova fase do capitalismo global, entre Europa e E.U.A de um tipo de interdependência econômica , como forma de manter a hegemonia econômica norte americana no mundo , no lado ocidental capitalista .

Ao terminar a 2º Guerra Mundial, em 1945, os líderes dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha e da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), reunidos na Conferência de Potsdam, decidiram dividir a Alemanha, temporariamente, em quatro zonas de ocupações: a zona francesa, a sudoeste; a inglesa, a noroeste; a norte-americana, ao sul; e a soviética, a leste. A cidade de Berlim, localizada dentro da zona soviética, também foi dividida entre as quatro potências. Segundo A Deutsche Welle, emissora internacional da Alemanha que produz jornalismo independente,

“ Embora recebesse ajuda dos EUA desde 1946, foi só com o programa de luta contra "a fome, a pobreza, o desespero e o caos" que a Alemanha Ocidental recebeu o impulso decisivo para iniciar sua reconstrução. O chamado Plano Marshall disponibilizou 1,4 bilhões de dólares de 1948 a 1952. Após unir suas três zonas de ocupação, os aliados ocidentais – Estados Unidos, França e Reino Unido – decidiram, em 20 de junho de 1948, implantar uma reforma monetária e criar um Estado provisório sob seu controle. Um mês depois, cada cidadão alemão pôde trocar 40 Reichsmark (a moeda vigente até então, instaurada em 1924) por 40 unidades da moeda então introduzida pelos Aliados: o marco alemão (Deutsche Mark, ou DM). Para empresários e autônomos, a relação de troca era mais favorável. Com o surgimento de dois Estados, a Alemanha tornou-se o marco divisório de dois blocos e sistemas político-econômicos antagônicos liderados pelos EUA, de um lado, e pela União Soviética

do outro. Konrad Adenauer, da União Democrata Cristã (CDU), foi eleito primeiro chanceler federal da República Federal da Alemanha em 1949, encabeçando uma coligação dos novos partidos políticos. A "economia social de mercado" introduzida por seu ministro da Economia, Ludwig Erhard, trouxe o progresso era o chamado "milagre econômico do pós-guerra". (DEUTSCHE WELLE, 2019).¹⁶

Ora podemos afirmar, portanto que a experiência do neoliberalismo na Europa no ano de 1948-49 foi progressiva como forma de manter a elite burguesa no poder, um tipo de monetarismo e nova institucionalidade de Estado democrático interdependente, a questão é que se na Alemanha Ocidental o neoliberalismo foi uma forma de controle da hegemonia capitalista norte americana, junto aos aliados que venceram a guerra, o programa reaparece de forma autoritária e ditatorial no Chile de 1973, pioneiro do neoliberalismo latino-americano, o que será analisado mais a diante, como forma de manter essa mesma hegemonia em crise na década de 1970.

1.3 O RECUO DO PROGRAMA NEOLIBERAL: AS DÉCADAS DE 1950-1960 NO MUNDO

Segundo o economista Ricardo Gaspar em seu artigo: *A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos*,

“ Após as experiências traumáticas da primeira metade do século XX e das constantes ameaças de colapso sistêmico, fracassos esses associados acima de tudo à patente incapacidade da concepção liberal em lidar com as novas realidades econômicas, e ante a aproximação do final da II Grande Guerra e a vitória dos aliados, delegados de 44 nações se reuniram na cidade britânica de Bretton Woods, em julho de 1944. Naquela ocasião, foram definidas as bases de gerenciamento econômico internacional do pós-guerra e fixadas às regras para as relações comerciais e financeiras entre os países mais industrializados do mundo. Ficou estabelecida a indexação da taxa de câmbio das principais moedas em relação ao dólar e uma paridade fixa desse em relação ao ouro. Novas instituições foram criadas, como o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD –, o atual Banco Mundial, e o Fundo Monetário Internacional – FMI. O sistema de Bretton Woods foi o primeiro exemplo, na história mundial, de uma ordem monetária totalmente negociada, tendo como objetivo governar as relações monetárias entre estados-nações

¹⁶ Disponível <<https://www.dw.com/pt-br/a-divis%C3%A3o-da-alemanha-de-1945-a-1989/a-958753>>, acesso, 2019.

independentes. No esforço de promover a cooperação internacional sobre uma base consensual e estável, deve ser citada, também, a criação, em 1945, da Organização das Nações Unidas – ONU. ” (GASPAR, 2015).

É interessante apontar que os E.U.A , se formava economicamente como a maior potência capitalista imperialista da década de 1950 até 1960 , no pós guerra . Entretanto esse avanço capitalista do grande capital foi barrado pelo cenário das Revoluções Comunistas pelo mundo. U.R.S.S se tornava na parte oriental da Europa a maior potência de oposição a hegemonia norte americana. “ A incorporação de países da Europa oriental ao bloco socialista e, em 1949, com a vitória da revolução comunista na China. Essa nova realidade geopolítica planetária, de cunho ideológico, aliada ao confronto militar que irrompeu na Coreia no início da década de 1950, forneceu o pretexto para maciças injeções de recursos norte-americanos para o fortalecimento de sua capacidade bélica, o que envolvia gigantescas transferências ao exterior com fins bélicos. Era a guerra fria, que marcou a política e as economias globais na segunda metade do século XX. ” (GASPAR, 2015).

Nesse sentido o keynesianismo demonstrava seu ápice enquanto programa econômico nos E.U.A mantendo boas relações com o Welfare State ou Estado de Bem-Estar Social , como forma de reconstrução interdependente do capitalismo mundial do pós-guerra . Na verdade uma forma de estratégia governamental de Estado como forma de afastar da Europa a ameaça do avanço comunista no globo. Os trabalhadores se viram obrigados a negociar com seus patrões, uma forma também de suspender a luta de classes nos países ocidentais capitalistas. O que ocorreu na prática foi uma maior distribuição de renda nesses países o que fez de forma sistêmica afastar ou recuar os programas e a ideologia neoliberal, que só voltariam com força em 1973 como forma de controle da crise da hegemonia norte americana no globo, desencadeada pelo cenário da guerra fria e avanço do comunismo nas décadas de 1950 e 1960. ” Tanto no caso da URSS e dos países sob sua esfera de influência direta – que incluíam, fundamentalmente, os países da Europa Oriental, aos quais se somariam, anos depois, Cuba e mais algumas nações na Ásia e na África –, como no caso da China, o bloco socialista como um todo apresentou vigorosas taxas de crescimento econômico até os anos 1960, pois se tratava da construção dos estágios iniciais da industrialização pesada,

o departamento de bens de capital, e da incorporação forçada da quase integralidade dos recursos nacionais para atingir tal objetivo ”. (GASPAR, 2015).

O período da década de 1950 e 1960 é marcado pelas experiências revolucionárias nacionalistas, descolonização do imperialismo dos E.U.A, na África e Ásia. Nesse sentido a tese é que a interdependência capitalista desse período acelerou o progresso da Europa e E.U.A, enquanto América Latina e países em desenvolvimento econômico , industrializados de forma tardia e interdependente , se tornavam apêndices dos acordos globais capitalistas , imposição de uma nova divisão internacional do trabalho que foi sendo rompida em meio a luta de classes .

“ O subdesenvolvimento, pelo contrário, era uma condição, a qual só poderia ser superada rompendo-se com a divisão internacional do trabalho que delegava a um grupo de países – o centro capitalista – a produção industrial, e ao outro grupo, o fornecimento de matérias-primas agrícolas e minerais. Diferentemente do que preconizava a teoria das vantagens comparativas, semelhante especialização do comércio internacional não levava à prosperidade geral, mas sim ao empobrecimento e atraso de uns (a periferia) e à concentração dos frutos do progresso técnico nos países centrais. Era uma situação crônica que perpetuava a miséria e a dependência da periferia” (GASPAR, 2015).

No Brasil, à época do segundo governo Getúlio Vargas (1951-1954), bem como no período presidencial de Juscelino Kubitschek e seu Plano de Metas (1956-1960), o avanço da industrialização era notável, de qualquer forma ainda interdependente. Esse surto de industrialização desenvolvimentista teve seus limites, o que também acabou endividando o país. Os anos 1950-60 foram marcados pelo espírito de prosperidade e desenvolvimento. Neste contexto, a construção de Brasília, como representação do que havia de mais moderno, significava a superação do Brasil atrasado, coroando os anos 1950-60 como os “ anos dourados “, por exemplo: geladeira, liquidificador, televisão, aspirador de pó e a calça Lee, que hoje chamamos apenas de jeans, é uma idéia de modernidade capitalista, uma forma de nacional desenvolvimentismo, diferente do neoliberalismo.

Nos países mais pobres, os planos de desenvolvimento, a reforma agrária, as recomposições demográficas, os investimentos públicos e a cooperação internacional

propiciaram anos de esperança em um futuro melhor para seus povos, em boa medida frustrados depois da crise dos anos 1970.

“ Como decorrência dessa nova situação, assistiu-se, ao longo das décadas de 1960 e 1970, a uma miríade de movimentos de contestação anti-sistêmicos em todo o mundo, que atravessavam um amplo espectro político e ideológico, com fortes conotações culturais. Referimo-nos a revoltas estudantis em praticamente todas as grandes cidades do mundo rico (dos quais a revolta de 1968 em Paris é a mais impressionante expressão), mas também em muitas metrópoles do terceiro mundo; massivas mobilizações pacifistas e de desobediência civil (contra a convocação à guerra do Vietnã nos Estados Unidos, por exemplo). De igual modo, governos nacionalistas ou reformistas, de forte conteúdo anti-imperialista, bem como movimentos guerrilheiros de esquerda que algumas vezes chegavam (ou ameaçavam chegar) ao poder representavam outros elementos de instabilidade a até então aparentemente inabalável ordem mundial do pós-guerra. Esses governos foram pródigos em nacionalizar empresas de propriedade norte-americana ou tentar impor limites à sua atuação. As reformas incluíam – ou projetavam – aumento da presença do Estado na economia e alterações perigosas para os setores dominantes internos na correlação de forças, em benefício de interesses populares. “ (GASPAR, 2015).

O Movimento dos Países não Alinhados, criado na Conferência de Bandung, na Indonésia, em 1955, que chegou a congregar mais de uma centena de nações, também se constituiu, na prática, um poderoso instrumento internacional de pressão contra os interesses norte-americanos. Segundo como consta no documento: *Opera Mundi: Hoje na História, termina a Conferência de Bandung*, pelo jornalista Max Altman,

“ A Conferência de Bandung expressava o crescente sentimento de frustração e alienação entre as nações assim chamadas de ‘não alinhadas’ da África, Ásia e Oriente Médio. Eram nações que preferiram manter-se ‘ neutras ’ durante a Guerra Fria, acreditando que seus interesses seriam preservados não se alinhando nem à URSS nem aos EUA. Em abril de 1955, representantes de 29 dessas nações, como Iugoslávia, Egito, Indonésia, Índia, Iraque, República Popular da China, reuniram-se para analisar as questões consideradas mais prementes. Vários discursos e resoluções condenaram o colonialismo e o imperialismo, conclamando pela libertação de todos os povos e nações subjugadas. O racismo em todas as suas formas foi igualmente criticado, sendo que o sistema de apartheid da África do Sul foi particularmente objeto de duras denúncias. Essas nações também conclamaram pelo fim da corrida de armas nucleares e a completa eliminação das armas atômicas já existentes. A mensagem fundamental de muitas das sessões era a mesma: a batalha da Guerra Fria entre os EUA e a URSS tinha pouco sentido para as nações que lutavam pelo seu desenvolvimento econômico, pela melhoria das

condições de saúde, e melhores colheitas de alimentos e contra as forças do colonialismo e do racismo. ” (ALTMAN, 2010).¹⁷

A crise da década de 1970 é marcada, portanto também pela reconstrução da Europa industrialmente, das revoluções comunistas, do progresso do bloco socialista no mundo, das crises do petróleo e das derrotas militares dos E.U.A no cenário mundial.

1.4 A FORMAÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS CONCRETAS DO PROGRAMA NEOLIBERAL: AS DÉCADAS DE 1970-1980 E A CONJUNTURA GLOBAL

Segundo o sociólogo marxista inglês Perry Anderson: no breve ensaio: *O balanço do neoliberalismo*, o ano de 1947 é marcado pelo retorno a internacional neoliberal. O programa neoliberal se efetivaria em finais década de 1970 na Europa e no mundo, como forma de resolver a crise do capitalismo interdependente internacional da hegemonia norte americana, processo de declínio dos modelos keynesianos nos E.U.A e do intervencionismo Estatal da social democracia europeia na forma do Bem- Estar Social . A expressão “ *era de ouro* ” do capitalismo é utilizada para explicar a experiência das décadas de 1950 e 1960, essa idéia é do historiador e sociólogo marxista inglês Eric J, Hobsbawm: *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991* análise crítica sobre o avanço do imperialismo norte americano no mundo, crises e recuo do capitalismo de tipo neoliberal de Estado, conforme Perry Anderson .Começava no Chile em 1973 e depois na Inglaterra em 1979 , e posteriormente ganharia o mundo na década de 1980.

“ A hegemonia desse programa não se realizou do dia para a noite. Levou mais ou menos uma década, nos anos de 1970 , quando a maior parte dos governos da OCDE- Organização Européia para o Desenvolvimento e Comércio , ainda tentavam utilizar modelos keynesianos as crises econômicas. Mas ao final da década em 1979, surgiu a oportunidade. Na Inglaterra foi eleito o governo de M.Thatcher, o primeiro regime de um país de capitalismo avançado publicamente empenhado em por em prática o programa neoliberal. Um ano depois, em 1980 R.Reagan chegou a presidência dos .E.U.A . Em 1982, Kohl derrotou o regime social liberal de Helmut Schimit, na Alemanha. Em 1983, a Dinamarca, controle da coalização de

¹⁷ Disponível < <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/3788/hoje-na-historia-termina-a-conferencia-de-bandung> >, acesso 2019.

direita, governo de Schuler. Em seguida, quase todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria, também viraram a direita “. (ANDERSON, 1995).

Na Europa, portanto a primeira experiência do programa neoliberal se deu em 1979, com M.Thatcher. Segundo o jornalista Jairo Cubano: *Jornal inverte neoliberalismo e sufocamento da classe trabalhadora,*

“ Alguns nomes ganharam notoriedade como representantes do neoliberalismo, como a “Dama de Ferro” Margareth Thatcher, primeira ministra da Inglaterra nos anos de 1979 a 1990, que governou sobre o princípio do anticomunismo, perseguindo com severidade o movimento sindical grevista e elevando consideravelmente o nível do desemprego após os cortes no setor público com os processos de privatização de empresas estatais. O presidente dos Estados Unidos da América entre os anos de 1981 e 1989, Ronald Reagan, e o Chanceler alemão Helmut Kohl, também ficariam conhecidos como grandes líderes neoliberais anticomunistas”. (Jornal Inverte 13 de janeiro de 2011).¹⁸

Existe uma historiografia mais analítica e crítica sobre essas primeiras experiências do neoliberalismo da elite europeia na Inglaterra, Segundo o geógrafo marxista David Harvey: *Uma breve história do neoliberalismo,*

“ O fenômeno Thatcher não teria surgido, e muito menos vencido, não fosse à séria crise de acumulação do capital durante os anos 1970. A estagflação prejudicava a todos, e em 1975 a inflação disparou para 26% e o desemprego chegou a 1 milhão de pessoas. As indústrias nacionalizadas drenavam recursos do Tesouro, ensejando um confronto entre o Estado e os sindicatos. Em 1972 e, novamente, em 1974, os mineiros britânicos (de uma indústria nacionalizada) fizeram greve pela primeira vez desde 1926. As vanguardas das batalhas trabalhistas britânicas lutavam por melhoria de salários, que não acompanhavam a inflação da década de 1970. Thatcher colocou na ordem do dia o monetarismo e o rígido controle orçamentário. Altas taxas de juro se traduziram em altas taxas de desemprego (passando da média de 10% em 1979-84; e o Trades Union Congress [a central sindical britânica] perdeu em cinco anos 17% de seus membros). O poder de barganha do trabalho se enfraqueceu. Alan Budd, conselheiro econômico de Thatcher, mais tarde sugeriu que "as políticas dos anos 1980 de atacar a inflação estrangulando a economia e os gastos públicos eram uma estratégia encoberta para neutralizar os trabalhadores". O país criou aquilo que Marx denominou "exército industrial de reserva". (HARVEY, 2005).

¹⁸ Disponível < <https://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/437/debate/neoliberalismo-e-o-sufocamento-da-classe-trabalhadora> >, acesso 2019.

Podemos traduzir a expressão “ exército industrial de reserva “ de Marx como aumento gradual do desemprego, a flexibilização da força de trabalho e processo de exploração de mais valor, já iniciado na Inglaterra, pioneira na Europa do processo de privatizações¹⁹, abertura comercial e interdependência econômica global com E.U.A , que na década de 1970 entrava em crise , colapso do keyensianismo nesse país , a crise definitiva desse programa na década de 1980 , a aplicação do neoliberalismo no governo Ronald Regan²⁰ 1981-1988 , e avanço do anti-comunismo . Um debate mais detalhado sobre neoliberalismo norte-americano está na historiografia marxista francesa Gérard Duménil e Dominique Lévy²¹. Pode-se analisar que em 1979 e na década de 1980 o neoliberalismo se espalhou na Europa do norte, enquanto a Europa do Sul tentava aplicar “ programas socialistas”, que devido o colapso da hegemonia capitalista norte americana, durante a derrota da corrida armamentista, para a principal rival econômica, na época URSS. O socialismo burocrático de Estado ou sistema soviético de produção, que também entrou em colapso em finais da década de 1980, a chegada do neoliberalismo na Rússia, junto com a queda do Muro de Berlim. A década de 1990, experiência governamental de Estado do governo Boris Yeltsin vinculado agora ao

¹⁹ “ Margareth Thatcher, privatizou tudo o que pôde, desde companhias hidroelétricas, de comunicação, sanitárias e ferrovias entre outras. Thatcher, para obstruir um sindicato de 500.000 pessoas, acabou provocando uma greve e ao invés de negociar, cortou a maioria das conquistas trabalhistas, quebrou-se a espinha do trabalhismo inglês. A desigualdade entre o maior e o menor salário se ampliou bruscamente com redução do nível de emprego. No final do século XIX, 20% da população se empregavam em serviços domésticos, esse número caiu a 8% na década de 80 e a 12% pós década de 90. “(CORREIA E MAGALHÃES): *A política neoliberal como redutora das possibilidades de criação de novos empreendimentos*, 2003.

²⁰ Segundo o jornalista Hernando Ospina: ‘ *Le Monde diplomatique : Política Latino Americana : Na Nicarágua , a sobrevida do sandinismo ‘ eleito presidente em 1981,Ronald Regan chegou a declarar que a Nicarágua era o “problema número um” de segurança nacional. Alguns meses antes, em abril de 1980, a quase totalidade dos membros da oligarquia nicaragüense havia se retirado da Frente. Unida à elite somozista, a burguesia apoiou os planos de desestabilização da revolução. Em Honduras, El Salvador e Costa Rica, militares e mercenários americanos e ‘cubano-americanos” conduziam as forças contrarrevolucionárias, os “contras”, até a fronteira com a Nicarágua. “Ateus”, “belicistas”, “comunistas”, “regime totalitário exportador da revolução”, “traficantes de drogas” etc. Esses eram os termos utilizados pelo jornal nicaraguense La Prensa em sua campanha internacional de difamação da revolução. Apesar da destruição que provocaram – 29 mil mortos no final do conflito –, os “contras” fracassaram militarmente. Em 1984, os sandinistas obtiveram ampla vitória nas eleições presidenciais e legislativas, e Washington mergulhou em escândalos: em 1986, veio à tona a vendas de armas ao Irã e o tráfico de cocaína institucionalizado pela Central Intelligence Agency (CIA) a partir da Colômbia para financiar os “contras”. Em 1987, os americanos foram condenados pela Corte Internacional de Justiça de Haia por destruir os portos da Nicarágua’.* (OSPINA, 2009). Disponível:< <https://diplomatique.org.br/na-nicaragua-a-sobrevida-do-sandinismo/>>>, acesso 2019.

²¹ DUMÉNIL E LÉVY, *A crise do neoliberalismo* (2011), *Neoliberal Income Trends: Wealth, Class and Ownership in the, USA* (2004) e *Neoliberalismo - Neo-imperialismo* (2007).

capitalismo internacional e sua nova fase de acumulação do capital, uma formação histórica tardia.

Na Europa Ocidental, ‘‘ na prática arrastou os governos socialistas a nova onda do neoliberalismo global. Mitterrand França, Gonzáles Espanha, Soares Portugal, Craxi Itália, Papandereou Grécia. ‘‘ Mas o projeto fracassou, e já em 1982 e 1983 o governo socialista da França se viu forçado pelos mercados financeiros internacionais a mudar seu curso dramaticamente e reorientar-se para fazer uma política muito próxima à ortodoxia neoliberal ‘‘. (ANDERSON, 1995). A era de ouro da hegemonia keynesiana entrou em colapso na década de 1970, devido à crise da Guerra Fria. A perda na guerra da Indochina (Laos, Camboja e Vietnã²²), as duas crises do petróleo mundial, e os gastos enormes na corrida armamentista, os governos optaram pela saída ideológica ao programa neoliberal, de forma global interdependente. A crise do modelo de Bem-Estar-Social na Europa, também entrou em colapso, por não manter o equilíbrio capitalista nos países tanto do norte como do sul da Europa Ocidental, retomando a luta de classes. Essas experiências fragmentadas, apesar de ser um todo local, não é foco central dessa tese, mas fazem parte da formação histórica das experiências neoliberais no mundo. O neoliberalismo enquanto programa foi ganhando espaço também na Europa Oriental, devido ao colapso da URSS na década de 1990, o retorno ao capitalismo ‘‘ norteamericanizado ‘‘. Segundo consta no jornal do *Estadão: Alta do Petróleo Fez País viver crise nos anos de 1970*, escrito pela jornalista Liz Batista,

22 Escrito pelo jornalista Paulo Andrade: *Jornal da USP-FFLCH: Fim da Guerra do Vietnã* ‘‘ O maior impacto geopolítico da Guerra do Vietnã ocorreu, na realidade, muito antes da queda de Saigon em 1975. As principais mudanças geopolíticas tiveram início por causa do amplo choque provocado pela Ofensiva Tet, em 1968. Durante 48 horas as guerrilhas realizaram um ataque repentino, coordenado em diferentes regiões do país e direcionado, sobretudo, às cidades. Os territórios nos quais havia um maior controle dos Estados Unidos e do Vietnã do Sul pareciam ser alvos fáceis de ataque e até mesmo a embaixada norte-americana foi ocupada por algumas horas. Simbolicamente, a ofensiva foi um grande sucesso para os comunistas e provocou um grande choque. A partir daquele momento o movimento antiguerra nos Estados Unidos cresceria e o governo seria pressionado a encerrar a intervenção. A partir de 1969, o governo Nixon se empenhou em continuar a Guerra no Vietnã A fuga dos últimos soldados, diplomatas e correspondentes de imprensa de Saigon, competindo caótica e desesperadamente por um lugar nos helicópteros que evacuavam a embaixada norte-americana em 1975 deram, de fato, um final humilhante para a guerra. Este evento somado ao escândalo de Watergate, espionagem e escândalos de corrupção, e a renúncia de Nixon em 1974 deixaram os Estados Unidos em uma grave crise política que se prolongaria durante anos. Não é à toa que na primeira eleição após estes eventos, o candidato vitorioso (Carter) foi aquele que prometeu recuperar a moralidade na política norte-americana. ‘‘(ANDRADE, 2018). Disponível < <https://www.fflch.usp.br/576> >, acesso 2019.

“ O primeiro choque do petróleo teve início em outubro 1973, quando os países árabes membros da Opep embargaram o fornecimento de petróleo para os Estados Unidos, Japão e Europa Ocidental em represália à ocupação de territórios palestinos pelos israelenses durante a Guerra do Yom Kippur. O embargo obrigou alguns países europeus e o Japão a racionar energia e levou o mundo à recessão. O Brasil não foi diretamente atingido pela decisão da Opep, o bom relacionamento com as nações produtoras garantiu o fornecimento. No entanto, o aumento das importações afetou nossa balança comercial. O crescimento retraiu. Então, para dar fôlego ao milagre econômico, o governo passou a tomar mais empréstimos no exterior. A dívida externa do País saltou de US\$ 17,2 bilhões em 1974 para US\$ 43,5 bilhões em 1978. O segundo choque, em 1979, foi iniciado pela Revolução Iraniana, que derrubou o Xá Reza Pahlevi em fevereiro de 1979, e agravado pela Guerra Irã-Iraque iniciada em setembro de 1980, eventos que afetaram as exportações desses dois países. O preço do barril de petróleo bateu recorde e o mundo viveu uma nova crise. Os choques de 1973 e 1979 ajudaram a compor o precário cenário da econômica brasileira na década de 1980, com encolhimento do PIB, moratória e inflação galopante “. (BATISTA, 6 de dezembro de 2014).²³

É importante ressaltar que a crise da hegemonia norte americana resultou em impactos interdependentes locais e globais. Em finais da década de 1970 e início dos anos de 1980 os programas neoliberais voltavam como alternativa racional de Estado, como seus novos códigos e normatividade institucional capitalista. No caso da América Latina o Chile em 1973 foi à experiência pioneira, servindo como modelo e laboratório do monetarismo da Escola chilena de Economia, influência de Milton Friedman, e os acordos das elites capitalistas empresarias.

A questão e problemática é estabelecer um processo de unidade, das experiências e fragmentações ideológicas acerca do sistema de pensamento, movimento social, organizações de Estado, discursos e práticas do neoliberalismo no mundo, a fase financeira especulativa do grande capital norte americano e as relações interdependentes. A hipótese é que a globalização é resultado desse processo de expansão do imperialismo, ou neo-imperialismo, que mantém o mesmo conteúdo mais mudando as formas na história. Esse debate é levantado pelo sociólogo e economista Sadd Filho no artigo: *Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo?*

“ todas as experiências neoliberais compartilham traços importantes. Alguns são relativamente abstratos e universais, como o poder

²³ Disponível: < <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,alta-do-petroleo-fez-pais-viver-crise-nos-anos-1970,10618,0.htm> >, acesso 2019.

crescente das finanças e as limitações cumulativas da democracia política, enquanto outros são relativamente concretos e específicos a cada país, como as privatizações e a disseminação de organizações não-governamentais em áreas que, anteriormente, pertenciam ao domínio do Estado. As experiências neoliberais são completamente inseparáveis de processos globais de complexidade similar, especialmente o imperialismo e a globalização. A ideologia neoliberal é fragmentada demais para oferecer uma representação coerente da sociedade. Ao invés disso, ela fornece um discurso nebuloso baseado em noções pouco definidas de “liberdade individual” “concorrência” e “democracia”, que justificam um conjunto de políticas estatais frouxamente articuladas, mas que favorecem sistematicamente o capital em geral e as finanças em particular”. (SAAD-FILHO, 2011).

1.5: AMÉRICA LATINA: O PROGRAMA NEOLIBERAL: O NEOFASCISMO DA DITADURA DE AUGUSTO PINOCHET 1973-1990

A primeira experiência do programa neoliberal na América Latina se consolidou com o golpe de Estado no ano de 1973 no Chile, de forma autoritária, vinculado ao regime de Estado neofascista do governo de Augusto Pinochet, uma contradição entre democracia e neoliberalismo econômico e político. Se a experiência de 1948 na Alemanha Ocidental foi progressista para a Europa em reconstrução, na América Latina a luta de classes se acirrou, somando a onda de privatizações e extermínio da oposição na luta de classes. O golpe de Estado, e a ocupação militar do palácio de La Moneda, foi o exemplo concreto dos limites do discurso e prática antidemocrática da elite neoliberal, ideologicamente, racionalmente governando o Estado de forma autoritária e hegemônica, vinculados de forma interdependente a economia dos E.U.A. O Estado do ex-presidente eleito de forma democrática, o socialista Salvador Allende, foi uma ruptura histórica e a implementação a força do programa neoliberal latino americano.

No livro do cientista político e historiador marxista argentino Atilio A. Boron²⁴: *Estado, Capitalismo e Democracia: Entre Hobbes e Friedman: Liberalismo*

²⁴ BORÓN, Atilio. Os ‘novos leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). Pós-neoliberalismo II – que Estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999”.

“ BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra,

econômico e despotismo burguês na América Latina. Segundo Boron ‘ ‘ Um exemplo transparente disso é proporcionado por Milton Friedman²⁵ em seu famoso *Capitalism and Freedom*, e seu outro texto *Liberdade de Escolher*, texto que cumpriu o papel de verdadeiro evangelho liberal nas mais recentes gerações de economistas ortodoxos e que resume, de certa forma, toda uma série de princípios cuja aplicação teve deploráveis efeitos práticos sobre a vida de milhões de latino - americanos ‘ ‘. (BORON, 1994).

Segundo Atilio Boron, ‘ ‘ o professor Friedman foi o mais importante economista que orientou a formação de doutores do programa neoliberal. A sua influência foi notável no Chile de 1973-1990 ‘ ‘. (BORON, 1994). A experiência concreta da nova fase de acumulação da elite capitalista chilena e norte americana neoliberal tiveram grande influência no Fundo Monetária Internacional, o Banco Mundial e outros. A idéia de liberdade da democracia da elite neoliberal não existiu na América Latina nesse período, marcado por submissão ao neofascismo de Estado, como a formação de campos de concentração latino americano no Chile, o que corrobora para a hipótese dessa tese, a do neofascismo como singularidade histórica concreta da luta de classes naquele período, somado as ondas de privatizações do programa neoliberal, fracasso do monetarismo dos *Chicago Boy*²⁶s, intelligentsia burguesa da Universidade

1995”.

_____. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. 2. ed. Trad. de Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994”.

²⁵” intelectual burguês da Universidade de Chicago, escreveu *Capitalismo e Liberdade*, 1962 publicada nos E.U.A . O economista norte-americano Milton Friedman é atualmente o decano da Sociedade do Mont Pèlerin, tendo participado de sua fundação, em 1948, com Friedrich Hayek. Em 1976 ganhou o prêmio Nobel de Economia, dois anos após Hayek. Outros colegas seus da Universidade de Chicago também fariam jus ao prêmio, entre os quais se destacam George Stigler (também fundador da Sociedade do Mont Pèlerin) e Gary Becker. Os estudos de econometria levaram Milton Friedman a fundar a chamada “escola monetarista” que, em síntese, estabelece uma forte correlação entre a oferta de moeda e o nível de atividade econômica”. < <https://www.institutoliberal.org.br/biblioteca/galeria-de-autores/Milton-friedman//>>. Acesso, 2019.

²⁶” A maioria destes economistas recebeu sua instrução econômica básica na escola de economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile, e foram mais tarde estudantes de pós-graduação na Universidade de Chicago, os responsáveis pelo "Milagre do Chile", denominação dada pelo economista norte-americano Milton Friedman (The Miracle of Chile). Os Principais Chicago boys que atuaram no Chile durante a ditadura de Pinochet foram: Jorge Cauas ministro das finanças , 1975- 1977), Sergio de Castro (ministro das finanças , 1977-1982) , Pablo Baraona ministro da economia , 1976-1979), José Piñera (ministro do trabalho e aposentadoria , 1978 -1980 e ministro de Minas , 1980- 1981 , Hernán Buchi (ministro das finanças 1985-1989. Embora tenham realizado seu doutorado na Universidade de Columbia e não em Chicago , Buchi pode ser considerado um Chicago boy devido sua finalidade ideológica em relação ao neoliberalismo) Alvaro Bardón (ministro da economia , 1982-1983), Juan Calors Méndez (diretor do orçamento , 1975-1981 , Emlío Sanfuentes (conselheiro econômico do Banco Central do Chile) Sergio de la Cuadra (ministro das finanças , 1982-1983), Miguel Kast (ministro do planejamento 1978-1990) Martín Costabal (diretor de Orçamento 1987-1989), Juan Ariztía Matte (superintendente do sistema de Previdência Privada 1980-1990) Maria Teresa Infante (ministra do trabalho 1988-1990)”: Em :http://www.wikiwand.com/pt/Pontificia_Universidade_Católica_do_Chile.. Acesso,2019.

de Chicago, a Administração para a Cooperação Internacional e Pontifícia Universidade Católica do Chile, ligados ao economista norte americano Milton Friedman, e associados diretamente como técnicos da ditadura de Augusto Pinochet.

Segundo Carlos Federico Domínguez Ávila, doutor em História das Relações Internacionais no seu artigo: *O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação*. O envolvimento da administração de Richard Nixon na conspiração que resultou na derrocada do governo da Unidade Popular, no suicídio político de Allende e no colapso da democracia chilena, são temas amplamente documentados e discutidos na literatura especializada. Do ponto de vista historiográfico sobre a relação interdependente do capitalismo chileno e norte americano é importante o trabalho do historiador norte americano Peter Kornbluh, o diretor do Projeto de Documentação do Chile, do Arquivo de Segurança Nacional e do Projeto de Documentação de Cuba. O qual teve acesso a documentos especializados reunidos em seu livro: *The Pinochet file A Declassified Dossier on Atrocity and Accountability*, análise crítica sobre o projeto da elite burguesa neoliberal chilena e a relação com a política externa dos E.U.A nesse período do capitalismo interdependente da guerra fria . Outra hipótese levantada nessa tese é que enquanto na Europa e nos E.U.A o neoliberalismo já realizava uma forma de extração de mais valor ou modalidade específica de exploração da força de trabalho pela elite capitalista local , nos países subdesenvolvidos ou em fase de industrialização tardia abortada , como no Chile , as privatizações geraram uma nova forma de super exploração do trabalho latino americano , devido ao aumento do desemprego e nova divisão internacional do trabalho , com um Estado autoritário e neofascista de governamentalidade política dentro de uma economia liberal de livre mercado em competição desleal no cenário internacional , em economia um tipo de intercambio desigual a qual denominei de *subdesenvolvimento interdependente*, vinculado-me as análises de Ruy Mauro Marini²⁷ : *Dialética da Dependência* , sobre o conceito de *super exploração do trabalho* .

²⁷ O conceito de dependência, econômica e política surge na América Latina com a historiografia crítica marxista na década de 1960- 1970 como resultados do processo de discussão sobre o subdesenvolvimento e o desenvolvimento dos países subalternos diante do cenário global do capitalismo ligado ao estudo do colonialismo e imperialismo. A idéia foi elaborada por um conjunto da *intelligentsia* marxista: André Gunder Frank: *O inimigo Imediato*, Theotonio dos Santos: *Dependencia y cambio social* (Subdesenvolvimento e dependência). Ruy Mauro Marini: *Dialética da Dependência: (Considerações metodológicas sobre a aplicação do marxismo na América Latina)*. Vania Bambirra: *O capitalismo dependente latino americano*. Optou-se aqui pelo conceito de dependência e super-exploração do trabalho de Ruy Mauro Marini, um novo modelo de análise sobre a teoria do valor-trabalho, uma nova modalidade

A tese aqui levantada é um trabalho de sociologia histórica crítica da econômica política neoliberal na América Latina e Brasil ou sociologia latina americana, em fronteira com a filosofia no que tange a questão: O que é isto o neoliberalismo? .Um trabalho de teoria crítica da história, uma possível resposta mediante a historicidade e experiências concretas do neoliberalismo, na luta de classes em cada território.

No caso do autoritarismo aberto e da violência de Estado da ditadura de Augusto Pinochet, o neoliberalismo não conseguiu manter o seu discurso de democracia na prática. Podemos chamar a experiência de 1973 a 1990 como uma formação histórica de tipo neofascismo latino americano. Segundo a historiadora e cientista política Priscila Antunes: *O sistema de Inteligência chileno no governo Pinochet*,

“ Embora já atuasse em fins de 1973, a Dirección de Inteligência Nacional/DINA foi inicialmente implementada sem qualquer norma jurídica pelas Forças Armadas e seus vários ramos, que respaldasse sua atuação. O Departamento de Inteligência seria oficialmente transformado em DINA em janeiro de 1974, sendo que sua constituição formal se produziria apenas em 11 de junho daquele ano. O Decreto 521 responsabilizava a DINA por colaborar com o governo chileno de forma imediata e permanente, por proporcionar de forma sistemática e devidamente processada, toda informação requerida, no sentido de adequar suas resoluções no campo da segurança e do desenvolvimento nacional, e por adotar as medidas necessárias ao resguardo da “segurança nacional” e ao desenvolvimento do país. A (DINA) seria conduzida por Manuel Contreras desde sua criação não oficial em 1973, até sua extinção em 1977. O artigo 10 autorizava à agência a realização de buscas, de prisão e transporte de pessoas, assim como a manutenção em cárcere, direito concedido em função “de la declaración de estado de sitio o que pueden otorgarse en las circunstancias de excepción previstas en la Constitución política.” Exemplo os carabineros (que inclusive continuaram suas operações como a principal força policial do país). Além de se associar com outros serviços de inteligência e segurança no exterior, tais como dos EUA. A DINA possuía um forte vínculo com a CIA – responsável pelo treinamento de muitos de seus membros e por um grande suporte financeiro –, com a Coréia do Sul, Irã, Alemanha, Israel etc “. (ANTUNES, 2007).

de mais valor acerca da realidade latina americana, o problema da fome e da alienação do trabalho. O processo histórico e gradual de intercâmbio desigual a qual atualizei, denominei nessa tese de *subdesenvolvimento interdependente capitalista*, tanto latino americano como brasileiro.

Na verdade policiais do mercado. O auge das inter-relações entre serviços de inteligência/segurança latino-americanos se concretizaria com a criação do grupo Condor – uma formação multinacional dedicada a operar nos países latinos americanos. Do ponto de vista internacional a hegemonia capitalista norte americana entrava em colapso na década de 1970. O resultado do programa neoliberal na América Latina foi catastrófico devido também ao acirramento da luta de classes no Chile. “ entre os dias 25 de novembro e 01 de dezembro de 1975, contava com representantes da Argentina, do Brasil²⁸, Chile, Paraguai e Uruguai, e teria sido planejado pelo coronel Contreras, quem se tornaria o responsável por sua condução. Mais do que um conjunto de operações repressivas desencadeadas por esses países, Condor seria uma unidade concreta do Departamento Exterior da DINA”.(ANTUNES , 2007). Época da perseguição a oposição a ditadura chilena. É importante frisar que logo após o golpe militar, se inicia o processo de perseguição à oposição de esquerda. A Unidade Popular, da qual faziam parte o Partido Socialista (PS), Comunista (PC), Radical (PR), a Social Democrata (PSD), a Ação Popular Independente (API), o Movimento da Ação Popular Unificado (MAPU), e o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR).

Do ponto de vista da ação de Estado no Chile a luta de classes foi sangrenta, vale ressaltar as experiências dos campos de concentração latino americano, na Ilha de Dawson²⁹, como também a brutal repressão da chama Caravana da Morte³⁰, uma forma

²⁸“Tais Ristoff: *As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil* “ Ernesto Geisel assumiu a Presidência no Brasil , em 1974, nos estertores do “milagre econômico”. A tendência de uma maior participação estatal, no intuito de completar o ciclo industrial sob a direção do Estado, ainda que sob condições internacionais desfavoráveis, levou a uma perda gradual de apoio da burguesia brasileira aos governos militares. “Geisel e o II PND representam, portanto, o momento de auge e início da crise do Estado desenvolvimentista brasileiro, naquele momento expresso na forma política de uma ditadura militar”. (RISTOFF, 2008).

²⁹ Segundo a jornalista Christian Palma, publicado em um jornal argentino: *Dawson , ilha do terror* “Me senti como um protagonista de um desses filmes sobre a Segunda Guerra Mundial. Quando chegamos ao campo, alguns choravam ao ver tantas muralhas circundadas com arame farpado. Havia 27. Era difícil de acreditar”, disse Baldovino Gómez em 1989 à extinta revista *Análisis*, férrea opositora à ditadura de [Pinochet](#). Gómez foi um dos muitos prisioneiros que após o golpe militar de 11 de setembro de 1973 foram confinados na já mítica [Ilha Dawson](#), localizada a 100 km de Punta Arenas, no Estreito de Magalhães. A esse lugar, onde literalmente acaba o mundo, chegaram ao menos 100 prisioneiros logo depois do golpe militar. Outros dados falam em até 400 presos confinados em quatro barracões, que existiram até outubro de 1974, quando o campo de concentração foi fechado. Em 10 de janeiro de 2008, 31 ex-prisioneiros políticos da Região de Magalhães, que foram torturados e submetidos a trabalhos forçados e confinados nos campos de concentração da Ilha Dawson e Magalhães, entraram com um processo contra o Estado do Chile por danos e prejuízos. Cinco anos depois, a demanda apresentada pelos ex-prisioneiros Elie Valencia, Miguel Loguercio, Baldovino Gómez, Héctor Avilése outros, e defendida pelo advogado Víctor Rosas, teve uma sentença favorável na sentença de primeira instância notificada pela juíza Claudia Donoso, reconhecidos como vítimas do Estado chileno no Relatório da

de perseguição militar a oposição contrária a ditadura de Pinochet que durou 17 anos de, tortura , e terrorismo institucional . Além do mais o próprio Estádio de Futebol, o Estádio Nacional de Chile³¹, foi também local de experiências autoritária, um tipo de campo de concentração latino americano, uma forma de poder e controle da oposição.

No caso das privatizações das indústrias centrais de desenvolvimento tecnológico, entre 1973-1990 consta no documento Archivo Chile³² online: *Informe de La comición investigadora encargada de analizar presuntas irregulares em laz*

Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura”. (PALMA, 2013) < <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/516996-dawson-a-ilha-do-terror>, >acesso, 2019.

³⁰ Segundo o jornalista Rocío Monte: *Jornal El País: Morre “ El Lobo “, líder da Caravana da Morte da ditadura chilena “ Aos 94 anos e sem jamais ter pisado em uma prisão, morreu na madrugada desta quarta-feira em Santiago um dos repressores mais cruéis e simbólicos da ditadura chilena, o general Sergio Arellano Stark. Depois do golpe de Estado de setembro de 1973, Augusto Pinochet o nomeou chefe do grupo de militares que percorreu o Chile em um helicóptero Puma para matar opositores. A Caravana da Morte como ficou conhecida a operação, assassinou 90 pessoas em diferentes cidades do país: 72 no norte e 18 no sul. Embora tenha sido processado em 1999 e condenado em 2008 a seis anos de prisão pelo assassinato de quatro pessoas na cidade de San Javier, ele nunca ficou na prisão. Em dezembro do ano passado, finalmente, a Corte Suprema confirmou o fim do procedimento penal por demência e ele morreu cumprindo sua sentença em liberdade. Patricia Verdugo, jornalista, conseguiu, depois de anos de esforços pacientes, identificarem os principais personagens que participaram daquele trágico episódio, encontrá-los e colher seus depoimentos. Em 1989 conseguiu enfim publicar o livro, que na edição original levou o título Los Zarpazos del Puma, O livro, obviamente, foi silenciado na época pela imprensa no Chile, mas não obstante ficou amplamente conhecido e rendeu à autora o Premio Colegio Nacional de Periodistas, em seu país, e o Prêmio Moors Cabot, nos Estados Unidos “ (MONTE, El País , 2016). Disponível em < https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/09/internacional/1457544595_780357.html >, acesso , 2019 .*

³¹ Segundo o jornalista Pedro Cifuentes , *El País : A memória do horror , no Estádio Nacional do Chile “ Na parte superior lê-se a frase “Um povo sem memória é um país sem futuro”, lema escolhido por um grupo de ex presos políticos da ditadura militar que transformou esse setor do Coliseu em um museu permanente do horror. Ali 20.000 pessoas viveram um improvisado campo de concentração durante dois meses: entre 12 de setembro de 1973 um dia depois do golpe de Estado em meados de novembro”.* Disponível <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/deportes/1433979308_782555.html >, acesso 2019.

³² “ En el período 73-90 se privatizaron 725 empresas y activos pertenecientes a la CORFO (CORPORACIÓN DE FOMENTO DE LA PRODUCCIÓN). De ellas 343 fueron devueltas a sus dueños por estar requisadas o intervenidas y 35 fueron privatizadas dos veces. La Contraloría General de la República informó que gran parte de las empresas privatizadas fueron vendidas a un precio de venta inferior a su valor libro. Según sea el método de cálculo, las pérdidas oscilan entre un 27, un 42 o un 62% del capital vendido y el cálculo neto que informa esta entidad es de más de US\$2.500 millones de dólares, sólo por concepto de precio de venta, según el método del valor libro. “ Debido a la insolvencia de los deudores y la crisis de 1982, muchos bancos privatizados quebraron, lo que llevó al gobierno a realizar intervenciones reguladoras en 16 instituciones financieras, algunas para ser liquidadas y otras para que recuperaran su solidez financiera. Estas fueron posteriormente reprivatizadas. Se liquidó el Banco Hipotecario de Chile, el Banco Unido de Fomento y la Financiera CIGA SA. Se intervino el Banco Chile, el Banco de Santiago, el Banco Concepción, el Banco Internacional y el Banco Colocadora Nacional de Valores que entraron en un régimen de administración provisional. Todos ellos representaban hacia fines de 1982 un 40% de las colocaciones del sistema. Se intervinieron las recién creadas AFP PROVIDA y Santa María, la ISAPRE Luis Pasteur; y empresas como COPEC, INFORSA, Celulosa Arauco, Celulosa Constitución. Después de 1987 se privatizaron las últimas cuarenta empresas estatales, entre las que se destacó: el Banco Chile, la ENDESA, ECOM y EMEL”. (ARCHIVO CHILE , 2006). Disponível < http://www.archivochile.com/Chile actual/21_est_ide/chact_estidea0001.pdf >, acesso 2019.

privatizações de empresas del Estado : privatizaciones e perda del patrimonio público,
Sobre o processo gradual de privatizações é importante o artigo do historiador Rafael Brandão : *Reformas Neoliberais na América Latina,*

“ Sem dúvida, umas das mais drásticas medidas de implantação do neoliberalismo no Chile durante a ditadura de Pinochet correspondem às privatizações. Este processo se deu em três fases distintas. A primeira delas corresponde ao período 1973/1975, e foi marcada pela devolução das empresas nacionalizadas durante o governo Allende aos antigos proprietários. A segunda fase, entre 1975/1982, relaciona-se à venda através da CORFO (Corporación de Fomento de La Producción), da participação do governo chileno em 135 empresas (nove delas como sócio majoritário) e em 16 bancos comerciais. E, finalmente, a terceira fase, entre 1982/1989, que se refere à privatização das empresas públicas dos chamados setores estratégicos (saúde, educação, seguridade social, transporte, telecomunicações e etc.). No seu conjunto, no período entre 1973 e 1990, um total de 725 empresas pertencentes à CORFO foram privatizadas, entre elas, o Banco de Chile e a Empresa Nacional de Electricidad Sociedad Anónima – ENDESA. O desfecho do processo de implantação do neoliberalismo no Chile foi desastroso. Em 1982, o desemprego superou 30%, os salários reais se reduziram drasticamente a ponto de que, naquele ano, seus valores foram inferiores aos de 1970. O PIB caiu 14% e a produção industrial diminuiu 23%. A CORFO - Corporación de Fomento de La Producción foi fundada em 1939 durante o governo de Pedro Aguirre Cerda, com o objeto de impulsionar a industrialização chilena e a recuperação do país após um grande terremoto na região de Chillán, ocorrida naquele ano. Durante a ditadura de Pinochet, a CORFO se desvirtuou de seus objetivos iniciais e se tornou uma das principais agências de apoio ao projeto privatista do governo “. (BRANDÃO , 2017).

O projeto neoliberal chileno é uma formação histórica precoce comparada com os demais países latino americanos, devido também ter sido realizado na crise da década de 1970. O resto da América Latina teve o neoliberalismo como forma de governo na década 1980, com o Consenso de Washington, e Brasil apenas nos anos de 1990, vinculados ao FMI, BID e Banco Mundial. A questão no caso chileno é que a experiência de 1973-1990 pode ser chamada de neofascismo devido à atuação radical do programa neoliberal pelo Estado autoritário do governo Pinochet, portanto forte. Um tipo de ditadura da exclusão social, devido à radical aplicação das privatizações, defesa do grande capital norte americano e da propriedade privada, uma formação histórica de subdesenvolvimento interdependente como resultado do imperialismo local das elites, mas já pertencente à primeira fase do programa neoliberal, como forma de manter a

hegemonia dos E.U.A na crise da década de 1970 , que afetou também o país e toda América Latina e Brasil.

A luta de classes no Chile foi um massacre para oposição, segundo o jornalista trotskista brasileiro Enio Bucchioni, relata no *Jornal Insurgência*, ex-militante fugido do Brasil, no Chile,

” Dezenas de soldados que denunciaram a existência de um plano de golpe militar em andamento foram presos por seus superiores e depois do golpe, fuzilados. O governo Allende acatou a prisão desses soldados. Nessa época, um almirante também defensor das leis e da Constituição foi misteriosamente assassinado em Valparaíso. Os militares golpistas assumiam, então, o comando da hierarquia militar, essencial para manter as Forças Armadas coesas, disciplinadas e prontas para executar as ordens de seus superiores. Em seu lugar, na chefia do Exército e no posto de ministro de Allende, entra o general Pinochet, aquele que daria o golpe de misericórdia no governo Allende em 11 de setembro de 1973. Nesse dia, a imensa maioria da Forças Armadas obedeceu às ordens de Pinochet e dos ministros da Aeronáutica, da Marinha e dos Carabineros (espécie de Polícia Militar). Houve inúmeros enfrentamentos armados por todo o Chile, mas numa proporção desigual entre trabalhadores e militantes contra as Forças Armadas. Não se sabe ao certo se foram assassinados 40 ou 50 mil pessoas nesses combates e nas prisões efetuadas após o Toque de Queda. Os militares entravam nas fábricas e, se não houvesse resistência, todos os trabalhadores iam presos. Cerca de mil estrangeiros foram presos também, na maioria refugiados das guerrilhas derrotadas no Brasil, Argentina e Uruguai. Havia cerca de 15 mil refugiados no Chile e, sob os olhos de Pinochet, era um potencial exército contra o golpe”. (BUCCHIONI, 2013).³³

Na conjuntura da década de 1970 o neoliberalismo latino americano travou sangrentas lutas contra as idéias comunistas, segunda fase da guerra fria, e oposição também aos programas socialistas democráticos, como no caso de Salvador Allende. Nas fábricas as manifestações também foram reais contra a privatização, segundo Bucchioni em suas memórias,

“ A burguesia, nacional e internacional, também se mostrou agressiva. O boicote econômico fez seu efeito duramente em 1973. Por exemplo, os pneus e as peças de reposição que eram usados pelos caminhões, ônibus, taxis e carros, desapareceram do comércio, pois eram importados e não chegavam regularmente ao Chile. A inflação, de 22,1% em 1971 passou para 163,4% em 1972 e em 1973 chegou a

³³ Disponível: < <http://www.insurgencia.org/as-diversas-situacoes-da-luta-de-classes-sob-o-capitalismo-uma-retrospectiva-das-situacoes-pre-e-revolucionaria-no-chile-de-allende/>,> acesso 2019.

381,1%! O desemprego cresceu assustadoramente. O valor da moeda chilena em relação ao dólar caiu a níveis baixíssimos. O preço do cobre em níveis internacionais teve uma queda brutal, ou seja, a entrada de dólar no país se desvaneceu, e, em conseqüência, o preço dos alimentos aumentou barbaramente. A estratégia do capitalismo nacional e internacional começou a fazer estragos brutais na economia, no cotidiano da população. Acabei me juntando com dezenas de milhares de trabalhadores no Estádio Nacional do Chile, principal campo de futebol do país, sede da Copa do Mundo de 1962. Nesse estádio, vi e convivi com cerca de 40 mil trabalhadores presos por Pinoche! . Isso só em Santiago. O mesmo sucedeu em todas as regiões do país”. (ibem, 2013).

Consta também no jornal Carta Maior, traduzido o texto do canal chileno TVN pelo jornalista Victor Faranelli: *Congresso Chileno Declara Pinochet oficialmente como ditador e terrorista de Estado,*

“ A Câmara dos Deputados aprovou nesta semana uma resolução que declara oficialmente a Augusto Pinochet como “ditador e artífice de um aparato terrorista do Estado”. O texto da resolução também descreve o líder do golpe de Estado de 1973 como “autor intelectual do premeditado e aleivoso assassinato do ex-chanceler Orlando Letelier”, que faleceu devido à explosão de uma bomba instalada em seu carro pelo agente estadunidense Michael Townley, que foi treinado pela CIA, mas que trabalhava em colaboração direta com a DINA (sigla em espanhol do Departamento de Inteligência Nacional do Chile). O crime aconteceu em Washington, onde o diplomata vivia exilado, no dia 21 de setembro de 1976. A resolução foi aprovada com 69 votos a favor e 23 contra. Também houve seis abstenções. Entre suas implicações está o fato de que, a partir de sua publicação – na próxima semana –, estará proibido o uso ou a exibição do nome o de imagens do ditador em organismos públicos. Também passou a ser proibido realizar homenagens em seu nome”. (FARANELLI, 2016).³⁴

Ora o neoliberalismo se expressou de forma autocrática, ditatorial e terrorista, todos esses traços do Estado fazem parte do neofascismo latino-americano, dessa vez de tendência entreguista da economia aberta aos programas de privatizações e defesa do livre mercado e do grande capital norte americano da década de 1970 em meio às crises globais interdependentes. A questão é que Pinochet e a elite aliada não se diziam na prática agentes do fascismo no Chile. O que acontece é que houve a formação histórica de uma nova identidade, uma nova razão de Estado que ao eliminar a democracia burguesa colocou o país em fronteira como uma nova forma peculiar de *fascismo*

³⁴Disponível<<https://www.brasildefato.com.br/2016/10/08/congresso-chileno-declara-pinochet-oficialmente-como-ditador-e-terrorista-de-estado/>>, acesso 2019.

neoliberal, uma contradição histórica no tempo da guerra fria devido a sua segunda fase crítica na década de 1970. Segundo o historiador Henrique Carneiro no jornal: *Esquerda Online: os três eixos do programa neofascista*,

“ O fascismo é um fenômeno histórico e geográfico localizado. Nasceu com esse nome na Itália, na década de 1920, e levou Mussolini ao poder. Na Alemanha, na mesma época, crescia o partido nazista de Hitler. O golpe de Franco, na Espanha, em 1936, impôs um regime que levou o nome do ditador. Após a derrota do nazi-fascismo na segunda guerra mundial, praticamente nenhum partido com importância e posições de poder reivindicou abertamente o fascismo e o nazismo. Na América Latina dos anos de 1970, houve ditaduras militares brutais, mas nenhuma se assumia abertamente como de ideologia fascista. Ou seja, o fascismo estrito senso é algo bem diferente dos híbridos contemporâneos neofascistas. À exceção de neonazis abertos que, felizmente, ainda são ultraminoritários. O que ocorreu foi uma adaptação dos neofascismos a novas identidades, mas o programa permanece o mesmo, e pode ser resumido em: 1) Política de ódio e ameaça de extermínio dos adversários políticos, da esquerda em geral e dos movimentos sindicais e sociais. 2) Defesa extremada do mercado e da propriedade privada contra qualquer apelo social de reforma ou diminuição de desigualdades. 3) Escolha de grupos para serem objeto de campanhas de ódio e preconceito, estigmatizando setores sociais como bodes expiatórios”.(CARNEIRO,2018).³⁵

Nesse sentido o neoliberalismo latino americano detém sua vertente neofascista no Chile de 1973. É a contradição entre democracia e liberdade nos países em desenvolvimento ou subalternos. O programa neoliberal vai se normativizando durante a segunda fase da guerra fria no globo. O programa comum de privatizações vai sendo mantido e sendo aplicado conforme o interesse das elites locais. A *norteamericanização* da vida, podemos chamar isso de uma nova ontologia, uma determinação histórica no tempo, capitalista concorrencial, uma forma desleal de super-exploração da força de trabalho. O ser para o consumo, a competição, ou o ser para a fome e extermínio da oposição. Nessa experiência histórica não houve eleições diretas para o governo Pinochet, a utilização da força e da violência foi peculiar nesse sistema de acumulação do capital.

³⁵ Disponível < <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/26/os-tres-eixos-do-programa-neofascista/> >, acesso 2019.

1.6 O PROGRAMA NEOLIBERAL E O CONSENSO DE WASHINGTON: AMÉRICA LATINA E BRASIL AS DÉCADAS DE 1980-1990

Além da formação histórica do neoliberalismo no Chile em 1973, o alcance global se deu no ano de 1989 na América Latina e seus territórios. A hegemonia capitalista dos E.U.A , consolida o imperialismo , essa experiência foi denominada pela historiografia de “ Consenso” de Washington . Segundo o doutor em ciências sociais Almiro Petry: *Neoliberalismo e Globalização na América Latina*.

“ O Consenso de Washington (1989), denominação cunhada pelo economista inglês burguês John Williamson, refere-se a um conjunto de dez medidas (reformas) que poderiam implementar o crescimento econômico dos países da América Latina. Essas reformas seriam: disciplina fiscal; uma mudança nas prioridades para as despesas públicas; reforma tributária; liberalização do sistema financeiro; uma taxa de câmbio competitiva; liberalização comercial; liberalização da entrada do investimento direto; privatização das empresas estatais; desregulamentação das relações de trabalho e da economia e direito da propriedade assegurado”. (PETRY, 2008).

Além destas dez medidas, os governos que adotaram esse programa ainda optaram pela “reforma previdenciária” em que os trabalhadores perderam muitos dos direitos historicamente conquistados. À experiência do Chile sucederam-se. Logo depois viriam as experiências de Bolívia³⁶ 1985 Victor Paz Estenssoro, Jaime Zamora

³⁶ “ As reformas neoliberais na Bolívia tiveram o seu início em 1985 – ainda, portanto, anterior ao Consenso de Washington – com a vitória eleitoral de Victor Paz Estenssoro, depois de mais de vinte anos de ditadura militar. Logo no início de seu governo, Estenssoro lançou um pacote de reformas econômicas estruturais denominadas de Nova Política Econômica. A NPE seria o programa na qual se pautariam as reformas neoliberais neste país, estruturado em torno de três pontos principais: 1) a contenção da hiperinflação; 2) a liberalização interna e externa do mercado boliviano; 3) a diminuição do setor público na economia através das privatizações de empresas estatais. Privatização da maior e mais importante empresa estatal de mineração boliviana, a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL), antecedido por uma política de saneamento que levou ao fechamento de maior parte de suas minas e à demissão de mais de 20 mil funcionários. O segundo aspecto da NPE, de grande impacto para os movimentos sociais bolivianos, refere-se à flexibilização das relações de trabalho, resultando na sua precarização, a partir de contratos temporários e da terceirização dos serviços, além da intensificação do desemprego. A NPE foi aprofundada nos governos seguintes. Após a venda da COMIBOL – iniciada nos anos 80 com Estenssoro – e de outros setores importantes no governo Zamora, no primeiro governo de Gonzalo Sánchez Lozada (1993-1997), a política de privatizações chegaria ao setor de hidrocarbonetos, cuja exploração ficaria nas mãos de empresas estrangeiras. Foram vendidas, nesse período, 50% do capital de importantes empresas estatais como a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTEL), o Lloyd Aero Boliviano (LAB) e a Empresa Nacional de Ferrocarriles (ENFC). Ainda no governo Sánchez Lozada foram estabelecidos acordos com os Estados Unidos para a

1989-1993, Gonzalo Sanches Lozada 1993-1997, e as privatizações. O México³⁷, com Salinas, em 1988, Ernesto Zedillo 1994-2000; a Argentina³⁸, com Menem, em 1989, Domingo Cavallo 1999, e Fernando De La Rúa 2001; a Venezuela³⁹, com Carlos

erradicação do plantio da folha de coca, principal fonte de renda de pequenos produtores na Bolívia, o que contribuiu, ainda mais, para a desestruturação da economia camponesa e indígena boliviana “ (BRANDAO, 2017).

³⁷“ O governo Carlos Salinas (1988-1994), que o neoliberalismo é aprofundado, tornando o México o primeiro país latino-americano a aplicar em sua economia o modelo recomendado pelo consenso de Washington. A partir de então, assiste-se a uma maior atuação das forças do livre do mercado, traduzida na redução dos gastos e investimentos sociais realizados pelo Estado e na privatização de um grande número de empresas públicas (especialmente dos setores bancário, de telefonia e de aviação), cujo dinheiro foi utilizado quase que exclusivamente para o pagamento da dívida pública. Até o ano de 1993, o governo mexicano já havia vendido cerca de 80% de suas indústrias e empresas a investidores privados (incluindo grupos estrangeiros), totalizando cerca de 21 bilhões de pesos mexicanos. O modelo neoliberal adotado por Salinas e elogiado internacionalmente levaria à quebra do México em 20 dezembro de 1994, já sob a presidência de Ernesto Zedillo. Privatização de empresas públicas nos setores de transporte (ferrovias, portos e aeroportos), telecomunicações, energia elétrica e petroquímica. ‘O neoliberalismo continuou no país durante o governo de Ernesto Zedillo, dezembro de 1994. Em 1982 existiam no México 1058 empresas para estatais, em 1990 restavam 549, em 1996 apenas 239, mediante liquidação, fusão ou venda. Além de US\$ 1,6 bilhão recebido das primeiras e pequenas reprivatizações ao longo da década de 1990, o governo tinha em meados de 1991, acumulado US\$ 8,4 bilhões, dos quais as maiores contribuições resultaram da venda da TELMEX. ‘ Neoliberalismo e Corrupção: análise comparativa dos ajustes neoliberais no Brasil de Fernando Collor e no México de Carlos Salinas. O incremento da corrupção e seus custos sociais’’. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Unesp, Campus de Araraquara, abril de 2006. Disponível, <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp021465.pdf>>. Acesso, 2019.

³⁸“ Uma das primeiras empresas a serem privatizadas pelo governo Menem foi a Empresa Nacional de Telecomunicaciones (ENTel), estatal do setor de telecomunicações, fundada em 1946, durante o governo Perón. Após a venda da ENTel, os grupos privados vencedores do processo de licitação iniciaram um “profundo e acelerado processo de transformação nas condições e relações de trabalho”, estabelecendo programas de demissão “voluntária” e “aposentadorias antecipadas”. Na mesma época, foram vendidas a estatal do setor aéreo, Aerolíneas Argentinas, as empresas petroquímicas Polisor, Petropol, Induclor e Monómeros Vinílicos, a petroleira Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF), a companhia Gas del Estado, as usinas atômicas de Atucha I e II, empresas de água e esgoto, correios, cerca de 10.000 quilômetros de rodovias para serem exploradas através da cobrança de pedágio, bancos, além de diversos canais de televisão. No período de 1990 a 1998, o governo vendeu US\$ 20 bilhões de empresas estatais, sendo que 60% para grupos estrangeiros. As receitas obtidas com a venda de empresas estatais alcançaram cerca de 10% do PIB, entre 1988 e 1997. O governo Menem também introduziu importantes mudanças na legislação trabalhista. Em 1991 foi aprovada a Lei Nacional do Emprego, que permitia contratos temporários de trabalho, chamados de “basura”, nos quais os empregadores eram beneficiados pela isenção ou diminuição de uma série de encargos trabalhistas. Tal medida enfraqueceu enormemente a capacidade de negociação dos sindicatos. Além disso, foi aprovado em 1993 o chamado “sistema de pasantías”, que permitia o trabalho de estudantes (pasantes) em condições precárias, com um contrato sem praticamente nenhum tipo de encargo trabalhista e salários muito abaixo do conjunto da categoria “ . Em 1989, o desemprego afetava em torno de 7% da população argentina. Em 1994, este índice saltou para 12%. Além disso, a abertura do mercado nacional e a supervalorização da moeda, por conta da política de paridade cambial em relação ao dólar, provocaram um enorme prejuízo na balança comercial, passando de um superávit de US\$ 12 bilhões no período 1990/1991, para um déficit de quase US\$ 10 bilhões no período 1992/1994. Outro grande desequilíbrio do Plano de Conversibilidade foi o aumento da dívida externa argentina que, em 1994, alcançou US\$ 86 bilhões, praticamente o dobro do valor registrado três anos antes. Em 1999, a dívida externa argentina atingia quase US\$ 150 bilhões, dos quais 60% correspondiam à dívida pública e 40% à dívida privada. A crise social, no final da década de 1990, atingiu níveis insuportáveis, com a taxa de pobreza chegando à 30%” (BRANDÃO, 2017).

³⁹“ O neoliberalismo na Venezuela foi implementado de forma autoritária. Pérez deu início a privatização nos anos de 1991, da companhia nacional de telefone (Cantv), e o sistema de linhas aérea (Viasa) . No período 1989/99, as privatizações e concessões somaram o total de US\$ 6,2 bilhões (cerca de 6% do PIB de 1999), parte dele amortizando a dívida pública externa. Em 1996 é criada uma nova lei de

Andrés Perez em 1989, Rafel Caldeiras 1994; o Peru⁴⁰, com Fujimori, em 1990-2000; e, o Brasil, com Collor, em 1990.

“ Na América Latina, “as democracias liberais” instaladas de cima para baixo, como sucedâneas aos regimes militares, e que promovem as “reformas neoliberais”, têm em Fujimori, no Peru, um modelo político autoritário e conservador, na implantação do projeto neoliberal. No Brasil, com F. Collor e F.H. Cardoso, a “modernização” neoliberal aprofundou a concentração econômica e submeteu o povo a uma exclusão do trabalho, da educação, da saúde, etc. Na Argentina, Carlos Menem leva o país à falência; na Bolívia, Paz Zamora e Hugo Banzer não conseguem arrancar o país da miséria; na Colômbia, Andrés Pastrana agrava o contexto do narcotráfico; em Costa Rica, Rafael Calderón descaracteriza a consolidada democracia e precipita o país em tensões internas; na Guatemala, Jorge Serrano não muda o perfil de pobreza do país; no México, Carlos Salinas não assimila os conflitos internos provocados pelos movimentos sociais; no Paraguai, Carlos Wasmosy não tira o país das nefastas conseqüências da prolongada ditadura militar de Stroesner; no Uruguai, Alberto Lacalle, não projeta a economia no contexto do Mercosul; e, na Venezuela, Rafael Caldera prepara as condições para o regime populista de H. Chávez’’. (PETRY,2008)

privatizações, estas são realizadas por vários órgãos do setor petróleo, pela própria estatal PDVSA; as financeiras e de seguros, pelo Fundo de Garantia de Depósito, pertencentes a governos estaduais, as vinculadas ao FIV (Fondo de Inversiones de Venezuela), por esta instituição, abrangendo principalmente os setores de indústria pesados’’. (CANNO, 2003). *Venezuela: Limites para uma nova política econômica*.

⁴⁰“No primeiro governo (1990-1995), foram vendidas, entre outras, as seguintes empresas estatais: Empresa Minera de Hierro Perú; Petromar; Compañía Peruana de Teléfonos ENTEL (vendida em 1994 para a Telefonica Espanha por US\$ 1,39 bilhões); Cimentos Lima; Empresa de Distribución Eléctrica del Norte (Edelnor); Empresa de Distribución del Sur (Edelsur); Empresa Minera Especial Tintaya; Refinería de Zinc Cajamarquilla e o Banco Continental (vendido em 1995 para o BBVA. O pagamento da dívida externa também foi outro ponto central na política econômica neoliberal de Fujimori. Em 1991, a dívida externa peruana era de US\$ 24 bilhões e, apesar do pagamento de serviços anuais de US\$ 1,3 bilhões, em 1996, a dívida havia ascendido para US\$ 33 bilhões. Em 1997, depois de uma transferência considerável de parte dos recursos oriundos das vendas das estatais para o pagamento da dívida, esta diferença “diminuiu” para US\$ 28,5 bilhões. Durante seu segundo mandato (1995-2000), Fujimori deu prosseguimento ao processo de privatizações e de desmonte do aparelho produtivo do Estado peruano, vendendo novas empresas públicas dos setores de eletricidade, telefonia, metalurgia e mineração, entre elas: Sider Perú S.A.; Petro-Perú Refinería La Pampilla (comprada, em 1996, pelo consórcio formado pelas multinacionais Repsol, YPF e Mobil); Acciones Telefónica del Perú SAT Minorista Local; Acciones Telefónica del Perú SAT Internacional; Empresa Metalúrgica de la Oroya e a Empresa Minera Mahr Túnel. Nno total, aponta que durante o regime fujimorista, foram vendidas parcial ou totalmente 187 empresas públicas por um total de aproximadamente US\$ 7,54 bilhões . Em 1991, a dívida externa peruana era de US\$ 24 bilhões e, apesar do pagamento de serviços anuais de US\$ 1,3 bilhões, em 1996, a dívida havia ascendido para US\$ 33 bilhões. Em 1997, depois de uma transferência considerável de parte dos recursos oriundos das vendas das empresas estatais para o pagamento da dívida, esta diferença “diminuiu” para US\$ 28,5 bilhões ‘’. (HONORIO MARTÍNEZ, 2009). *Neoliberalismo y Genocidio em el Régimen Fujimorista*.

As privatizações aqui citadas é uma forma de demonstrar o processo de subdesenvolvimento interdependente da América Latina com a hegemonia norte americana no mundo. É um apontamento limitado nessa tese, devido ao um conjunto maior de medidas adotadas nos territórios em que o neoliberalismo foi realizado como experiência histórica. Vale ressaltar que todos esses processos de privatizações foram marcados também pela oposição e luta de classes. É interessante analisar que o neoliberalismo e suas fragmentações ideológicas, filosóficas, políticas, formaram modalidades de Estados que adotou de forma peculiar o programa neoliberal, como também resultado do avanço do imperialismo norte americano no mundo. De 1973 até 1990 é o registro histórico da consolidação global dos modelos de mais valia e organizações do poder nos territórios da América Latina e Brasil. A déia do mais valor ou mais valia, é uma condição real de super-exploração da força de trabalho. A questão é que a exploração já faz parte da organização capitalista, a super-exploração é uma extensão real desse processo de normatização da miséria, da fome no mundo. É, portanto um problema social e histórico. No Chile em 1973 é a primeira experiência do alcance autoritário do neoliberalismo, no Peru de Fujimori em 1990 a democracia também foi suspensa, com altos golpes de Estado e violência contra os civis. No caso do Brasil as eleições de 1989, um tipo de democracia da elite neoliberal.

O neoliberalismo, portanto é uma experiência histórica do entre guerras de 1930 a 1938, Paris. A 2º internacional neoliberal se consolida na Suíça 1947. Sua primeira experiência de Estado se dá na República Federal da Alemanha Ocidental 1948. Fase da reconstrução da Europa e das nações destruídas, envolvidas na 2º Guerra Mundial. No ano de 1973 podemos chamar de segunda fase da guerra fria, crise do grande capital norte americano, crise do petróleo, corridas armamentistas perdidas, conflitos armados perdidos, e formação histórica autoritária do anticomunismo latino americano, do neoliberalismo neofascista de Estado da ditadura de Pinochet, Chile.

No contexto do sistema-mundo não há “ajuda econômica”, mas somente imposições de políticas econômicas consideradas “corretas” e submissas à ideologia da elite do capitalismo internacional, representados pelo FMI, BM e OMC. A adoção do neoliberalismo desenvolveu o subdesenvolvimento. Neste processo houve uma deterioração das condições sociais de vida com o agravamento da pobreza, do desemprego, da precarização das relações de trabalho, do aumento das desigualdades internas, das privatizações. Na economia globalizada o sistema-mundo capitalista vive e sobrevive com a especulação financeira. Assim, as economias latino-americanas não

resistiram aos diferentes ataques especulativos. México em 1994, com seu “efeito tequila”; a crise asiática de 1997; a crise russa de 1998; a desvalorização e crise brasileira do real de 1999 etc., associadas à queda dos preços das *commodities* agrícolas e minerais.

A crise mexicana de 1994 coincidiu com o primeiro grande grito internacional contra o neoliberalismo, emitido pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a partir das selvas de Chiapas. De lá em diante surgem outros movimentos de lutas anti-neoliberalismo como a Forças de Libertação Nacional (FLN). Consta no *Jornal da USP: peculiaridade da experiência autonomista no México*, escrito pelo jornalista: José Tadeu Arantes,

“ Quase um quarto de século depois do levante armado do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), a experiência de autonomia territorial, política e cultural perdura no Estado mexicano de Chiapas, servindo de baliza para outros projetos autonomistas, no México ou no exterior. Ao longo desse período, a estratégia política original das chamadas Forças de Libertação Nacional (FLN), instaladas na Selva Lacandona desde 1983, foi profundamente transformada na interação com as populações indígenas locais, pertencentes a cinco etnias do tronco maia. E, da síntese entre um modelo teórico de inspiração marxista-leninista, que previa a organização popular para a tomada do poder de Estado, e a cosmovisão indígena, que buscava justamente a descentralização desse poder em favor das comunidades, resultou uma forma bastante peculiar de estar e agir no mundo. O assunto é objeto do livro: Por uma geografia da autonomia (Editora Humanitas, 2018), de Fábio Márcio Alkmin ‘’. (ARANTES , 2018).⁴¹

Seguindo a orientação formulada pelo próprio Emiliano Zapata (1879-1919) no curso da Revolução Mexicana (1910-1920, aproximadamente), o EZLN guardou suas armas, mas não as depôs. Na década de 1990 o marxismo-leninismo se reformulou, e a tática de luta armada se agrupou com as antigas etnias maias, uma frente autônoma e combativa contra o neoliberalismo, essa foi uma experiência concreta do cenário da luta de classes em Chiapas, México na década de 1980-1990. Algo que unifica as experiências neoliberais é o caso das privatizações. Segundo o cientista social Almiro Petry,

⁴¹Disponível < <https://jornal.usp.br/ciencias/livro-investiga-peculiaridades-da-experiencia-autonomista-no-mexico/> >>, acesso 2019.

“ O neoliberalismo, na sua consolidação, está vinculado, por um lado, à racionalização capitalista das potencialidades da revolução científico-tecnológica, da microeletrônica, da informática e da telecomunicação (as ditas tecnologias da informação – TI) articuladas globalmente e, por outro lado, continua preso à hegemonia sistêmica norte-americana, sistema em crise e que se encaminha para o caos, como revelam os sintomas do sistema financeiro global. No sistema-mundo, as corporações globais criam uma nova divisão internacional do trabalho para competir no sistema de produção, de modo particular da especialização produtiva. Os componentes são produzidos em um território e a montagem do produto final é em outro país (montadoras, “maquiadoras”), caindo o made in... substituído pelo made globally.” (ibem , 2008).

Na prática o programa neoliberal na América Latina é um processo de *norteamericanização* da vida, dos costumes. No processo de divisão internacional a super-exploração do trabalho é condição do subdesenvolvimento interdependente das economias capitalistas, latinos americanos e brasileiros, e seus programas de Estado neoliberal. O processo de desindustrialização forçada gera demissão em massa, ou flexibiliza a competição dos não proprietários em busca de algum emprego remunerado, dinheiro ou salário para reprodução da exploração. Quando isso não ocorre de imediato o resultado é o desemprego, a marginalização, o ser para o consumo se perde, o ser para a fome é um resultado real desse prolongamento da super-exploração da força de trabalho, podemos chamar isso de uma nova ontologia neoliberal. É uma relação dialética de subalternização ou colonização da América Latina devido ao avanço gradual do grande capital no sistema global de produção. A historicidade do neoliberalismo na América Latina detém os limites dessa tese, por isso optou-se por afunilar essa breve história para o Brasil de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, a fase do neoliberalismo desenvolvimentista “ ou neodesenvolvimentismo brasileiro da década de 2000.

Ainda do ponto de vista global, isto agrava a periferização da vida na América Latina aproximando-a mais da África do que dos países centrais e crescendo menos do que as economias asiáticas emergentes. Temos aí um cenário negativo moldado pelo neoliberalismo. Acerca de tal hipótese vale ressaltar o jornal o Globo, que demonstra a pesquisa realizada pelos intelectuais da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe, documento Globo Economia

“ A pobreza extrema afetou mais de 10% da população da América Latina (AL) em 2017, estimou na terça-feira um relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). São os piores dados desde 2008, e resultam do fraco desempenho das economias regionais. A taxa de pobreza extrema passou de 9,9% em 2016 para 10,2% da população em 2017, o equivalente a 62 milhões de latino-americanos. “A proporção de pessoas vivendo em extrema pobreza continuou a crescer, seguindo a tendência observada desde 2015”, afirmou a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) ao apresentar seu relatório anual “Panorama Social da América Latina” na capital chilena. O Uruguai é o país com o menor percentual de pobreza, com 2,7% de sua população vivendo nessa condição — enquanto o governo do próprio país aumenta esse número para 7,9%, como resultado de pensões e transferências recebidas por famílias de baixa renda. O mesmo ocorre em países como Costa Rica (15,1%) e do Panamá (16,7%) . Ele é seguido pelo Chile, com 10,7% (contra 8,6% da medição oficial). Esta redução foi associada ao aumento da renda do trabalho em domicílios com menos recursos. ” (GLOBO, AFP, 2019).⁴²

Não se trata de uma análise apenas linear do neoliberalismo na América Latina e Brasil, essa fragmentação no mundo faz parte da nova fase do capitalismo internacional, e as modalidades de mais-valor no qual ocorreu a adesão ao neoliberalismo, fase financeira especulativo do capital. É uma idéia também presente no trabalho da economista Marisa Amaral no artigo: *Neoliberalismo na América Latina e a nova fase da dependência*,

“ Nesse cenário se faz presente a característica que protagoniza a condição de dependência no capitalismo atual: o acréscimo da vulnerabilidade externa estrutural combinada a uma situação de intensa fragilidade financeira, ambas como resultado imediato da “excessiva abertura financeira e falta de controle da mobilidade de capitais”, também do tipo de inserção externa das economias latino-americanas, em cuja pauta de exportações predomina as commodities e/ou produtos industriais de baixo valor agregado, percebe a conexão existente entre os conceitos de fragilidade financeira e de vulnerabilidade externa. A vulnerabilidade externa aparece como uma consequência da fragilidade financeira e pode ser identificada, por exemplo, quando uma economia apresenta baixa resistência a uma possível fuga de capitais. A partir daí não fica difícil perceber em que termos se estabelecem a dependência e a avidez por uma maior flexibilização dos mercados, especialmente do mercado de trabalho no sentido de ampliar a superexploração na periferia. O que explica estes aspectos é a formação de um círculo vicioso pautado numa dinâmica de atração de capitais externos de curto prazo para fazer face aos desequilíbrios no balanço de pagamentos – o que faz aumentar a dívida externa –, sendo que isto é feito por meio da elevação dos juros

⁴² Disponível < <https://oglobo.globo.com/economia/taxa-de-pobreza-atinge-184-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-revela-cepal-23374086> >, acesso 2019.

domésticos – o que faz aumentar a dívida interna. Ocorre, então, a perda de autonomia das políticas nacionais para esses países – o Estado se vê a serviço e à mercê do capital financeiro –, com uma forte restrição externa ao crescimento, que se explica pelos seus déficits em conta corrente e pela então necessidade de manutenção de altas taxas de juros como forma de atrair capitais que possam cobri-los, implicando em ampliação da dívida”.

(AMARAL, 2007).

A questão é que a globalização do programa neoliberal gerou uma onda de mudanças radicais dos governos no processo de implantação forçada, mediante a pressão da hegemonia econômica norte americana no mundo. A perda de autonomia nacional é a manutenção do poder na esfera de influência desse país, dos interesses de classe da burguesia dominante, ligada ao grande capital externo, para uma minoria da elite no poder, ou mediante eleições democráticas fraudulentas, sendo um processo gradual de *desdemocratização*⁴³ do Estado, esvaziar a democracia de sua substância sem a extinguir formalmente ao longo do tempo, em meio a crises capitalistas e *impeachments*, como no caso do Brasil, Collor 1992 ou Dilma Rousseff 2016. Torna-se um questionamento sobre, o que é a democracia neoliberal na América Latina e Brasil? No caso do Chile em 1973 a experiência concreta foi um golpe militar, neofascismo de Estado. No caso do Brasil eleições da burguesia 1989, Collor presidente. No Peru o neoliberalismo assume uma formação histórica autoritária, nos governos de Alberto Fujimori, mais radical mesmo que eleito no voto, o que extrapola novamente a democracia liberal, processo de usurpação do poder político.

Do ponto de vista da ação política de Estado no Peru durante a passagem do neoliberalismo nesse país, o governo de Fujimori foi marcado, para o historiador Rafael Brandão: *Neoliberais no Peru: Crise de Estado, privatizações e autoritarismo político 1990-2002*. ‘‘ A vitória de Fujimori nestas eleições, porém, deram-se através de um forte esquema de fraudes e corrupção, com compra de votos e intimidação, dirigentes políticos e empresários, com pagamento de suborno de milhares de dólares. Tais escândalos políticos levaram Fujimori a afastar Montesinos– seu braço direito – e anunciar a redução de seu mandato para um ano. Aproveitando viagem à Ásia, Fujimori desembarca no Japão, onde renunciaria ao cargo de presidente e pediria asilo político. O

⁴³Conceito elaborado por Wendy L. Brow cientista política estadunidense. Universidade da Califórnia. *Les habits neufs de la politique mondiale, néolibéralisme et néoconservatisme* (trad. Christine Vivier, Philippe Mangeot e Isabelle Saint-Saëns, Paris, Les Prairies Ordinaires, 2007).(DARDOT E LAVAL,p352, 2016).

Congresso não aceita a sua renúncia e o destitui do cargo, em novembro, por "incapacidade moral “. (BRANDÃO, 2017). Se tratando de ciência política o que acontece é que novamente na América Latina a democracia é violada, as eleições da burguesia vão desdemocratizando o Estado. Não houve neutralidade, a ação de governo foi também guiada por ondas de privatizações e perseguição a oposição. Nessa experiência concreta uma democracia da elite, Estado da minoria hegemônica capitalista local em acordo com E.U.A . No caso do Uruguai o Plebiscito de 1992 conseguiu barrar o programa neoliberal mediante a luta de classes, único país que conseguiu se afastar , mesmo que de forma limitada , do processo de ‘’ norteamericanização do Estado , ‘’ do capitalismo internacional da década de 1990.

É interessante analisar que devido ao processo gradual do avanço do neoliberalismo na América Latina e Brasil o que aconteceu foi um processo maior de demissões como resultado das privatizações. Não se efetivou nos países acima citados o pagamento das suas respectivas dívidas seja externas ou internas. O programa não foi viável para os países subdesenvolvidos, na prática acelerou os processos de desnacionalização, desindustrialização forçada, desterritorialização econômica, desemprego e super-exploração do trabalho, como também avanço gradual da pobreza na América Latina. Nesse sentido foi determinada uma nova forma de vida, guiada pelo desamparo de políticas públicas, o ser para a fome, a pobreza, o desemprego, a concorrência, não é uma questão apenas abstrata ou um tipo de ontologia materialista especulativa. Acontece como resultado das experiências concretas dos programas neoliberais e suas fragmentações ideológicas na América Latina. Um processo gradual de desdemocratização dos territórios e perda de autonomia nacional, endividamento e aceleração de modalidades de mais-valor, ou subdesenvolvimento interdependente capitalista, vinculado aos acordos da hegemonia capitalista, E.U.A .

Como forma de sustentar essa hipótese é importante o trabalho de estatística e políticas públicas, realizados na década de 2000, Rosana Campos: *O Impacto das reformas neoliberais na América Latina, desemprego e pobreza,*

“ Na América Latina a pobreza é um fenômeno social antigo, porém as transformações do capitalismo no final do século XX a intensificaram. As políticas econômicas de cunho neoliberal, implementadas de forma abrupta, em um curto período de tempo e num espaço marcado pela desigualdade, resultaram em mais pobreza contrariando o consenso dos organismos internacionais de que as reformas econômicas juntamente com a globalização trariam mais

emprego e reduziram a pobreza na região. Os países latino-americanos durante toda a década de 1990 foi possível visualizar duas importantes características da pobreza, analisando-a como uma questão de rendimento: 1) extensão, ou seja, a quantidade de pobres existente como proporção total da população e 2) intensidade: distância que separa a renda domiciliar per capita média dos indivíduos pobres do valor da linha da pobreza, medida em termos da porcentagem do valor dessa linha. Os dados referentes a essas duas características são relativos à linha de pobreza utilizada pela CEPAL, que representa uma quantidade mínima de renda que permite a um domicílio – em um determinado tempo e local – dispor de recursos suficientes que satisfaçam todas as necessidades de seus membros. Percentualmente, 1990 foi o ano com maior extensão da pobreza e da indigência, registrando 48,3% e 22,5% respectivamente. A partir de 1994 os percentuais de pobreza caíram, registrando naquele ano uma taxa de 45,7%, em 1997 43,5% e finalizando a década com 43,9% da população latino-americana sob o estigma da pobreza. Porém os números absolutos refletem uma constante ascensão do número de pobres entre os anos de 1980 e 1999. Segundo dados da CEPAL, em 1980 havia 135 milhões de pobres, em 1990 chegou-se ao patamar dos 200 milhões e em 1999 foram registradas 211 milhões de pessoas vivendo em situação de pobreza. Com relação à indigência, os números absolutos também cresceram. Em 1980, os 18,6% de indigentes se traduziam em 62,4 milhões de pessoas. Em 1990 os 22,5% representavam 93,4 milhões de latino-americanos e ao final de 1999 os 18,5% de indigentes na região significavam 89,4 milhões de pessoas vivendo sob a situação de indigência”. (CAMPOS, 2017).

“ Os dados demonstram que a região latino-americana concretizou muitas orientações do Consenso de Washington. Em 1990, já se registrava um índice de 0,72. Ao final da década o índice era de 0,82. Paralelamente, o desemprego e a pobreza também aumentaram sugerindo uma relação de causa-efeito entre a reforma e estes indicadores sociais”. (ibem,2017) .Na prática a experiências de desemprego e perda da cidadania, da dignidade, é também um resultado da super-exploração do trabalho latino americano, como uma forma de apêndice interdependente da hegemonia capitalista norte americana, esse conjunto de modalidades de exploração é um resultado da aplicação do programa neoliberal na América Latina e mais tardiamente no Brasil , 1990, uma nova forma de acumulação do capital . Nos documentos levantados acima a década de 2000 é também marcada pelo registro histórico de aumento gradual da extrema pobreza, na qual o mais-valor é abortado pela morte de milhões de trabalhadores no mundo, o processo de lumpemproletarização da vida ou exclusão social.

É interessante analisar que as experiências concretas da luta de classes se tornaram formas de rebelião social das classes pobres contra o programa e ação governamental de Estado neoliberal burguês em seus respectivos territórios. No artigo de Monika Meireles: *neoliberalismo e contestação social na América Latina: elementos para uma sociologia crítica*,

“ Dentre os inúmeros e espalhados protestos sociais ocorridos no subcontinente a partir dos anos 1990, Claudio Katz: *Las nuevas rebeliones latinoamericanas-2007*, se concentra em sua análise em quatro, naqueles que desembocaram em levantamentos massivos e generalizados em seus países: Bolívia, Equador, Argentina e Venezuela. Destes, a rebelião mais profunda se desenhou na Bolívia, em três ondas de combate que acirraram decisivamente a luta entre população e governo direitista neoliberal: a) a “guerra da água” em 2000, que reverteu à privatização do serviço de fornecimento de água em Cochabamba; b) a “guerra do gás” em 2003, na qual se defendeu a soberania dos hidrocarbonetos do subsolo boliviano contra a extração e exportação predatórias; e c) a culminação da agitação popular de “cocaleros” (camponeses-indígenas), movimento sindical e extratos urbanos, que veio com a derrubada dos governos de Gonzalo Sánchez de Lozada e de seu vice Carlos Mesa em 2005. No Equador, que também experimentou uma mudança sensível da orientação da política neoliberal a partir da pressão exercida pela mobilização popular. Na Venezuela se destaca o “caracazo” em 1989. A quarta rebelião significativa apontada por Katz toma lugar na Argentina, em 2001. Ela é marcada pelas manifestações dos “piqueteros”, movimento dos desempregados, que levaram à queda do presidente alinhado ao neoliberalismo Fernando De la Rúa , 2002 . Katz identifica que além do caráter anti-neoliberal e antiimperialista, as quatro grandes rebeliões apontadas coincidem nas formas e temas que pleiteavam: a anulação das privatizações, a nacionalização dos recursos naturais e democratização da vida política. Ele também ressalta a importância da multiplicidade de sujeitos que constituíram estas iniciativas, como indígenas, operários, camponeses, desempregados, setores da classe média e o papel das mulheres, bem como o importante papel que jogou a “identidade coletiva” para a conformação dos movimentos”. (MEIRELES, 2019).

Veja bem que a rebelião latino-americana contra o programa neoliberal foi uma luta de classes regional, mais ao mesmo tempo oposição contra a acumulação de capital nesses países aqui citados. Não se configurou como uma Revolução latino-americana, entretanto foram formas de combate direto a imposição das medidas neoliberais. Esses movimentos sociais ou levantes populares lograram alcançar, não se observou a constituição de formas paralelas de poder nem a derrubada dos organismos de Estado repressor, elementos que distinguem a rebelião popular da revolução social. Nesse sentido a luta contra o programa neoliberal foi também real enquanto experiência

concreta, contra a criminalização do pobre e naturalização da miséria, e a luta contra o desemprego⁴⁴.

Do ponto de vista geopolítico e histórico a resistência contra os programas neoliberais e o processo radical de norteamericanização da vida, foi sendo barrado pelas lutas camponesas e operárias no século XX. É uma condição global da luta de classes contra o capitalismo e marginalização dos povos. No livro: *América Latina Contemporânea: espectro, diversidade e seletividade*, a doutora em ciências sociais, Maria Caria detém um artigo: *A conta do desafio do milênio na América Central: benefícios reais ou mais da miséria neoliberal?*

“ O neoliberalismo gerou muitas contradições que impulsionaram levantes, mobilizações das comunidades indígenas e camponesas na América Latina. Para realizar esse enfrentamento, as organizações representantes das diversas categorias sociais da classe trabalhadora formulam conceitos, criam e recriam movimentos de lutas e resistências, como a Coordenadora Latino-americana de Organizações do Campo, Via Campesina, além das articulações indígenas, organizações camponesas, federações, associações, organizações de mulheres, articulação dos quilombolas e afrodescendentes, que se organizaram com o propósito de defender seus territórios, a natureza e suas culturas. Nessa direção, os movimentos indígenas e camponeses irão abrir um novo momento debatendo e formulando suas organizações, discutindo o princípio de que a convivência comunitária é fundamental para resistirem às ações do capital, que toma suas terras, invade seus territórios e assassina, criminaliza e aprisiona aqueles que resistem aos interesses dos grupos econômicos que mantêm a hegemonia do território. Esse modelo de desenvolvimento capitalista destrói os ecossistemas e conduz as populações camponesas e indígenas a condições de vida sub-humanas. Em sua sanha, o capital transforma tudo e todos em mercadoria mercantilizam a terra, os recursos naturais, a fauna, a flora, enfim, tudo que possa proporcionar mais valor. Os setores dominantes, econômica e politicamente acumulam não só o capital, mas também os bens da natureza, a produção humana, determinada pelas relações de poder”. (CARIAS, 2016).

⁴⁴ “De acordo com dados disponíveis em PNUD (2004), é possível observar o crescimento considerável do desemprego observado nos países latinos da América, inclusive essa dinâmica pode ser constatada na maioria deles, particularmente os mais populosos, com a menção especial do México, que praticamente manteve estável o indicador em análise. Merece destaque no período analisado o desempenho da Argentina que, em 1990 — no início da intensa implementação da política neoliberal com o governo Menem —, detinha um percentual de 7,4% e, em 2002, ostentava o triplo, com uma taxa oficial de 21% de desemprego aberto, assim como também os percentuais apresentados em relação ao Uruguai (cuja variação no intervalo considerado evolui de 8,5% para 17%), Colômbia (de 10,5% para 17,6% para o período) e Venezuela que, em 1990, possuía 10,4% e atinge 15,8%, em 2002. “(ibem, 2016).

Em suas ações e documentos, as organizações indígenas e camponesas, ao mesmo tempo em que afirmam radicalmente a crítica ao modelo atual de subdesenvolvimento, propõem construir um novo tipo de comunidade que gere outra forma de vida. É um processo gradual de luta contra o neoliberalismo, uma nova alternativa, um tipo diferente de ontologia ou o ser para -a- resistência ao grande capital. Que tenha como centro o ser humano, e uma sociabilidade que gere o respeito à cultura, à biodiversidade e à natureza, negando assim a lógica consumista e depredadora do sistema capitalista. Na direção de construção de outras formas de vida, os povos indígenas latino-americanos têm muito a ensinar, pois a sua visão de mundo, é outro espírito”. (ibem, 2016).

Ora sobre o processo de globalização do neoliberalismo é importante o artigo do historiador Marco Carvalho: *Globalização e neoliberalismo na América Latina*,

“ Essa íntima relação entre neoliberalismo e globalização foi percebida também por Milton Santos⁴⁵, que a entende como o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Essa tendência a uma economia mundo já era possível de ser observada desde século XIX, através da expansão do capital financeiro e pela divisão internacional do trabalho. Mas, foi apenas no século XX que esse processo se acentuou, ganhando novos contornos pelos avanços tecnológicos em diversas áreas - que possibilitaram a circulação mais intensa de capitais e mercadorias pelo planeta – e com a criação da Internet - interligando pessoas e países a “rede” mundial de computadores. Nesse fenômeno, para Milton Santos, reside no momento em que se toma como verdade um conjunto de ideias que não se sustentam por si só, caso dos termos “aldeia global” – onde, em teoria, o mercado teria o poder de homogeneizar o planeta, mas, na prática, aprofunda as diferenças locais; e a tese da “morte do Estado” – que, na verdade, não desaparece, mas se fortalece para atender os interesses internacionais e financeiros. ” Dessa forma, “alastam-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção (...) todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao presente processo de globalização” , intimamente ligado ao projeto neoliberal e sua ética : O tripé privatização – passagem de antigos setores do Estado para as mãos da iniciativa privada- desregulação – remoção de entraves burocráticos parcialmente - e competição – entre indivíduos, regiões, empresas, cidades - auxiliariam em tais objetivos, modo de ser e pensar “. (CARVALHO, 2016).

⁴⁵ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000,

Nesse sentido neoliberalismo tentar transformar o planeta em uma grande mercado interdependente capitalista, um processo de economia mundo, a passagem de modelos teóricos Europeus e norte-americanos para a realidade latina americana e brasileira, um processo de desterritorialização do Estado, essa forma de vida ou “norteamericanização” é uma padronização da cultura capitalista e normatividade das desigualdades no mundo, a pedagogia do consumo ou da exclusão social, perda da qualidade de vida e inacessibilidade a educação e dependência financeira. Na América Latina, esse padrão neoliberal de desenvolvimento, segundo Carlos Eduardo Martins⁴⁶, iniciou-se nos anos setenta, momento da crise da hegemonia norte americana, a partir das experiências no Chile 1973, e a década de 1980, Argentina e Uruguai, avançando em três grandes fases: A primeira, nos anos de 1980 – quando os Estados Unidos, em crise, escoou os excedentes da economia mundial e não ofereceu nenhum tipo de organização da divisão do trabalho ou um projeto de desenvolvimento da região. A segunda, em 1990 – sob a influência do “Consenso de Washington”, em que os norte-americanos desenvolveram um projeto de inserção internacional da América Latina. E, a terceira, na primeira década dos anos 2000 – quando o projeto neoliberal se modificou em resposta a ascensão econômica chinesa e ao avanço do anti-neoliberalismo.

Trata-se de ser lutas ou rebelião contra a super-exploração do trabalho, essa forma imediata de exploração pode manter e gerar o sistema mundo capitalista, a ausência desse processo de mais valor é a lupemproletarização da vida, momento de extrema-pobreza e fome, ou seja, desempregados excluídos do mercado de trabalho e potencialmente perigosos para o mercado, por isso maior investimento no policiamento do capital, e paralisação de políticas públicas e serviços sociais eficientes. Após um período de ruptura com ortodoxia neoliberal a partir da ascensão, no limiar do século XXI, de governos como os de Hugo Chávez (Venezuela), Néstor Kirchner (Argentina), Evo Morales (Bolívia), Rafael Correa (Equador) e de José Mujica (Uruguai), a América Latina parece, novamente, dar uma guinada à direita. Apesar da vitória de Lenín Moreno no Equador, derrotando o banqueiro Guillermo Lasso, mas também recentes vitórias eleitorais de Pedro Pablo Kuczynski, no Peru, e de Maurício Macri, na Argentina, além da derrota parlamentar na Venezuela, do revés do referendo na Bolívia e do golpe do Brasil desde 2016, apontam para a possível retomada de um novo ciclo neoliberal na região. Os exemplos mencionados fazem parte de um conjunto maior de

⁴⁶ MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

formações históricas , seus territórios e aplicações reais da ideologia neoliberal de Estado .

1.7- O que é isto a Ética neoliberal?

O conceito de ética neoliberal está presente no ensaio do pedagogo Daniel Suarez: *O princípio educativo da nova direita: neoliberalismo, Ética, e escola pública. Pedagogia da exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. No caso da relação entre capitalismo neoliberal e Ética, podemos chamar essa forma de educação, e condução de vida de pedagogia da exclusão social. Nesse sentido a determinação histórica, como parte integrante de um processo maior de globalização, e relação de subordinação ao Estado capitalista e sua burocracia. Assim a Ética neoliberal pertence não só ao programa neoliberal de um modo geral, mas detém sua peculiaridade e relação direta com a super-exploração do trabalho capitalista, associado à idéia de mais valor. Na prática são ações sociais, individuais e de classe da burguesia conservadora, novas identidades racionais ou irracionais. Em ontologia o ser social para a competição de livre mercado, lucro indiscriminado, individualismo, mensurabilidade, meritocracia ou um tipo de vida da elite e a mania de consumo. Podemos também afirmar que o processo de desemprego, e analfabetismo do povo obscurantista a idéia de cidadania, na qual a única liberdade no capitalismo é o dinheiro e a troca de mercadorias e força de trabalho.

O processo gradual de desemprego forma um conjunto maior de pessoas marginalizadas, perca da cidadania. Nesse sentido a ética empresarial é um tipo de conduta de vida da elite, do burguês empreendedor e seus lucros. A perca, portanto da capacidade de ser explorado ou gerar um tipo de renda ao burguês se torna anulada quando o desemprego em massa generaliza em algum território, seja na América Latina ou não. Um tipo de cultura do medo, afastamento irracional e estranhamentos do outro, portanto uma ética capitalista. Esse resultado de exclusão é chamado nessa tese de *homo lumpem*. Uma forma de lumpemproletarização da vida, alienação, extensão patológica na história, nesse sentido ausência de consciência de classe. O processo de

norteamericanização da vida é uma crise de identidade nacional, desnacionalização do território, um processo de globalização em que o capitalismo vai apagando as identidades nacionais, desterritorializando, é uma questão real do capitalismo no mundo.

Ora o *homo lumpem*⁴⁷ é um conceito criado aqui, uma hipótese concreta, mesma que seja subjetivo particular, é antes de tudo um problema social inerente a desordem capitalista, pode incluir: ladrões, mendigos, prostitutas, delinquentes juvenis, os improdutivos, estrato marginal em se tratando de crítica marxista, os degradados, o mau caráter, a escória social, um formação histórica próxima a escravidão assalariada, resultado da miséria neoliberal. Não podemos esquecer que são fragmentações da classe trabalhadora. Não se trata apenas de ser uma classe sem consciência dela mesma, na verdade pertencem também ao processo de super-exploração do trabalho, o ser para a fome. Ora só consome quem tem o que gastar trocando dinheiro, outro tipo de mercadoria. É uma camada da sociedade, mais pode ser chamado de subclasse trabalhadora informal, normalmente sem escolaridade básica mínima. Não se trata de ser um julgamento moral, é uma realidade social enquanto experiência no mundo. Nesse sentido se tratando de filosofia moral crítica, a ideia apresentada do *homo lumpem* é diferente da tese de Michel Foucault⁴⁸, o *homo economicus*⁴⁹. Esse último é o homem de empresa, o empresário capitalista que acumula o capital, processo do homem como empreendedor de si mesmo, a passagem ao capital humano. Não é parte central do objeto de pesquisa, detém, portanto os limites nessa tese. Existe uma artigo mais detalhado sobre o assunto do filósofo Trent H. Hamann: *Neoliberalismo governamentalidade e ética*,

“ Em seu curso de 1978-1979 no Collège de France, O Nascimento da Biopolítica, Michel Foucault apresentou o que hoje se reconhece como uma análise incrivelmente premonitória do neoliberalismo. De

⁴⁷ “A palavra Lumpen tem o significado original de “farrapo velho e sujo”, “pano de chão”, mas também é usada no sentido de “andrajo”. Figuradamente, Lumpen pode significar “vadio”, “vagabundo”, enquanto a derivação Lump é usada com o sentido fortemente pejorativo de “escória”, “mau-caráter”, “trapaceiro”. Marx utiliza Lump e Lumpen para designar o indivíduo vadio, que não se ocupa de nenhuma atividade socialmente produtiva. Portanto, traduzimos Lump e Lumpen por “vadio(s)”. Acompanhando-as sempre do original entre colchetes. Lumperei foi traduzido por “vadiagem”, ao passo que o termo Lumpenproletariat foi traduzido por “lumpemproletariado”, conceito já consagrado na literatura marxista”. (LINDEN,2016).*Marx, Karl, 1818-1883 A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846) / Karl Marx, Friedrich Engels; supervisão editorial, Leandro Konder; tradução, Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. - São Paulo : Boitempo, 2007.*

fato, o objetivo central da governamentalidade neoliberal é a produção estratégica de condições sociais que conduzam à constituição do homo economicus, uma forma específica de subjetividade com raízes históricas no liberalismo clássico. Contudo, enquanto o liberalismo situa o “homem econômico” como um “homem de troca”, o neoliberalismo se esforça em assegurar que os indivíduos são obrigados a assumir valores baseados no mercado em todos os seus julgamentos e práticas para reunir quantidade suficiente de “capital humano” e assim tornarem-se “empreendedores de si”. O homo economicus neoliberal é um “átomo” de interesse próprio, livre e autônomo, plenamente responsável por navegar pelo campo social utilizando cálculos de escolha racional e custo-benefício, excluindo explicitamente todos os demais valores e interesses. Aqueles que fracassarem em prosperar sob tais condições sociais não podem culpar ninguém nem coisa alguma além de si mesmo”. (HAMANN, 2012).

Ora o conceito de lumpemproletariado foi elaborado por Karl Marx e Friedrich Engels na obra: *Ideologia Alemã*, no século XIX por volta de 1845-1846, e depois também utilizado nos 18 *Brumário de Luiz Bonaparte 1852*. No século XXI podemos chamar essa categoria crítica de antropologia filosófica, a idéia de *homo lumpem* se estende para o conceito de alienação, subclasse social. Na verdade é uma forma de pensar não sobre o que a burguesia neoliberal tem a dizer sobre o conceito de justiça, a questão é que a injustiça é um dado real empírico concreto, a violação dos direitos humanos é um exemplo sobre essa reflexão. Nesse sentido o *homo lumpem* é um conceito que se estende ao presente, mais é algo que pode ser pensado como reflexão para o futuro. Não é só uma contemplação da vida e das relações sociais, econômicas, políticas, culturais sobre o medo ou miséria no continente Asiático e Africano, essa condição humana é uma experiência do cotidiano. É também um resultado lógico da má distribuição de renda no mundo, processo mais grave que pode ser chamado de neo-imperialismo, fase do capitalismo interdependente da globalização. Na Europa se manifesta de uma forma, nos E.U.A também, assim na América Latina ou Brasil, é uma realidade. A questão é que em países onde a pobreza é crônica os problemas sociais entram em um processo maior de contradição de interesses, de jogo na luta de classes. Segundo Nilmar de Oliveira, repórter da agência Brasil: *IBGE 2017*,

“ *IBGE: 50 milhões de brasileiros vivem na linha da pobreza. Pesquisa diz que o maior índice de pobreza é registrado na Região Nordeste, afetando 43,5% da população, Cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 – ou US\$ 5,5*

por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre. Os dados foram divulgados hoje (15), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fazem parte da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 – SIS 2017. Ela indica, ainda, que o maior índice de pobreza se dá na Região Nordeste do país, onde 43,5% da população se enquadram nessa situação e, a menor, no Sul: 12,3%. A pesquisa de indicadores sociais revela uma realidade: o Brasil é um país profundamente desigual e a desigualdade gritante se dá em todos os níveis. Seja por diferentes regiões do país, por gênero - as mulheres ganham, em geral, bem menos que os homens mesmo exercendo as mesmas funções -, por raça e cor: os trabalhadores pretos ou pardos respondem pelo maior número de desempregados, têm menor escolaridade, ganham menos, moram mal e começam a trabalhar bem mais cedo exatamente por ter menor nível de escolaridade. No que diz respeito à distribuição de renda no país, a Síntese dos Indicadores Sociais 2017 comprovou, mais uma vez, que o Brasil continua um país de alta desigualdade de renda, inclusive, quando comparado a outras nações da América Latina. A situação é ainda mais grave se levadas em conta as estatísticas do IBGE envolvendo crianças de 0 a 14 anos de idade. No país, 42% das crianças nesta faixa etária se enquadram nestas condições e sobrevivem com apenas US\$ 5,5 por dia. '(OLIVEIRA, IBGE, AGENCIA BRASIL, RIO DE JANEIRO, 2017).⁵⁰

Os dados mencionados acima na pesquisa do IBGE em 2017 fazem parte de um conjunto maior de documentos que indicam a realidade crítica sobre o porquê da existência da fome ainda no mundo. É um problema social do presente, mais uma realidade da má distribuição de renda também no Brasil. A pobreza está em fronteira com a miséria, processo global que ainda não foi resolvido pelas potências mundiais, muito menos pelo posicionamento da ONU, ou pelas elites da democracia burguesa nacional e internacional,

“O percentual de jovens que não trabalham nem estudam aumentou 3,1 pontos percentuais entre 2014 e 2016, passando de 22,7% para 25,8%. Dados da pesquisa Síntese de Indicadores Sociais 2017 indicam que, no período, cresceu o percentual de jovens que só estudavam, mas diminuiu o de jovens que estudavam e estavam ocupados e também o de jovens que só estavam ocupados. O fenômeno ocorreu em todas as regiões do Brasil. No Norte, o percentual de jovens nessa situação passou de 25,3% para 28,0%. No Nordeste, de 27,7% para 32,2%. No Sudeste, de 20,8% para 24,0%. No Sul, de 17,0% para 18,7% e no Centro-Oeste, de 19,8% para

⁵⁰ Disponível < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza> >>>, acesso 2019.

22,2%. Ele atingiu, sobretudo, os jovens com menor nível de instrução, os pretos ou pardos e as mulheres e com maior incidência entre jovens cujo nível de instrução mais elevado alcançado era o fundamental incompleto ou equivalente, que respondia por 38,3% do total.” (ibem , IBGE 2017).

No caso do Brasil o programa neoliberal é negligente com essa parte da realidade nacional, o que na prática promove uma pedagogia da exclusão social, pessoas que vão perdendo o direito a cidadania e a dignidade. Além de não terminarem seus estudos não detém uma real análise crítica sobre a atual condição de miséria que o capitalismo e a acumulação de capital interdependente geram no planeta. Fazem parte de um conjunto de pessoas que podem ser agrupados em uma subclasse trabalhadora, processo de marginalização da vida, o que denominei nessa tese de *homo lumpem*. Além do mais existe também a parcela do desemprego no campo, nas regiões rurais do país e do mundo, segundo o IBGE,

“Em todos os casos, a pobreza tem maior incidência nos domicílios do interior do país do que nas capitais, o que está alinhado com a realidade global, onde 80% da pobreza se concentram em áreas rurais. Ainda utilizando os parâmetros estabelecidos pelo Banco Mundial, chega-se à constatação de que, no mundo, 50% dos pobres têm até 18 anos, com a pobreza monetária atingindo mais fortemente crianças e jovens - 17,8 milhões de crianças e adolescentes de 0 a 14 anos, ou 42 em cada 100 crianças. Também há alta incidência em homens e mulheres pretas ou pardas, respectivamente, 33,3% e 34,3%, contra cerca de 15% para homens e mulheres brancas. Outro recorte relevante é dos arranjos domiciliares, no qual a pobreza - medida pela linha dos US\$ 5,5 por dia - mostra forte presença entre mulheres sem cônjuge, com filhos até 14 anos (55,6%). O quadro é ainda mais expressivo nesse tipo de arranjo formado por mulheres pretas ou pardas (64%), o que indica, segundo o IBGE, o acúmulo de desvantagens para este grupo que merece atenção das políticas públicas”. (IBGE, 2017).

Nesse sentido uma ética do empresariado tenta se universalizar mediante um processo real de alteridade e marginalização dos excluídos do programa neoliberal. O processo de mal-estar, esgotamento emocional, assédio, e crise de sentido, fazem parte de uma relação social histórica determinada se tornando um conjunto de fatores, o que no final podemos chamar de uma cultura do medo. Na verdade é um processo de controle e poder exercido pelo Estado neoliberal, relação ideológica de classe e

ontológica diante da vida. O que movimenta o processo de super-exploração da força de trabalho é a rotação do grande capital e seus lucros, seja nacionais ou internacionais. A pobreza é um processo de submissão aos Estados capitalistas com péssima distribuição de renda e reforma agrária. É um problema não só do Brasil, mas mundial. Outro exemplo no *jornal Globo Economia: dados mundiais da pobreza*, escrito pelo jornalista Manoel Ventura,

“ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) divulgou nesta quinta-feira o Índice de Pobreza Multidimensional. O levantamento calcula quantas pessoas vivem em situação de pobreza no mundo. O Índice de Pobreza Multidimensional classifica como pobre qualquer indivíduo privado de pelo menos três de um total de 10 indicadores considerados importantes para se ter qualidade de vida: nutrição, baixa mortalidade infantil, anos de escolaridade, crianças matriculadas em escolas, energia para cozinhar, saneamento, água, eletricidade, moradia digna e renda. Quanto maior o número de indicadores, mais grave é a situação. A pobreza multidimensional é encontrada em todas as regiões em desenvolvimento do mundo, mas é maior na África Subsaariana e no Sul da Ásia. Na África Subsaariana, por exemplo, cerca de 560 milhões de pessoas (58% da população) estão vivendo em pobreza multidimensional. Enquanto no sul da Ásia, 546 milhões de pessoas (31% população) são multidimensionalmente pobres. Os dados também revelam que a grande maioria, 1,1 bilhão, dos pobres multidimensionais vive em áreas rurais em todo o mundo, onde as taxas de pobreza, em 36%, são quatro vezes maiores do que aquelas que vivem em áreas urbanas. ” (VENTURA BRASILIA 2018).⁵¹

Aqui nessa tese o *homo lumpem*, seja o despossuído de trabalho ou de estudos nas áreas rurais e urbanas, está na categoria de subclasse no sistema mundo capitalista interdependente. A Ética neoliberal, portanto é um comportamento conservador da elite, da manutenção do poder pela violência e de seus interesses de Estado, o programa excludente da classe subalterna. Ora isso é passado de forma hereditária, mantendo a hegemonia da classe burguesa no poder, assim existe na história um conjunto de famílias oligárquicas, novas aristocracias do capital. Assim o *homo lumpem* representa os não assalariados. Os trabalhadores vinculados ao processo de super-exploração da força de trabalho estão em uma condição de salarizados, que também em alguns casos, parcialmente passam fome, mas conseguem existir como

⁵¹Disponível <<https://oglobo.globo.com/economia/onu-divulga-dados-mundiais-de-pobreza-sem-informacoes-sobre-brasil-23085580>>>, acesso 2019.

forma de capital humano para gerar a produtividade que também logo o exclui, se tornando uma mercadoria como outra qualquer, podemos chamar isso de coisificação da vida. O ser para a competição, o ser para consumo, ou o ser para a fome.

Sobre o conceito de lumpemproletariado, tratando-se de sociologia crítica marxista é importante o artigo de historia social global de Marcel van der Linden “ *O conceito marxiano de proletariado: uma crítica,*

“ O “lumpemproletariado” fez sua aparição inicial nos primeiros escritos de Marx e Engels, em que os autores discutiram o antigo Império Romano. A noção surgiu pela primeira vez na : A ideologia alemã (1845-1846) em uma passagem discutindo o tema dos plebeus, que, estando “a meio caminho entre os homens livres e os escravos, nunca puderam ser mais que uma ralé proletária [Lumpenproletariat no original alemão]” (Marx & Engels, 1845-1846: 84). Entretanto, como conceito contemporâneo o lumpemproletariado apareceu pela primeira vez por de volta de 1848-1851, quando Marx analisou as correntes revolucionárias e contra-revolucionárias francesas. Ele estava impressionado pela observação das ações e reações dos trabalhadores de ambos os lados das barricadas – um aparente absurdo que ele só podia explicar valorizando aqueles do lado certo como os proletários “reais”, e desvalorizando aqueles do lado errado como pseudoproletários. Quando, em 1851, os trabalhadores se dividiram novamente e alguns deles apoiaram Luís Bonaparte, Marx encontrou certa justificativa para a sua análise. Em O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte (1851-1852), ele incluiu no lumpemproletariado não apenas os “hedonistas decadentes” de origem aristocrática ou os “ramos arruinados e aventureiros da burguesia”, mas também os vagabundos, soldados dispensados, prisioneiros libertos, escravos fugidos de navios, malandros, charlatões, lazarentos, punguistas, trapaceiros, jogadores, cafetões, donos de bordel, carregadores, literatos, tocadores de realejo, trapeiros, amoladores de faca, funileiros, mendigos – em suma, toda a massa indefinida, desintegrada, jogada aqui e acolá, denominada pelos franceses de a boemia (Marx, 1851-1852: 149)”.(LINDEN,2016).

Não se trata nessa tese de reproduzir o conceito de Marx elaborado em meio as lutas de classe, no movimento concreto da França no século XIX. O *homo lumpem* é definido aqui como uma *subclasse*, não se defende o apagamento dessa formação histórica, os limites do pensamento de Marx são aqui apontados devido ao descarte dessa classe não assalariada como potencialmente revolucionária, mas também inserida no processo de super-exploração do trabalho, podemos chamar isso de escravidão moderna assalariada, e suas modalidades de exploração e mais valor no mundo, enquanto mercadoria e sendo um valor de capital humano para a reprodução da lógica de acumulação capitalista. Na verdade a Ética neoliberal da elite burguesa que busca

subalternizar esse pequeno grupo, mas que pode se formar enquanto classe para si, essa ausência da idéia de classe super-explorada em si é a categoria do *homo lumpem*, estão espalhados no planeta, com o tempo essas pessoas vão se proletarizando de alguma forma, um tipo de subclasse marginalizada pelo grade capital , muitos estão no sistema carcerário seja no Brasil ou em algum outro local .

No capítulo 2 teremos uma análise mais detalhada sobre a chegada tardia do neoliberalismo no Brasil. Trata-se de uma reflexão crítica acerca do neoliberalismo como programa de Estado, portanto momento das primeiras eleições democráticas no país em 1989. Nesse sentido é uma historicidade sobre o processo de implementação global desse programa, também relacionado de forma interdependente com a hegemonia capitalista dos E.U.A , vinculados ao FMI , OMC , Banco Mundial e outros órgãos institucionais internacionais . É um momento mais analítico sobre privatizações no Brasil de 1990-2002, e processo de luta de classes nesse período. Assim é uma crítica aos governos de: Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, sendo esse último presidente o que acelerou a desnacionalização, a privatização, a desindustrialização, aumento do desemprego, não pagamento efetivo da dívida externa e efetivação da continuidade do subdesenvolvimento interdependente capitalista global.

CAPÍTULO 2: A EXPERIÊNCIA NEOLIBERAL NO BRASIL: FERNANDO COLLOR DE MELLO E ITAMAR FRANCO 1990-1994

1.1 A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO PROGRAMA NEOLIBERAL NO BRASIL: FERNANDO COLLOR DE MELLO E ITAMAR FRANCO 1990-1994

É importante ressaltar que a formação histórica do neoliberalismo no Brasil foi algo tardio se comparado com o restante da América Latina. Nesse sentido a década de 1990 é registro histórico do Estado neoliberal no país. A primeira eleição direta para a presidência da república se iniciou de forma lenta e gradual. Em 1989 são marcadas as primeiras eleições com a vitória da burguesia, tendo como representante de classe Fernando Collor de Mello – PRN. Do ponto de vista global o capitalismo interdependente desse período foi também marcado pela imposição econômica, da hegemonia capitalista burguesa norte-americana, no famoso “ consenso “ de Washington, momento da nova fase imperialista do capital na década de 1990, associado com a abertura da economia para as multinacionais, processo gradual de privatização, como a criação do Plano Nacional de Desestatização, um tipo de política industrial voltada para pagamento da dívida externa mediante a desindustrialização e desnacionalização, das indústrias e da economia nacional brasileira, além das mudanças de cunho monetarista, com a criação de novas moedas no mercado, como presente nos Plano Collor I e II.

No que tange a historiografia marxista brasileira sobre essa formação histórica no Brasil é importante ressaltar os trabalhos de Nelson Werneck Sodré: *A farsa do neoliberalismo*, a tese de doutorado de Armando Boito Junior: *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, Ricardo Antunes: *A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, F.H.C e Lula)* e Marco Antonio Villa: *Collor Presidente : Trinta meses de turbulência , reformas , intrigas e corrupção* . São referências centrais nas análises sobre privatizações, desindustrialização, desnacionalização, e alcance global de explicação sobre esse modelo de produção e organização do Estado no Brasil, envolvidos também no processo maior de subdesenvolvimento interdependente, e super-exploração do trabalho. Partimos da obra do historiador Marco Antonio Villa, citada acima,

“Em 1982 Fernando Collor de Mello, foi eleito deputado federal — o mais votado em Alagoas. Votou pelas Diretas Já, em 1984, mas, em janeiro de 1985, no Colégio Eleitoral, que elegeu o presidente da República, optou por Paulo Maluf, opositor de Tancredo Neves. Registre-se que pouco participou da vida parlamentar. Em 1986 filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) — estava no Partido Democrático Social (PDS) — e foi eleito governador, aproveitando a popularidade do Plano Cruzado. Ficou conhecido como o “caçador de marajás” devido à tentativa de combater o empreguismo e os altos salários na administração pública estadual. Em 1989 representava os interesses da hegemonia burguesa, uma nova ordem capitalista, com fase de transição econômica política do liberalismo heterodoxo de Sarney para o neoliberalismo de Collor e de sua equipe ministerial da década de 1990”. Buscou participar da primeira eleição presidencial direta sob a égide da *Constituição de 1988*. Sem espaço nos grandes partidos, flertou com pequenas legendas, até sair a sua candidatura, em fevereiro de 1989, pelo o Partido da Reconstrução Nacional (PRN⁵²). Por indicação do deputado Hélio Costa, acabou fixando-se no nome do senador Itamar Franco, para a vice-presidência”. (VILLA, 2016).

Ora do ponto de vista político Fernando Collor de Mello - PRN, era representante nacional dos interesses de classe hegemônica da burguesia brasileira, visto como o “líder carismático, o caçador de marajás, era o reformador da ordem e da moral capitalista e, portanto democrático, defensor da família e da propriedade privada”, em contraste com Luiz Inácio Lula da Silva - PT, representante da esquerda radical democrática, associado de forma errônea ao comunismo latino-americano. Nas eleições de 1989 a vitória eleitoral foi da burguesia, mediante a primeira eleição presidencial no país, depois de 21 anos de ditadura militar no Brasil. Parte da burguesia brasileira ameaçava a demissão de inúmeros funcionários caso Lula fosse eleito presidente no lugar de Fernando Collor de Mello. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, tendo como presidente Mário Amato. Consta no documento da *Folha de São Paulo Online*,

⁵²Segundo o jornalista André Couto: *Jornal Estado de São Paulo 1992-94* “ Em fevereiro de 1989, quando da filiação de Fernando Collor de Mello, foi rebatizado com o nome de Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Em 13 de maio de 1988, o programa nacional de rádio e TV do PJ, transmitido em rede nacional, lançaram a candidatura do governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, à presidência da República. Em fevereiro de 1989, consumou-se a entrada de Fernando Collor de Melo no PJ, que foi então rebatizado com o nome de Partido da Reconstrução Nacional. O manifesto do PRN afirmava que “a reconstrução moral é pré-requisito para todas as demais tarefas que enfrenta a sociedade brasileira no campo político, econômico e social”. CPDOC. FGV. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn>. Acesso, 2019

“ Aliado a um discurso de que Lula traria insegurança por ter origem de esquerda, o empresariado mostrou-se refratário ao candidato do PT: o então presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Mário Amato, afirmou que se Lula vencesse 100 mil empresários deixariam o país. E, por fim, a edição feita pela Rede Globo do último debate da campanha favoreceu Collor. Nos primeiros 15 dias de mandato, Collor lançou um pacote econômico, que levou seu nome, bloqueou o dinheiro depositado nos bancos (poupança e contas correntes) de pessoas físicas e jurídicas (confisco). Entre as primeiras medidas para a economia havia uma reforma administrativa que extinguiu órgãos e empresas estatais e promoveram as primeiras privatizações, abertura do mercado brasileiro às importações, congelamento de preços e pré-fixação dos salários. Embora inicialmente tenha reduzido a inflação, o plano trouxe a maior recessão da história brasileira, resultando no aumento do desemprego e nas quebras de empresa”. (pesquisa@folhapress.com.br), 2002).⁵³

Do ponto de vista econômico o programa neoliberal no Brasil fez parte de um conjunto maior de medidas monetaristas, formas burocratizadas de controle da inflação vinculadas a política industrial de privatização do Ministério da Fazenda, liderados pela economista Zélia Cardoso de Mello⁵⁴. Existem dois artigos mais detalhados sobre a criação e aplicação das medidas neoliberais do Plano Collor, o economista Carlos Eduardo Carvalho em: *As origens e gênese do Plano Collor* e *O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?*

“ O “Plano Collor “foi o nome que prevaleceu, mas, em geral, designando apenas o bloqueio⁵⁵ das aplicações financeiras. As

⁵³Disponível: a autoria da matéria é reservada a folhapress, <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wpSnZPwqQ04J:https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1990.shtml+&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>, acesso 2019.

⁵⁴ “ Era professora da Universidade de São Paulo na área de história econômica. Chegou ao ministério depois de vencer a disputa com Daniel Dantas, candidato ao cargo apoiado por influentes barões da economia e pelo ex-cunhado de Collor, o empresário Olavo Monteiro de Carvalho. Zélia Cardoso de Mello era uma jovem economista de pouco mais de 30 anos quando conheceu Fernando Collor de Mello, em 1987. Dois anos depois, tornou-se sua principal assessora econômica, depois de eleito, sua ministra da Fazenda. Zélia teve uma passagem, no mínimo, impactante pela Esplanada e se tornou uma das figuras centrais dos anos Collor. Nesta entrevista concedida às vésperas do 2o turno, com Collor na dianteira das pesquisas, Zélia já dava indicativos claros de que o futuro governo trabalhava com ideia de aplicar um choque na economia brasileira a fim de reduzir a inflação, o maior drama daquele Brasil recém saído de 21 anos de ditadura. O que ninguém imaginava é que Zélia e Collor seriam capazes de fazer um confisco na Caderneta de Poupança. O resultado desastroso foi o primeiro dos muitos equívocos que fizeram Collor ser derrubado do Planalto e levaram Zélia a um auto-exílio em Nova York que dura até hoje.”(ibem, 2016), acesso 2019 .

⁵⁵ “O Bloqueio da Liquidez no Plano Collor – Medida Provisória 168, 15/3/1990, depois Lei número 8.024,12/4/1990. Bloqueio da liquidez de parte considerável dos haveres financeiros, exceto o papel-moeda em poder do público. Os valores em cruzados novos bloqueados ficariam recolhidos ao Banco Central do Brasil por 18 meses, recebendo juros de 6% ao ano mais correção monetária, creditados diariamente, e seriam liberados em 12 parcelas mensais a partir do 19o mês. O bloqueio procurou

referências ao plano em geral não incluem o amplo leque de iniciativas em áreas diversas como política de rendas, finanças públicas, reforma do Estado, política cambial e comércio exterior”. Duraram seis meses, a tentativa inicial era de estabilização da inflação com bloqueio da liquidez. Estava derrotada em setembro, quando a política monetária e a política cambial voltaram aos padrões característicos dos anos de alta inflação. Houve dois períodos distintos nesta trajetória. O primeiro, do bloqueio até meados de maio, foi marcado pela rápida monetização, pela volta da inflação para o nível de 10% ao mês e pela passagem do medo de uma recessão catastrófica para o medo de descontrole da oferta de moeda e da inflação. O segundo período começou no final de maio, quando se anunciou uma nova política, dita ortodoxa, com ênfase no controle da oferta de moeda e na supressão dos instrumentos. Típicos da convivência com a moeda indexada e com a inflação alta. O abandono desta política em setembro marcou a derrota do Plano Collor e deu lugar à fase de acomodação que se estendeu até o chamado Plano Collor II”. (CARVALHO, 2006).

Do ponto de vista sobre o debate acerca do bloqueio da liquidez não é objeto central desse trabalho, podemos chamar essa leitura reducionista do Plano Collor de economicismo crítico, entretanto é um tipo de explicação concreta do que foi as medidas adotadas pelo presidente e o Ministério da Fazenda. Optamos aqui ainda pelo livro de Marco Antonio Villa,

“ 16 de março de 1990. A única ação governamental fora anunciar o tarifaço: o aumento dos preços dos combustíveis em 57,8%, dos serviços postais em 83,5%, e de 32% para energia elétrica, serviço telefônico, etanol e açúcar. Incluindo esses reajustes, desde o início do ano o serviço telefônico tinha aumentado 599%; os serviços postais, 516%; a energia elétrica, 597%; os combustíveis, 527%; o açúcar e o etanol, 447%. A inflação dos dois primeiros meses do ano alcançara 169,72%. A tensão era muito grande. Ninguém aguentava mais tanto aumento de preços. No Rio de Janeiro um supermercado foi fechado depois que uma consumidora encontrou uma mesma mercadoria com quatro preços distintos, variando em 300%. O Plano Collor — que ele preferiu chamar de Brasil Novo — foi recebido com assombro. Era uma verdadeira revolução econômica. Semanas antes, o presidente eleito dissera que seu programa deixaria a direita indignada, e a esquerda, perplexa. Cumpriu a promessa. Criou uma nova moeda, o cruzeiro — a terceira mudança em apenas dois anos. E congelou os

enfrentar, de uma só vez, os três problemas identificados nos choques: (i) a tendência de monetização acelerada e de explosão da demanda em momentos de desinflação abrupta, (ii) as implicações da elevada liquidez dos haveres financeiros e da “moeda indexada” e (iii) as precárias condições de financiamento da dívida pública mobiliária. O debate apontava para a possibilidade e mesmo para a necessidade de medidas não convencionais em relação aos três problemas. Os haveres financeiros seriam convertidos ao par, de cruzados novos (NCz\$) para cruzeiros (Cr\$), após a cobrança extraordinária de 8% de IOF (imposto sobre operações financeiras) nos haveres não monetários e na venda ou transmissão de ações e ouro, isentos os depósitos à vista e os títulos e depósitos do ativo das instituições financeiras”. (CARVALHO, 2006).

preços. Até aí isto já tinha sido feito em outros planos (fracassados) de estabilização. ‘’. (VILLA, 2016).

A fase inicial da experiência neoliberal no ano de 1990 não foi positiva para o Brasil com a implementação gradual do Plano Collor, como já discutido pelos autores citados. Esse momento no país foi marcado por ondas de inflação galopante, chegando a uma hiperinflação mal resolvida, somada ao descontrole do sistema bancário brasileiro, a reforma monetarista não trouxe o resultado esperado. Para uma análise mais detalhada sobre essa formação histórica no Brasil vale destaque para a tese de doutorado do historiador Rafael Brandão: *Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso 1995-2002*. Apesar de o historiador focar na fase mais radical do neoliberalismo até esse período, é uma descrição histórica de vários planos monetaristas fracassados no país, chegando até o governo F.H.C com o colapso do plano real em 1999.

’’ Entre 1986 e 1994, foram seis tentativas de conter o avanço da inflação : Plano Cruzado I e II, Plano Bresser, Plano Verão e Plano Collor I e II. Em fevereiro de 1986, no governo Sarney, foi instituído o Plano Cruzado, criando uma nova moeda, o cruzado, em substituição ao cruzeiro, e estabelecendo um congelamento salarial. A inflação naquele ano foi de 79,66% pelo IPCA. Em julho de 1987, o Plano Bresser, criado quando Luiz Carlos Bresser Pereira assumiu o ministério da Fazenda, é implantado. Para conter o déficit público, os preços e salários foram novamente congelados. Sem sucesso, a inflação atingiu 363,41% no ano. Em janeiro de 1989, Maílson da Nóbrega substitui Bresser Pereira na Fazenda e criou o chamado Plano Verão, que mais uma vez apostou no congelamento de preços e salários. Também foi criada uma nova moeda, o cruzado novo. O plano causou desajustes à poupança e elevou a inflação, pelo IPCA, à 1.972,91%. Em março de 1990, logo após a posse de Fernando Collor, é anunciado o Plano Collor, criado para tentar conter a hiperinflação. Foram congelados os bens privados e o cruzado novo foi substituído pelo cruzeiro. A inflação, porém, continuou em patamares elevados, a 1.620,97%, pelo IPCA. Em fevereiro de 1991, em uma nova tentativa de conter a alta dos preços, é lançado o Plano Collor II, com o ajuste de tarifas públicas e a redução de alíquotas de importação. A inflação é reduzida, mas ainda em patamares altos, ficou em 472,7% ao ano ‘‘. (BRANDÃO, 2013).

Acerca do processo gradual de implementação no Brasil do programa de Estado neoliberal e as privatizações, teve o início a criação do Plano Nacional de Desestatização em 1990, uma forma de ação governamental ou política industrial em que as empresas públicas foram sendo leiloadas e vendidas como forma de resolver o

problema da dívida externa brasileira, iniciado em 1991. Nesse sentido a primeira medida adotada fora a reforma monetária, que gerou uma bagunça no sistema bancário brasileiro, sem unidade de moeda várias contas foram bloqueadas e antigas moedas perderam o valor de compra no mercado, a segunda medida foi às privatizações. O processo gradual de desemprego foi acelerando conforme o avanço gradual das privatizações, a formação de uma massa extra de desempregados, força de trabalho humana flutuando no mercado. Além da tese de Rafael Brandão, já citado, sobre os impactos das privatizações na luta de classes, vale ressaltar também a tese da historiadora Monica Piccollo de Almeida: *Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso*. Essas duas teses sobre o capitalismo neoliberal brasileiro detêm um consenso quanto a utilização do livro do sociólogo Luiz Werneck Vianna como fonte, *De um Plano Collor a outro*, referência central nos debates sobre privatizações, o consenso é a explicação sobre o resultado negativo para economia nacional desse período, seja pelo um processo maior de desindustrialização forçado pelo Estado, e perda de patrimônio público . Ainda sobre esse assunto vale ressaltar também o livro de Clovis de Faro: *Plano Collor avaliação e perspectiva*.

Segundo as jornalistas Anay Cury e Gabriela Gasparin: *Planejado contra hiperinflação, Plano Collor deu início abertura comercial*,

“ Um dia após sua posse na Presidência, em 16 de março de 1990, o então presidente Fernando Collor anunciou o Plano Brasil Novo – ‘apelidado’ de Plano Collor. Medida mais lembrada foi o ‘confisco’ da poupança, que bloquearia por 18 meses os valores dos investimentos acima de NCz\$ 50 mil. A lógica era que, “tirando” o dinheiro de circulação, haveria menos pressão inflacionária. O Cruzado Novo (NCz\$) foi substituído pelo Cruzeiro (Cr\$), com dois propósitos: permitir o bloqueio sem ferir a lei, já que os recursos seriam devolvidos em uma moeda diferente; e marcar a mudança da política econômica. O plano previa a redução gradual das tarifas de importação, para forçar o aumento da competição. Com importados mais baratos, os produtores nacionais seriam forçados a reduzir seus preços e melhorar a qualidade dos produtos. As mudanças estabeleceram que contratos não poderiam mais usar a inflação para correção monetária em prazos inferiores a um ano. A lógica é que, ao aumentar os preços, essa indexação “carrega” para frente essa inflação passada. O governo determinou demissões em massa de servidores, aumento de tarifas públicas e o início das privatizações – reduzindo, assim, a quantidade de dinheiro que

o governo “despeja” em circulação para pagar suas próprias contas’’. (CURY E GASPARIN, Jornal G1 – Globo 2012).⁵⁶

Na prática o ano de 1990 tentou controlar a inflação galopante diminuindo a emissão de papel moeda no mercado e fazendo surgir uma nova moeda como forma de combater a desvalorização da antiga. Um tipo de acomodação política econômica até o ano de 1991, em que é marcado pelas experiências das privatizações. Podemos chamar essa fase da história econômica brasileira como degeneração da moeda, um fracasso em se tratando de medidas monetaristas de Estado. Nesse sentido houve a perda da confiança na moeda, diminuição de investimentos no país. Segundo o economista Carlos Eduardo Carvalho no Capítulo 2 da sua tese de doutorado: *Bloqueio da Liquidez e Estabilização: o fracasso do Plano Collor*,

“ Não havia como evitar o tumulto no sistema bancário depois de intervenção tão abrangente, preparada às pressas por um pequeno grupo de técnicos. A aplicação estrita das regras do bloqueio era impossível: os bancos não teriam como executá-las sem contar com o financiamento do BCB e sem a troca, por títulos em cruzeiros, de parte do ativo retido em cruzados. Ainda assim, só em maio e junho os bancos conseguiram ajustar suas contas às regras definidas em março e detalhadas em abril. O forte recolhimento de cruzados em junho, atuação de acomodação do BCB não pode ser considerada um erro de gerenciamento do plano. Anunciado em 16/3/1990, dia seguinte à posse de Fernando Collor de Mello na presidência da República, o bloqueio da liquidez da maior parte dos haveres financeiros derrubou de imediato a inflação elevada e em aceleração, da faixa de 70% mensais na média de janeiro e fevereiro, para a faixa de 10% ao mês nos meses seguintes, mas em dezembro os preços cresciam a 20% ao mês. Duraram seis meses a tentativa de estabilização com bloqueio da liquidez. Estava derrotada em setembro, quando a política monetária e a política cambial voltaram aos padrões característicos dos anos de alta inflação. Houve dois períodos distintos nesta trajetória. O endurecimento da política monetária com que a equipe econômica pretendia recuperar o controle sobre a liquidez e deter a alta da inflação em meados do ano. A inviabilização destas medidas marcou o retorno aos instrumentos de convivência com a inflação elevada. Este expressivo volume de cruzeiros foi criado ou permaneceu circulando após o choque, devido à desorganização do sistema bancário, portanto não houve o controle da moeda nem da liquidez. Se o devedor tivesse que pagar sem ter cruzados, teria que dispende seus cruzeiros ou tomá-los de alguém, reduzindo a oferta de cruzeiros. ” (CARVALHO, 2006).

Na prática aconteceu que o sistema capitalista brasileiro ficou desordenado, pois inúmeras moedas estavam em circulação, outras sendo congeladas e perdendo seu valor

⁵⁶ Disponível < <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contrainflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html> >>, acesso 2019.

de compra e troca no mercado, as várias moedas em circulação dentro de um mesmo sistema de competição capitalista, um absurdo econômico e uma incompetência de gestão de Estado, o objetivo do governo falhou no processo de monetização da economia. Todo esse processo de degeneração da moeda resultou também na real experiência do *subdesenvolvimento interdependente*. A moeda nacional perdeu seu valor de compra nos leilões, enquanto o dólar era moeda central de troca, sendo mais eficaz na abertura econômica, apenas com o real em 1993 é que esse problema foi amenizado, voltando novamente a uma onda cíclica de problemas monetaristas, com a crise do real em 1999. Até finais de 1991 o Plano Collor II continuou em meio a suas crises de acomodação e abertura econômica, radicalizando para as privatizações.

1.2: O Plano Nacional de Desestatização (PND), as privatizações dos governos Fernando Collor e Itamar Franco de 1990 a 1994

As vendas das estatais brasileiras nesse período serviram apenas para pagar os juros da dívida externa, que não foi resolvido pela privatização, mas apenas estabilização momentânea da crise econômica e política da década de 1990. O marco jurídico do programa de privatização do governo de Fernando Collor foi instituído pela lei n° 8031, de 12 de abril de 1990, que criou o Programa Nacional de Desestatização⁵⁷ (PND). Somaram-se a esse passo inicial, os Decretos n° 99463, de 16 de agosto de 1990, que regulamentou a lei anterior, o DE n° 99464, também de 16/08/1990, que designou o BNDES como gestor do PND e a Lei n° 8250, de 24 de outubro de 1991, que estabeleceu as formas de pagamento das empresas privatizadas. Tal análise é mais

⁵⁷ BNDES-PRIVATIZAÇÕES-PSD “Durante o período 1990-2015, foram realizadas 99 desestatizações, referentes aos setores siderúrgico, químico e petroquímico, fertilizantes, elétrico, ferroviário, mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro, de petróleo e outros. Ressalta-se que o total de desestatizações apresentado no *Relatório de Atividades do Programa Nacional de Desestatização – PND 2015* difere do total aqui apresentado, uma vez que não contempla o resultado referente à outorga de concessões de aproveitamentos hidrelétricos, linhas de transmissão, rodovias federais e aeroportos. O Programa Nacional de Desestatização - PND, no período 1990-2015, obteve uma receita equivalente a US\$ 54,5 bilhões com a venda de empresas e com a alienação de participações minoritárias. Esse valor, acrescido do valor da dívida transferida ao setor privado, de cerca de US\$ 9,2 bilhões, representa um resultado total para o PND da ordem de US\$ 63,7 bilhões. Destaca-se que os leilões para concessão das rodovias federais foram por menor tarifa, sem pagamento de bônus de outorga ao governo “. Fonte: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>>Acesso, 2019.

detalhada no artigo da historiadora Monica Piccollo de Almeida: *"Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma Leitura Gramsciana"*,

" Como consta no corpo da Lei nº 8031, o PND foi criado tendo como principais objetivos: reordenar a posição estratégica do Estado na economia, transferindo à iniciativa privada atividades devidamente exploradas pelo setor público; contribuir para a redução da dívida pública, concorrendo para o saneamento das finanças do setor público; permitir a retomada de investimentos nas empresas e atividades que vieram a ser transferidas à iniciativa privada; contribuir para a modernização do parque industrial do país, ampliando sua competitividade e reforçando a capacidade empresarial nos diversos setores da economia, permitir que a administração pública concentre seus esforços nas atividades em que a presença do Estado seja fundamental para a consecução das prioridades nacionais; contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, através do acréscimo da oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital das empresas que integrem o Programa". (ALMEIDA, 2007)

Embora tal programa tenha adquirido uma nova roupagem ideológica de Estado durante o governo Collor, suas origens históricas remontam à administração Figueiredo, quando, em 1981, foi criada a Comissão Especial de Desestatização, responsável pela privatização de 20 empresas. Este projeto se inicia durante o Governo Sarney, quando mais 18 empresas já haviam sido reprivatizadas, das quais 12 eram controladas pelo BNDES. Segundo a economista Joana Silva, no capítulo 2 da sua Monografia⁵⁸: *As Empresas Estatais e o processo de privatização até o Governo Itamar Franco,*

" Em 1981 foi criada uma "Comissão Especial de Privatização" que identificou 140 empresas que poderiam ser privatizadas no curto prazo. Entretanto, esta década pode ser caracterizada como um período de fraco desempenho econômico e pela "reprivatização" das empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado em razão das dificuldades financeiras. O governo, neste momento, não tinha como objetivo implementar um programa em larga escala. As privatizações neste período ocorreram apenas em empresas de pequeno porte, e apresentaram resultados bastante modestos. No período de 1981 a 1984 foram vendidas 20 empresas, uma foi arrendada e 8 foram absorvidas por outras instituições públicas. Essas empresas eram em geral empresas reprivatizadas e não estavam incluídas nenhuma das grandes empresas estatais. As receitas obtidas totalizaram US\$ 160 milhões. Esta primeira tentativa de privatização foi considerada pelo Banco Mundial como um fracasso. Um dos motivos destacados deste resultado foi à falta de compromisso político. Durante o governo de

⁵⁸PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, DEPARTAMENTO DE ECONOMIA: O Modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso, Junho de 2005. Fonte: <http://www.econ.pucRio.br/uploads/adm/trabalhos/files/Joana_Gomes_da_Costa_e_Silva.pdf> Acesso, 2019.

José Sarney, 1985 a 1990, a privatização manteve a mesma lentidão. Contudo foram vendidas 18 empresas que geraram uma receita de US\$ 533 milhões. Além da transferência de 18 empresas aos governos estaduais, duas foram incorporadas as instituições federais e quatro foram fechadas. Na sua maior parte, tratavam-se de empresas pequenas e médias, situadas em setores nos quais a presença do setor privado era predominante e cuja privatização foi uma decorrência do processo de saneamento financeiro”.(SILVA, 2005).

Tanto no governo de João Figueiredo quanto no de José Sarney, especialmente neste último, ocorreram vendas das estatais em diversos setores, mas não havia uma política privatizante mais abrangente. O período ficou conhecido como reprivatização ou desestatização, pois, o que ocorreu foi à volta ao setor privado das firmas que tinham sido transferidas ao setor estatal. Vale ressaltar que estas firmas quando foram transferidas ao setor estatal, estavam quase falidas. Existe também o trabalho da economista Silvia Maria Paiva: *A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectivas*. Segundo a economista existe, portanto a fase pré-Collor,

“ O processo de privatização no Brasil, embora só tenha ganhado impulso efetivo a partir do Governo Collor, tem suas raízes no início dos anos 80, com a criação, em 1981, da Comissão Especial de Desestatização. A fase pré-Collor (1981-89) foi marcada fundamentalmente pela "reprivatização" de empresas estatizadas involuntariamente, em função da inadimplência do setor privado junto às instituições financeiras públicas. Para se ressarcir de parte dos recursos aplicados no setor privado, no contexto da política de fomento da década de 70, o Estado foi obrigado a assumir o controle de empresas dos mais diferentes setores da economia. Assim, a privatização que se iniciou nos anos 80 visava retornar à iniciativa privada empresas que passaram para as "mãos" do Estado de forma quase que compulsória em setores tão distintos como hotelaria, têxteis, papel e celulose, processamento de dados, etc. Como o BNDES era uma das principais agências de fomento, verificaram-se, desde o início do processo de privatização, o interesse e o engajamento desse banco, em virtude da perspectiva de saneamento de sua carteira de investimentos. A partir do Governo Sarney, nota-se uma tentativa de ampliar o escopo do Programa Nacional de Desestatização (PND), notadamente com a criação do Programa Federal de Desestatização, em 1988. Foram efetuadas mudanças na operacionalização do Programa, como a transferência do controle estatal através de leilão em bolsa e a possibilidade de pagamento a prazo, com financiamento do BNDES. Não obstante o esforço do Governo, o processo de privatização não deslanchou, principalmente em função da falta de apoio político para tanto. Na verdade, não houve uma discussão mínima por parte da sociedade civil, nem um compromisso mais decisivo, tanto por parte do Executivo quanto do Legislativo. Assim, no período 1981-89, foram vendidas 38 empresas,

na sua maioria de pequeno porte, tendo sido arrecadados recursos somando pouco mais de US\$ 700 milhões’’. (PAIVA, 1993).

Portanto o neoliberalismo da década de 1990 detém sua peculiaridade econômica e política de formação. Apesar da herança descontínua com o governo Figueiredo, e Sarney, a privatização buscava realizar um ajuste fiscal, entretanto não se realizou o controle da dívida pública. A professora Monica Picollo de Almeida aponta no seu artigo: "*Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma Leitura Gramsciana*, que no Governo Collor, teria uma nova roupagem ideológica, o Programa Nacional de Desestatização (PND), incluía empresas selecionadas, localizadas em setores que representam a base da estrutura industrial. Ainda segundo a professora no artigo já mencionado,

“ se compararmos o processo de privatização brasileiro com o de outros países latino-americanos, percebemos que a privatização brasileira foi tardia e avançou de forma mais lenta do que na abertura política . Porém, a dimensão em termos de valores sugere que tenha havido uma subestimativa dos avanços do programa brasileiro em relação aos outros países, apesar de tentar regular a economia pelo processo privatizante, isso acelerou o subdesenvolvimento industrial no que tange a uma economia nacional de produção. Entretanto segundo, Fernando Collor de Mello, em seu discurso no Congresso no dia 15/03/1990, “ A privatização [das empresas selecionadas] possibilitará o aumento da eficiência administrativa e produtiva e a realização de novos investimentos, criando assim condições para o aumento da oferta de insumos básicos a preços menores. (...) a privatização não se limita à venda das empresas, mas também engloba a concessão ao setor privado da exploração de serviços públicos e execução de obras públicas, a ser regulamentada por lei “. (Collor, 1991:32-33). (ibem, 2007).

Podemos afirmar que esse processo de privatização regulou a economia por certo momento, entretanto o processo de desindustrialização gerou um processo maior de dependência econômica e uma bagunça no setor financeiro mediante trocas ilegais e irregulares, sem nenhuma unidade real de moeda, o que acarretou conflito entre os burgueses, fechamento de indústrias e falência de bancos. Essa relação só pode ser entendida mediante uma análise global de tal formação histórica e econômica no Brasil, resultado também local.

“ Constituiu-se em peça fundamental para a redefinição da atuação do Estado e instrumento de redução da dívida pública. As novas empresas selecionadas localizavam-se junto a setores que representavam a base da estrutura industrial, como a siderurgia, a petroquímica e a produção de fertilizantes. O organismo regulador do PND é a Comissão Diretora. Diretamente subordinada ao Presidente da República, seus membros, titulares e suplentes, são por ele nomeados, depois de aprovada a indicação pelo Congresso Nacional. Formada por oito a doze membros, dos quais quatro integrantes do governo, entre eles o Presidente da Comissão, na pessoa do presidente do BNDES – órgão encarregado da implementação administrativa das diretrizes estabelecidas pela mencionada comissão. Entre as principais funções da Comissão Diretora, encontram-se: apresentar ao Presidente da República as empresas a serem incluídas no PND, aprovar o modelo de privatização e as condições de venda das empresas e definir o preço mínimo das ações a serem alienadas. Divulgar o cronograma de execução do PND; Apreciar as prestações de contas do BNDES – instituição gestora do Fundo Nacional de Desestatização. ”(ibem, 2007).

No ano de 1991 as empresas foram sendo organizadas para o processo gradual de privatizações, a desindustrialização forçada do país, atuação do Estado neoliberal brasileiro, segundo a historiadora Monica Picollo de Almeida. Essa parte de sua tese detém como fonte os dados recolhidos de 10 anos de experiência de privatizações de setores estratégicos da economia brasileira na década de 1990: *Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)* ⁵⁹.

“ Collor apresentava particularidades importantes: inclui um número maior de grandes empresas, seja o tamanho definido pelo valor dos ativos, do patrimônio líquido ou do número de empregados; ii) é muito maior em termos de valores (só com a privatização da Usiminas, o governo arrecadou o dobro de todo o montante dos anos 80); iii) embora haja casos de reprivatizações, várias empresas vendidas tinham sido estatais desde sua origem; iv) a privatização é parte de uma agenda ampla de reformas estruturais, incluindo uma nova política industrial e a redução do déficit público; v) a privatização tornou-se, nos anos noventa, peça chave do chamado ajuste estrutural de várias economias ocidentais; vi) as privatizações passaram a contar com maior apoio e legitimidade outorgada pela escolha direta do presidente, cuja campanha já havia sido marcada pela defesa da reforma do Estado; vii) a redução das críticas da oposição ao PND; viii) a privatização foi regida por uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional através do voto da maioria dos seus membros, o que conferiu base mais outorgada pela escolha direta do

⁵⁹ “O documento analisa os 10 anos de experiência do Brasil com a privatização. Descreve, inicialmente, a expansão das empresas estatais entre os anos 30 e 80. A seguir, examina o esforço de privatização durante os governos Figueiredo e Sarney e finalmente, faz uma análise do que mudou com a administração Collor e das perspectivas para o seu Programa Nacional de Desestatização. ”Fonte< http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2552&Itemid=1>. Acesso, 2019.

presidente, cuja campanha já havia sido marcada pela defesa da reforma do Estado; vii) a redução das críticas da oposição ao PND; viii) a privatização foi regida por uma lei, aprovada pelo Congresso Nacional através do voto da maioria dos seus membros, o que conferiu base mais sólida à política de desestatização, detinha como ideia a redução da Dívida Públicas”.(ALMEIDA,2010).

A PND é um tipo de “Política Industrial”⁶⁰ utilizada pelo Estado neoliberal, passou assumir papel central na política do então presidente. O principal argumento era que com a venda das estatais haveria um retorno financeiro ao país, assim foram divididas tarefas entre os gestores do BNDES. Envolveria assim na prática a avaliação econômica da empresa, a indicação do preço mínimo de venda, levantamento de pendências jurídicas e financeiras, atuação junto aos mercados de capitais, e identificação das empresas estrangeiras interessadas nas compras em leilões. Portanto, como dito anteriormente, as privatizações começaram nos anos oitenta, mas o processo só se tornou parte dos compromissos do governo em 1990, nesse ano nenhuma empresa foi privatizada, com a criação do Programa Nacional de Desestatização, durante a gestão do presidente Fernando Collor inicia uma nova fase. Diversas dificuldades tiveram que ser superadas para o início deste processo. Dentre elas podemos destacar os elevados índices da inflação, o desequilíbrio macroeconômico, a falta de um acordo para dívida externa e os investimentos estrangeiros. Segundo o documento do Relatório de Atividades do BNDES de 2015. “ As empresas a serem privatizadas no ano de 1991 a 1992. Setor de Siderurgia: Usiminas, Cosinor, Piratini, CST, Acesita,CSN, Cosipa, Açominas, Setor de Petroquímica: Petroflex,Copesul, Álcalis, Nitriflex, Polisul, PPH, CBE, Poliolefina. Setor de Fertilizantes: Indag, Fosfértil, Goiásfertil, Ultrafértil, Arafértil “. (Pnd- IPEA 1996).⁶¹

Essas foram às principais empresas privatizadas no Brasil, na experiência de 1991 a 1992. O saldo negativo e demais detalhes são retirados do documento elaborado pelo IPEA, foi organizado em 1996. É um texto para discussão, escrito por técnicos de planejamentos de finanças públicas, os economistas José Matos Filhos e Carlos

⁶⁰ “A política industrial de comércio exterior, segundo a ministra da Economia, corresponde ao conjunto de medidas dando o perfil da economia brasileira pretendida pelo governo Collor de Melo “São medidas na linha do programa de liberalização do comércio exterior e maior abertura da indústria brasileira a competição internacional “- Tal citação direta da Ministra Zélia Cardoso de Melo se encontra no resumo do documento do Plano Collor I. Revista de Economia, vol.10, nº3(39), julho-setembro /1990”.

⁶¹“Disponível<http://www.portalfederativo.gov.br/biblioteca-federativa/estudos/td_0422.pdf>, acesso, 2019.

Oliveira. Segundo a cientista política Karen Costa na sua tese de doutorado: *Metamorfoses: o papel do BNDES na reordenação da economia brasileira*,

“ Entre os anos 1990-1992, foram efetivadas dezoito privatizações de empresas dos setores siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes, das quais quinze foram realizadas quando Collor ainda estava no governo. As empresas privatizadas no governo Collor foram: Usiminas (24/10/1991), Celma (01/11/1991), Mafersa (11/11/1991), Cosinor (14/11/1991), SNBP (14/01/1992), Indag (23/01/1992), Piratini (14/02/1992), Petroflex (10/04/1992), Copesul (15/05/1992), Álcalis (15/07/1992), Companhia Siderúrgica Tubarão-CST (16/07/1992), Nitriflex (06/08/1992), Fosfértil (12/08/1992), Polissul (11/09/1992) e Companhia Industrial de Proliproleno- PPH (29/09/1992). No final de 1992, quando Collor já estava afastado do governo, foram privatizadas também a Goiásfértil (08/10/1992), a Acesita (22/10/1992) e a Companhia Brasileira de EstirenoCBE (02/12/1992) (Relatório do PND, 1994, pp. 56- 57). Não é possível compreender o modelo financeiro definido para as privatizações na era Collor sem considerar o objetivo fiscalista do programa. O modelo envolvia o lançamento de Certificados de Privatização (CPs). Como formas de pagamentos do PND, além dos CPs, eram aceitos os cruzeiros, cruzados novos e dívidas vencidas da União, mas as pressões foram tão substantivas que, temendo o fracasso do programa, o governo cede e passa a aceitar todas as moedas (Créditos e Títulos da Dívida Externa, Títulos da Dívida Agrária, Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento, Debêntures da Siderbrás etc.) A tese central é que o governo esperava arrecadar US\$ 8 bilhões, mas alcançou apenas 6% da meta original (US\$ 480,3 milhões). Até 1992, arrecadou-se US\$ 4.046 milhões. “(COSTA, 2011).

É interessante analisar que o número de empresas incluídas no Programa e o descompasso das privatizações dependem do próprio cronograma do PND, pois as vendas estão diretamente vinculadas a tal situação burocrática. Outro ponto fundamental é entender que o processo de privatizações inclui oito etapas e requer um período de nove meses para serem leiloadas em público as ações. Já em 1993 foram sendo alienadas novas empresas durante o governo Itamar Franco, que passaram a ser vendidas gradativamente, o que resultou na liberalização da economia, além da concessão do serviço público a iniciativa privada. Ainda segundo a cientista política “ Em 1993, foram finalizadas as privatizações das empresas do setor siderúrgico (CSN, Cosipa e Açominas) e foram transferidas para o setor privado duas participações no setor petroquímico e uma empresa do setor de fertilizantes (Ultrafértil). No ano seguinte, foram vendidas ao setor privado três empresas controladas pela União (PQU, Mineração, Caraíba e Embraer), desestatizaram-se as participações da Petroquisa e foram vendidas ações remanescentes de empresas já privatizadas (Usiminas, Copesul,

CSN, Cosipa e CST) (Relatório do PND, 1994, p. 9)”. (COSTA, 2011). Segundo a cientista política Karen Costa,

“ As seis empresas transferidas para o setor privado em 1993 somaram US\$ 2.581,5 milhões. Em 1992, foram arrecadados US\$ 2.430,9 milhões com a venda de 14 empresas e, em 1991, US\$ 1.635,3 milhões com quatro empresas. As moedas utilizadas foram: Dívidas Securitizadas da União (49,1%), Debêntures da Siderbrás (22%), Letras Hipotecárias da CEF (7,3%), Títulos da Dívida Agrária (6,8%), Certificados de Privatização (6,4%), Cruzeiros (6,1%), Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (1,3%) e Títulos da Dívida Externa (1%). Houve aumento do pagamento em moeda corrente, que se elevou de 0,4% em 1991/1992 para 6,1% em 1993 (Relatório do BNDES, 1993, p. 20). Em 1994, foi arrecadado um total de US\$ 968 milhões (US\$ 619 milhões de vendas e US\$ 349 milhões de dívidas transferidas ao setor privado). Os recursos líquidos aportados pela União às empresas situaram-se em US\$ 323 milhões (PND, 1994, p. 16). As moedas mais utilizadas foram moeda corrente (72%), dívidas securitizadas da União (19,2%) e debêntures da Siderbrás (3,8%) (PND, 1994, p. 11). O ano de 1994 representou 23% dos recursos totais e 88% do total de moeda corrente arrecadados em toda vigência do PND (1991-1994) (Relatório do BNDES, 1994, p. 27)”. (COSTA, 2011).

O resultado de tal nova Política Industrial acarretou a necessidade de adaptações do setor industrial brasileiro, fossem elas de ordem organizacional ou tecnológica. As empresas nacionais sofreram assim impactos fortes, pois estavam inviabilizadas de competirem em condições de igualdade no campo internacional. Os desafios mais urgentes se referiam principalmente à capacitação tecnológica e à obtenção de escalas mais competitivas com as dos concorrentes estrangeiros. Segundo o jornalista Mario Russo: *Privatizações ganharam força a partir dos anos 90, jornal O Globo,*

“ No Brasil, as privatizações começaram com o governo de Fernando Collor (1990-1992), com o Programa Nacional de Desestatização, que vendeu 18 empresas públicas, como a siderúrgica Usiminas. Já o governo seguinte, de Itamar Franco (1992-1994), privatizou a Embraer e a Companhia Siderúrgica Nacional. Mas quando o assunto é desestatização, o nome de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) é o mais lembrado. Em sua gestão, FHC vendeu a mineradora Vale do Rio Doce, a telefônica Telebras, empresas do setor elétrico como a Eletropaulo e bancos estaduais, como o Banespa. No jogo da desestatização, não basta querer vender, é preciso que alguém queira comprar. E, no caso brasileiro, os investidores não estão lá muito animados. O desinteresse não é à toa: regras muito rígidas nas licitações, incerteza de retorno, sucateamento dos

bens públicos oferecidos e até mesmo incapacidade dos consórcios privados em gerir serviços que demandam mais estrutura do que elas de fato possuem são os principais gargalos dessa relação ‘‘. (RUSSO, O GLOBO, 2013).⁶²

Portanto durante o governo Collor foram vendidas 18 empresas Estatais como consta nos documentos levantados, a grande maioria não cobrindo os gastos governamentais. O projeto neoliberal de privatizações foi continuando mesmo após o impeachment do presidente em 1992, a transição neoliberal para o governo Itamar Franco. Vale ressaltar que houve resistência dos trabalhadores durante os acordos, além do mais não se pode esquecer-se do desemprego, e da inflação, que aumentou durante esse período. Nesse sentido o neoliberalismo não se configura como uma política nacional protecionista, esse processo de desestatização e subalternização tecnológica do país diante das potências imperialistas da década de 1990, principalmente E.U.A , também com o monopólio e lastro do dólar. Para Barbosa Lima Sobrinho em seu artigo: *O dia da Privatização* denunciou que a: “ *Usiminas seria oferecida à venda por menos de dois bilhões de dólares, mesmo sendo avaliada entre 10 e 17 bilhões de dólares, publicado no Jornal do Brasil em 9 de junho de 1991*”.(SILVA, 1992) . A Usiminas foi privatizada em 1991. Todo o complexo siderúrgico estatal brasileiro foi privatizado/desnacionalizado, num prejuízo incalculável para a economia nacional, o que foi chamado por Barbosa Lima Sobrinho em um dos seus últimos artigos, como crime de lesa-pátria, a venda da Estatal foi marcada pela luta de classes no Brasil em 1991-1992. O fracasso da equipe econômica liderada por Zélia Cardoso de Mello, em controlar a inflação e estabilizar a economia após o lançamento do Plano Collor II, forçou o presidente Collor a substituí-la por Marcílio Marques Moreira, também continuando o programa neoliberal de privatizações e abertura econômica, um tipo de acomodação do Ministério da Fazenda-Economia.

Segundo a economista Thais Mattos em seu artigo: *O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas (1990-1992)*, um artigo também sobre política externa brasileira nesse período, sem perder a crítica sobre a elite local brasileira com os acordos entre a hegemonia capitalista norte americana e demais

⁶² Disponível: < <https://exame.abril.com.br/brasil/o-plano-de-privatizacoes/>>. Acesso, 2019.

potências imperialistas, como por exemplo, o afastamento com o antigo bloco comunista soviético,

“ Dentre as medidas adotadas pelo governo Collor no campo diplomático, podemos destacar as seguintes: (a) alinhamento aos Estados Unidos; (b) a adoção da “Agenda Econômica de Washington”; (c) abandono de projetos estratégicos, como a bomba atômica e o submarino nuclear; (d) a criação do Mercosul. Apesar de incluir outros fatores conjunturais, com a nova diplomacia adotada por Collor, observamos a redução significativa da presença brasileira na África, Ásia, Oriente Médio e no antigo bloco soviético e, por outro lado, o aumento vertiginoso do comércio bilateral entre Brasil e Estados Unidos com déficits para o Brasil devido, em suma, às medidas de proteção contra produtos brasileiros. A “reforma modernizadora” de Collor era precedida, como de alinhamentos às recomendações do FMI e Banco Mundial que não se ajustavam de forma benéfica às condições materiais do Brasil. Frente às dificuldades de gerência da inflação e sob as constantes denúncias de corrupção, já no ano de 1991, Collor desacelera os passos em direção à “cooperação com os países ricos” ao desconfiar do apoio dos Estados Unidos e realiza em 1992, a reforma ministerial recrutando Celso Lafer, que defendia uma política externa efetiva com a volta de “autoridade do Itamaraty”, a “adaptação criativa” da PEB brasileira e a “visão de futuro”, em busca de uma regressão da esfera de influência estadunidense no país, antes preconizadas por Collor, conforme o arranjo ministerial “. (MATTOS, 1992)

Do ponto de vista das relações internacionais brasileira desse período vale destaque para a revista eletrônica: *Carta Internacional*, vinculada de forma independente a USP, escrito por Carlos Santana: *Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula*

“ O governo do presidente Collor, que assumiu em 1990, foi marcado por estilo personalista e imediatista, provocando a marginalização de certos quadros da burocracia estatal. De acordo com o Embaixador Paulo Nogueira Batista, o ponto de partida da política externa do período foi “a intenção declarada de reexaminar os pressupostos do modelo de desenvolvimento brasileiro e da política externa que lhe dava apoio”. Nesse sentido, a diplomacia deveria buscar a inserção competitiva do País na economia mundial frente ao contexto da filosofia neoliberal do chamado Consenso de Washington. Para o Embaixador, durante a administração Collor, marcada pela diplomacia presidencial, o Itamaraty não foi o principal formulador da política externa e nem participou ativamente de sua execução. Com efeito, o papel do Ministério das Relações Exteriores como formulador de quadros conceituais de política externa foi ligeiramente diminuído pelo presidencialismo personalista de Collor. A inflexão da iniciativa presidencial como determinante da política

externa ocorreu ao final de 1991, com a reforma ministerial que levou à nomeação de Celso Lafer para o Itamaraty, em substituição a Francisco Rezek ‘. (SANTANA, 2006).⁶³

O MERCOSUL era tido como a principal prioridade, seguido pelo relacionamento com a “tríade” Estados Unidos, União Européia e Japão. ” A política de parcerias operacionais visava a inserir o Brasil no sistema globalizado, a liberalização multilateral do comércio, e a aproximá-lo dos países do centro da economia mundial. Além de buscar parceiros operacionais, a política externa deveria explorar “nichos de oportunidades” que se apresentavam com o fim da Guerra Fria nos campos econômicos e políticos”. (ibem 2006). A atuação do ministro Lafer foi marcada pela Conferência do Rio e pela grande crise política interna, a qual culminou no afastamento do presidente Collor. Do amplo pacote de reformas econômicas, envolvendo abertura comercial, liberalização de investimentos, privatização de empresas estatais e renegociação da dívida externa, manteve-se em marcha apenas as novas determinações no campo do comércio exterior” .(ibem , 2006). Em ciência política o Estado neoliberal brasileiro estava vinculada a hegemonia do grande capital dos E.U.A , uma nova fase de acomodação na década de 1990, perda de soberania nacional , acumulação capitalista de finais da Guerra Fria , submissão econômica ao padrão dólar , e afastamento de medidas protecionistas , podemos chamar isso de subdesenvolvimento interdependente brasileiro . O resultado dessa política foi o enfraquecimento da elite local burguesa, e um processo de ruptura da própria classe capitalista em contradição.

Segundo o historiador Júlio Cezar de Souza no seu artigo: *Crise econômica e Plano Collor II, um debate sobre as posições da esquerda e da direita,*

“Assim como no Plano Collor I, o Plano Collor II não estabeleceu um consenso entre o governo e a elite burguesa, assim expondo um conflito *intraclasse* da burguesia. As diferentes frações da classe dominante continuavam a ter idéias divergentes no que tangia à política econômica, principalmente com relação a intervencionismo estrangeiro norte americano e política protecionista brasileira. Dentre os bancos a serem beneficiados com a reforma financeira estavam o Itaú, Bradesco e Unibanco, todos mantenedores do Instituto Liberal de São Paulo, pivô de articulação político ideológica. Todo esse contexto exemplifica a adoção, por parte do governo, do receituário neoliberal, cujo produto precípua é alta concentração de capitais. Por seu turno, o processo de globalização é alavancado pelo capital financeiro. Sua

⁶³ Disponível < <file:///C:/Users/josea/Downloads/403-Texto%20do%20artigo-1227-1-10-20160407.pdf> > , acesso 2019 .

base de sustentação encontra-se no sistema bancário; nos fundos de pensão e fundos mútuos de ação; e as seguradoras que, na década de 1990, juntas, perfaziam, um volume de capital maior que o da atividade propriamente industrial ‘’. (SOUZA, 2016).

O grande capital financeiro internacional foi o principal beneficiado dessa política de abertura macroeconômica, e os diferentes pontos de vista sobre a conjuntura e interesses levaram a conflitos *intraclasse* dos burgueses, que perdurariam até o *impeachment* de Fernando Collor em 1992, assumindo o vice Itamar Franco, o seu pedido de afastamento foi um atestado lógico de incompetência de sua gestão neoliberal e demais ações do Estado. A luta de classes foi resultado de uma pressão maior da classe trabalhadora organizada em sindicatos, como forma de reforma moral e da democracia, devido aos escândalos e corrupção generalizada da coisa pública. Além dos fracassos das privatizações, essa forma de política industrial foi sendo mantida, com alterações no PND, seguida por Itamar Franco, chamada de transição neoliberal de 1993-1994.

1.4 O Impeachment de Fernando Collor 1992

Não é objeto central dessa tese o processo de *impeachment* de Collor, no jornal de autoria independente, portal jurídico online autônomo: *Migalhas, ex ministra Zélia Cardoso é absolvida de crime de corrupção passiva*,

‘’ Vale ressaltar que durante os anos de 1990 a 1992 Fernando Collor, junto com sua ministra da economia e planejamento Zélia Cardoso de Mello foram acusados de corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Além do caso bizarro do esquema Paulo Cezar Farias. A ação penal, movida pelo Ministério Público Federal, acusava a ex-ministra de, em razão do cargo que ocupava, ter recebido cerca de US\$ 236.000,00 (duzentos e trinta e seis mil dólares) do denominado "esquema PC-Farias ", para pagamento de suas despesas pessoais e da reforma de sua casa. O dinheiro havia sido depositado na conta de seu secretário particular, João de Camargo Oliveira, por correntistas fantasmas. Conforme a denúncia, as despesas de hospedagem de Zélia e de toda a equipe econômica na Academia de Tênis, em Brasília, foi paga por Paulo César Farias’’. (MIGALHAS, 2006)⁶⁴.

⁶⁴Disponível:<<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI27663,71043Ex+ministra+Zelia+Cardoso+e+absolvida+de+crime+de+corrupcao+passiva>>, acesso 2019.

Esse jornal online demonstra a impunidade da jurisprudência da burguesia brasileira, da elite neoliberal no Brasil. O ex-presidente e sua equipe de gestão acarretou a experiência de processo gradual de degeneração da democracia e do direito. Vale destaque para outro documento autônomo online, *Terra: Morto em 1996, PC farias foi pivô de escândalo de corrupção que derrubou o ex-presidente Fernando Collor de Mello*,

“ Em 1992, era denunciado o esquema PC Farias como ficou conhecido o caso de corrupção que culminou no impeachment do então presidente da República, Fernando Collor de Mello. Paulo César Farias e Suzana Marcolino foram assassinados na madrugada do dia 23 de junho de 1996, em uma casa de praia em Guaxuma. À época, o empresário respondia a vários processos e estava em liberdade condicional. Ele era acusado dos crimes de sonegação de impostos, falsidade ideológica e enriquecimento ilícito. A morte de PC Farias chegou a ser investigada como queima de arquivo, já que a polícia suspeitou que o ex-tesoureiro da campanha de Collor poderia revelar nomes de outras pessoas que teriam participação nos mesmos crimes “ .(TERRA , 2017).⁶⁵

Segundo a cientista política Karen Costa na sua tese de doutorado já citada, “ Bolívar Lamounier atribui o impeachment à confluência de 5 circunstâncias raras: 1-) A primeira diz respeito ao fato de ter sido o irmão de Collor o primeiro a acusá-lo; 2-) A segunda está na incompetência de Collor e PC Farias para esconder as atividades corruptas; 3-) O terceiro aspecto refere-se à fragilidade e a incompetência política da bancada governista no Congresso para obstruir as investigações e a permanência do estilo combativo de Collor, que negava as acusações e oferecia benesses em troca de apoio; 4-) O quarto está no fato de não ter havido tentativas de silenciar a imprensa ou abortar o processo político, o que permitiu à mídia desempenhar um papel decisivo; 5-) Por fim, a insistência de Collor em permanecer no poder possibilitou que o público tivesse tempo suficiente para obter amplo conhecimento dos fatos”.(ibem , 2011).

O governo Collor chegava ao fim com o *impeachment* do presidente, julgado e aprovado no Senado por 76 votos a 5, no dia 29/12/1992. Em setembro, a Câmara já havia aceitado o pedido por 441 votos a 38 e, desde outubro, ele estava afastado da presidência. Entretanto o projeto neoliberal continuava em meio a suas crises, mesmo

⁶⁵Disponível < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/veja-como-estao-hoje-os-personagens-do-esquema-montado-por-pc-farias,487675ee8909e310VgnVCM500009ccceb0aRCRD.html>>. Acesso, 2019.

diante das pressões do movimento social da pequena burguesia, o Fora Collor foi um resultado desse conflito *intraclasse* da elite no poder.

1.5- A transição neoliberal: o governo Itamar Franco- PMDB, as privatizações de 1993-1994 e a elaboração do Plano Real, a crise capitalista de 1996-1999

Partimos aqui da monografia da economista Joana Silva, Capítulo 2 de seu trabalho: *As empresas Estatais e o processo de privatização do governo Itamar Franco*,

‘‘ No final de 1991 novas medidas foram anunciadas contemplando o período 1992 a 1993, com base em três elementos: fortalecimento das finanças públicas, restrição ao crédito e uma política cambial voltada a manter o valor do Cruzeiro. Porém, o Congresso acaba por não aprovar a maioria das medidas e o ano de 1992 é marcado pela queda do PIB, deterioração fiscal e a aceleração inflacionária. Em PIB e a taxa de desemprego avançou para 5,8%. Este insucesso da economia tornava a privatização cada vez mais difícil, pois, o risco de investir no Brasil era cada vez maior. A falta de uma negociação da dívida externa devidamente acordada desestimulava ainda mais os investidores estrangeiros. O Plano Brasil Novo encerra seu ciclo sem conquistar os objetivos outrora almejados e termina com um ambiente político conturbado, com suspeitas de uma rede de corrupção organizada à volta do presidente Fernando Collor de Mello e o seu posterior processo de impeachment. Etapa caracterizada pelo resgate às idéias liberais e pelo esforço frenético de abertura e desregulamentação da economia. O caráter recessivo do Plano estava mais que comprovado. O desemprego, então, atingiu níveis inéditos, chegando a 14,6% em março de 1992 na Região Metropolitana de São Paulo’’. (SILVIA, 2005).

A experiência neoliberal de 1992-1994 no Brasil deu continuidade à agenda com algumas alterações no processo de privatizações. ‘‘ Contudo Itamar deu prosseguimento ao programa, mantendo o cronograma de vendas e a configuração de setores envolvidos. A lei foi modificada, no intuito de ampliar e democratizar o Programa para permitir um aumento do uso de créditos contra o Tesouro Nacional como meio de pagamento, a venda de participações minoritárias, detidas direta ou indiretamente pelo Estado e a eliminação da discriminação contra investidores estrangeiros, permitindo sua participação em até 100% do capital votante das empresas

a serem alienadas. O programa continuou a ser coordenado por um órgão colegiado cujos membros são indicados pela presidência da República, com o BNDES como gestor e com as mesmas responsabilidades anteriores; as empresas privatizáveis continuaram a ser avaliadas de acordo com o seu potencial de geração de caixa, entre outras coisas”.(ibem ,2005).

Itamar Franco assumiu o comando do país em outubro de 1992 e modificou por completo a equipe ministerial, depois do impeachment de Collor em 29 de dezembro de 1992. Entretanto essa transição neoliberal não modificou muito a formação histórica e econômica capitalista do país, o processo de privatização e desindustrialização foi contínuo e também descontínuo, o que corrobora para a hipótese de que o neoliberalismo brasileiro desenvolveu o subdesenvolvimento tecnológico no país ao vender as empresas estatais já mencionadas gradativamente, um processo global de subdesenvolvimento interdependente do grande capital burguês em contradição. Retomamos a tese da cientista política Karen Costa. “ A discordância, no entanto, não significava que existisse outro projeto a ser implementado, seja na área de política monetária, seja em relação à política industrial e à estratégia de desenvolvimento. A principal fragilidade do governo estava na ausência de uma política viável de estabilização. Os dois primeiros titulares da Fazenda, Gustavo Krause e Paulo Haddad, não conseguiram implementar um plano econômico que fosse capaz de combater com sucesso a inflação” . (ibem, 2011).

“ Ao substituir, em março de 1993, Paulo Haddad por Eliseu Rezende, Itamar cedia às pressões e também à ortodoxia, aceitando medidas como a política monetária rígida, o arrocho orçamentário com cortes de despesas, a manutenção de juros altos, facilidades para a entrada de capital estrangeiro e privatização mais agressiva. Contudo, o Plano Elizeu, anunciado em 24/04/1993, não tocou de modo efetivo no problema da estabilização. As críticas à sua ineficiência somavam-se às denúncias de que o Ministro utilizava sua função e poder para favorecer a construtora Odebrecht, da qual havia sido conselheiro. As pressões tornaram insustentável a permanência de Eliseu Rezende, que foi substituído por Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, ações ou situações políticas importantes aconteceram durante o seu governo, como por exemplo, a privatização da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), o relançamento do Fusca como opção de carro popular, o plebiscito para a escolha da forma e do sistema de governo, o debate em torno da revisão constitucional e a criação do Plano Real. Em relação a esta última questão, vale lembrar que Itamar Franco contou com a efetiva articulação de seu ministro da

Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, que viria a se tornar candidato a presidente da República e seu imediato sucessor. ”(ibem, 2011).

Durante os anos de 1993 as privatizações continuaram de forma agressiva, podemos chamar isso de Estado forte neoliberal brasileiro. Além do mais o controle inflacionário, uma media abstrata monetarista, que só foi possível com a elaboração do Plano Real, um registro importante na história da economia política brasileira. Ainda do ponto de vista das privatizações, segundo a jornalista Mônica Gugliano: *Conquista do Real em Risco: O globo,*

“ Itamar determinou o adiamento do programa de desestatização para março de 1993, além de baixar decreto que ampliava a parcela de dinheiro vivo a ser usado obrigatoriamente na compra das empresas. Nomeado ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso montou com uma equipe de economistas o Plano Real. A lógica do plano era criar uma unidade real de valor (URV) para todos os produtos, desvinculada da moeda vigente, o Cruzeiro Real. Estabeleceu-se que cada URV correspondia a US\$ e deixou-se que o Cruzeiro Real se desvalorizasse em relação ao dólar e à URV. Com data determinada para acabar, a URV passou a virar referência de cálculo para preços e contratos firmados desde sua criação. Paulatinamente, o Cruzeiro Real deixava de ser referência, e foi perdendo o caráter de moeda. Em junho de 1994, extinguiu-se o Cruzeiro Real, a URV e passou a vigorar a nova moeda brasileira. A política econômica de Itamar Franco flutuou entre contradições durante seus pouco mais de dois anos de governo. Itamar nunca escondeu sua contrariedade com o Plano Nacional de Desestatização (PND)”. (GUGLIANO, 2015).⁶⁶

Apesar do discurso de contrariedade ao programa neoliberal no Brasil, Itamar defendia os interesses da burguesia da época, portanto as privatizações continuaram em andamento, mesmo que o PND tenha sido alterado, a forma pode ter mudado, mas não o conteúdo, a lógica de acumulação capitalista continuou, além do mais o Ministério da Fazenda, organizado por Fernando Henrique Cardoso, contribuiu para o imperialismo e avanço gradual da hegemonia capitalista dos E.U.A na década de 1990-2000 . Esse processo gradual de monetarização da economia e abertura radical da

⁶⁶Disponível:<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/516382/noticia.html?sequence=1>>. Acesso, 2019.

economia, sem nenhum tipo de soberania nacional, o oposto a qualquer tipo de Estado nacionalista progressista. A nossa moeda foi lastreada conforme os interesses do dólar no mercado internacional, o país acabou se tornando interdependente de tecnologia, as privatizações não trouxeram a modernidade capitalista, o que na prática gerou foi subdesenvolvimento ou desindustrialização.

Para o jornalista Lino Rodriguez, jornal *O Globo*: *Itamar Franco iniciou o processo de privatizações de empresas estatais,*

“ De início, alguns leilões, como o da CSN e da Ultrafértil (empresa de fertilizantes da Petrobras) foram adiados, mas passado esse momento inicial de desconfiança, o processo de privatização acabou avançando no governo Itamar. Em abril de 1993, a CSN, símbolo da industrialização movida pelo Estado desde o governo de Getúlio Vargas, foi vendida. No caso da Ultrafértil, como havia sérias discordâncias em relação ao preço por parte da Petrobras, o próprio Itamar cancelou o leilão às vésperas de sua realização. O exemplo da CSN, em junho de 1993 a empresa foi arrematada pelo mesmo preço mínimo estipulado no início do processo. Ao final do governo Itamar, 17 processos de desestatização haviam sido concluídos, resultando em uma arrecadação surpreendente de US\$ 4,7 bilhões aos cofres públicos. Haddad lembra que o ex-presidente era reticente em relação à privatização da CSN, mas foi convencido depois que soube que a siderúrgica estava atrasada tecnologicamente, sem competitividade para enfrentar os concorrentes externos e com uma gestão extremamente politizada. Com todos esses problemas, e o governo incapacitado de capitalizar a empresa, Itamar ouviu muita gente contra e a favor da privatização antes de ser convencido sobre a necessidade de vender a estatal”.(RODRIGUEZ, 2011)⁶⁷.

É plausível afirmar que o Estado forte neoliberal brasileiro estava privatizando setores essenciais para o desenvolvimento de uma economia pautada na dependência de matérias primas de exportação, como o petróleo, um tipo de energia não renovável. Além do mais o processo de privatizações foi marcado por irregularidades. Isso também é analisado pela economista Silvia Maria Paiva: *A privatização no Brasil: breve avaliação e perspectiva,*

“ Convém notar que foi mantida a sistemática de utilização de títulos e créditos vencidos como meio de pagamento nos leilões pelo valor de face, apesar de representar um dos pontos de maior polêmica do Programa. O Governo editou a Medida Provisória n. 327, de 24 de junho de 1993, sucessivamente reeditada até o presente (junho de 1994). A MP aumentou a ingerência sobre o PND do Ministério da

⁶⁷Disponível <<https://oglobo.globo.com/politica/itamar-franco-iniciou-processo-de-privatizacoes-de-empresas-estatais-2715651>>, acesso 2019.

Fazenda, que passou a coordenar, supervisionar e fiscalizar a sua execução, apesar de a Comissão Diretora continuar subordinada ao Presidente da República. O ano de 1994 marca uma fase de dificuldades do Programa, decorrente do insucesso na venda de algumas empresas como Cobra, Caraiba e Lloyd. O grande desafio do governo era o de promover ações mais eficazes, como instrumento não apenas de redução da dívida pública (ênfase, dada pelo Governo), mas, principalmente, de reorganização da própria economia brasileira, na busca de novos padrões de eficiência e competitividade. ” (SILVIA, 1994).

O objetivo real não foi concluído, a redução da dívida pública não efetivou uma autonomia da economia nacional, a eficiência e auto padrão de competitividade ficou apenas no discurso presidencial e ministerial, a experiência concreta não foi positiva para o Brasil, na prática o programa neoliberal brasileiro paralisou o desenvolvimento de uma economia nacional completamente dependente dos acordos internacionais capitalistas, perca de poder da alta burguesia brasileira, uma teoria da elite que se volta contra ela mesma, fragmenta a ideologia de classe, mas os interesses capitalistas ainda continuam mesmo nas crises de acumulação. Voltamos a citar a tese de doutorado de Monica Piccollo de Almeida. “ Assim, em 1994, foram realizados 22 dos 37 leilões inicialmente previstos, sendo três de venda de controle acionário (PQU, Mineração Caraíba e Embraer), seis de participação minoritárias (ARAFÉRTIL, ACRINOR, COPERBO, POLIALDEN, CIQUINE E POLITENO), cinco de sobras de ações de empresas já privatizadas (USIMINAS, CST, COSIPA e dois da CSN) e oito de participações minoritárias. No entanto, aquela que poderia ter gerado o maior percentual de arrecadação do governo, não foi incluída no PND de 1994. A Light só viria a ser privatizada em 1996. ” (ibem, 2010).

Essas indústrias vendidas fazem parte do conjunto de medidas aplicadas pelo Estado neoliberal brasileiro. O impacto maior foi com a experiência da privatização da CSN (COMPANHIA, SIDERÚRGICA NACIONAL), que gerou demissão em massa, e aumento dos desempregados, trabalhadores que ficaram fora do jogo da elite no poder, mesmo ocorrendo acirramento das lutas de classe no cenário urbano brasileiro. Isso é mais detalhado na monografia da economista Viviane Vivian, sobre o resultado do processo de privatização da CSN: *As duas CSN's uma análise dos efeitos das privatizações*,

“ No dia do leilão, aconteceram diversas manifestações em frente ao prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Tais manifestações foram realizadas por sindicatos, partidos de esquerda e funcionários da empresa. Naquela sexta-feira, foram vendidas apenas 45% das ações, de tal forma que um segundo leilão foi realizado na segunda- feira seguinte. Neste segundo leilão, o mínimo de 55% foi atingido através do aumento da participação do Grupo Vicunha e do Banco Bamerindus. Os empregados adquiriram apenas 11,9% das ações. A CSN foi adquirida por US\$ 1 bilhão de dólares norte americano. Durante o ano de 2002, a Empresa contou com 8.470 empregados (eram mais de 20 mil antes da privatização), o desemprego, portanto aumentou após a venda da Estatal. Com relação ao mercado em que atua a CSN produz aço carbono, que é o tipo de aço mais amplamente produzido no mundo e que apresenta o maior índice de consumo global”’. (VIVIAN, 2008).

Nesse sentido o Estado forte neoliberal foi contrário aos interesses nacionais, o imperialismo do capital norte americano comprou as empresas brasileiras por preços irrisórios no mercado, utilizando o dólar coma moeda de troca, são na verdade donos de bancos, empresários de grandes conglomerados monopolistas, capitalismo de monopólio financeiro, multinacionais, transnacionais, o que favoreceu a hegemonia dos E.U.A. Voltamos aqui ainda para a reforma monetarista brasileira, para a economia burguesa a criação do real foi o “ *milagre econômico brasileiro* ” da década de 1990. Entretanto seu colapso em 1996-1999, já foi a experiência concreta que demonstra os limites dessa falsa afirmação da elite. Segundo o historiador Tales Pinto, no jornal *Brasil Escola: Itamar Economia*,

“ A equipe que elaborou o Plano Real era formada por economistas oriundos da PUC do Rio de Janeiro, sendo alguns formados nos Estados Unidos, e tinha como coordenador Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo nomeado ministro da Fazenda por Itamar Franco em maio de 1993. O objetivo do plano era criar condições para enfrentar a inflação, principalmente através do controle cambial, e garantir condições para o investimento de capitais estrangeiros para recuperar a economia nacional. Durante a transição do cruzeiro para o real (a nova moeda), seria utilizada a Unidade Real de Valor (URV), um indexador cuja função era corrigir diariamente os preços até a adoção da nova moeda ‘. (PINTO, 2018).⁶⁸

Essa inteligência de classe burguesa foi responsável pela acomodação capitalista do Estado neoliberal no Brasil. Existe um trabalho mais detalhado sobre a

⁶⁸ Disponível <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm>>. Acesso, 2019.

formação histórica do Plano Real, suas medidas e consequências para o país na monografia do economista Leonardo Lima de Souza Sá: *Economia brasileira pós-plano real na década de 1990*,

“ O que era em si o Plano Real e quais as suas etapas? Foram três as fases de implantação, sendo a primeira delas iniciada em 1993 com o lançamento do Programa de Ação Imediata, ou PAI como era chamado. O principal pilar do PAI foi o Fundo Social de Emergência que visava o equilíbrio orçamentário. A segunda etapa data de 1º de Março de 1994 e corresponde à introdução da Unidade Real de Valor, URV, como indexador geral da economia. A terceira etapa começou em 1º de Julho do mesmo ano, com a extinção da URV e a introdução do Real como unidade de conta e de medida de valor. O Plano Real foi extremamente bem sucedido no combate à inflação. Trouxe inicialmente um período repleto de sensação de prosperidade devido à melhora do acesso a bens de consumo, uma aparente ascensão da classe média que consumia bens importados e viagens ao exterior, o que durou pouco - como é bom frisar. Com o tempo houve um indigesto déficit na balança de transações correntes, posteriormente crises e turbulências, influenciadas em parte por questões externas. A estabilização econômica ocorreu, e não chegamos a viver um "estado de graça". O Plano Real devolveu ao país a estabilidade dos preços, cuja ausência, alguns insistiam ser a principal culpada por frear a economia, mas o Brasil não cresceu. Com o fim da inflação, a economia não deslanchou, não houve crescimento econômico expressivo, tão pouco crescimento industrial. ”(SOUZA SÁ, 2008).

Os sintomas do Plano Real na economia não demoraram muito, forçou-se um novo tipo de consumismo de forma interdependente com a tecnologia e grande capital norte americano e brasileiro, a indústria nacional estacionou, e as multinacionais proliferaram no Brasil, déficit na balança de transações, crise generalizada na política industrial do país. O controle momentâneo da inflação gerou a imagem do Brasil controlado financeiramente, mas na realidade o real começava a perder o poder de compra no livre mercado. Na tese de doutorado do economista Fernando Soares: *A administração da taxa de câmbio no Plano Real e os fundamentos econômicos brasileiros* “.⁶⁹ “ O governo Itamar Franco aprofundou a inserção do Brasil no contexto da globalização econômica e deram novo impulso às medidas neoliberais que seriam adotadas pelo governo seguinte, como as privatizações de empresas estatais com

⁶⁹ Tese apresentada ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília como requisito parcial para a conclusão do Curso de Doutorado em Economia.
<file:///C:/Users/usuario/Downloads/Tese_%20FernandoSoares%20(2).pdf>. Acesso, 2019.

a intervenção do Estado forte na economia. Um demonstrativo de que não havia qualquer preocupação com a política industrial é o fato de que os Ministérios da Indústria e Comércio e de Ciência e Tecnologia nunca tiveram assento na Comissão Diretora do Programa e nem eventualmente foram consultados, quando recriados no governo Itamar”. (SOARES, 2006). A crise do real já era eminente,

“ Dada à premissa do modelo, os resultados para o período de julho de 1994 a junho de 1996 mostram que a política econômica era crível. Por outro lado, no período de julho de 1996 a junho de 1998, correspondendo a um segundo momento do Plano Real, o modelo demonstrou a perda de credibilidade por parte do público na política econômica do País, sendo isso evidenciado numa conjugação de elevado desemprego e tendência de crescimento no diferencial de taxas de juros. Os autores sustentam que a crise cambial foi derivada do crescimento não-sustentável da dívida pública. Inicia-se, dessa maneira, um ciclo de endividamento. A captação de recursos proveniente do exterior em algumas categorias já se configura em endividamento externo. ” Comparando-se os dados para os 5 anos antes do Plano Real, compreendendo os anos de 1989 a 1993, com os dados referentes aos anos do Plano Real, 1994 a 1998, percebe-se que no período anterior o crescimento acumulado da dívida externa foi de cerca de 28%, enquanto no período do Plano Real o crescimento foi de algo em torno de 66%.” (SOARES ,2006).

Acontece que na prática o último suspiro da economia deu-se em 1998-99 , já no governo de Fernando Henrique Cardoso – PSDB , quando o país se endividava gradativamente , desemprego em massa , crise cambial , do ponto de vista da economia burguesa isso trouxe um tipo mínimo de desenvolvimento , é algo inegável , porém os resultados não foram sustentáveis , voltando a novas crises no programa neoliberal de Estado , um fracasso tratando-se de soberania nacional , em crítica marxista podemos chamar isso de subdesenvolvimento industrial e monetarista do país. Os interesses da burguesia nacional sediam espaço para o avanço tardio do neoliberalismo e imperialismo norte americano no Brasil, a crise do real foi um marco na gestão desses presidentes, o resultado negativo maior foi o crescimento da dívida externa, que internalizada se tornou dívida pública. “ Fernando Henrique, então, por possuir bons contatos no meio acadêmico brasileiro, nomeia alguns economistas doutores em inflação e suas diversas evoluções históricas para a formulação desse plano: Pedro Malan, Gustavo Franco, André Lara Resende, Pérsio Arida, Wiston Fritsch e Edmar Bacha. O objetivo do plano, então, era uma reforma monetária que trouxesse o valor da

moeda nacional ao patamar do Dólar Americano, através do que foi chamado pelo jargão técnico de —Indexação da Moeda Nacional. Na prática, isso seria o mesmo que fazer uma dolarização na economia brasileira, sem que de fato houvesse dólares em circulação. ” (ibem, 2006). O Brasil seguia um tipo de desenvolvimento mínimo para a burguesia, paralelo ao aumento da dívida pública, se endividando gradativamente e perdendo assim a soberania nacional, na verdade o Estado forte neoliberal promoveu o subdesenvolvimento, acirramento das lutas de classes devido ao fato do desemprego e controle não efetivo da inflação, um problema cíclico que passou do governo Itamar Franco até as eleições da elite brasileira e formação histórica dos governos Fernando Henrique Cardoso 1995-2002.

CAPÍTULO 3- O NEOLIBERALISMO: A EXPERIÊNCIA DOS GOVERNOS FERNANDO HENRIQUE CARDOSO: PRIVATIZAÇÕES E LUTA DE CLASSES NO BRASIL.

1.1 A continuação da abertura econômica e as privatizações: Fernando Henrique Cardoso PSDB - 1995-2002.

A experiência de Estado neoliberal no Brasil teve seguimento com os dois governos de Fernando Henrique Cardoso 1995-2002 - PSDB, após as eleições de 1994, o processo gradual de privatizações agressivas e endividamento público do país deu continuidade econômica política para os interesses da burguesia hegemônica do período, dando prosseguimento aos governos Fernando Collor e Itamar Franco, com alterações na constituição de 1988 e do programa neoliberal em andamento: redução de gastos governamentais, diminuição dos impostos, abertura econômica para importações, liberalização alfandegária e desregulamentação da economia. Partimos da monografia da economista Joana Gomes Silva: *O modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso*,

“ O processo de privatização começou em 1996 com a Light. Neste ano a receita anual com a venda das estatais no Brasil atingiu o recorde. Os anos de 1995 e 1996 totalizaram 19 desestatizações gerando uma arrecadação de US\$ 5,1 bilhões (BNDES). Em 1997 a privatização continuou com a venda da Companhia Vale do Rio Doce. Um ponto a ser lembrado é que esta foi à empresa com menos apoio político uma vez que era eficiente e a maior exportadora de minério de ferro do país , uma das maiores do mundo . O governo para poder vendê-la precisou vencer inúmeras ações judiciais. Houve também uma aceleração da desestatização das empresas estaduais a cargo dos respectivos Estados e a primeira venda do setor financeiro com a privatização do Banco Meridional do Brasil S/ A. Outros processos importantes foram à finalização da desestatização da RFFSA com a venda da Malha Nordeste, a realização de três leilões no âmbito do Dec. nº 1.068/94, o leilão de sobras das ações ordinárias da Escelsa, representativas de 14,65% do seu capital social e o arrendamento do terminal de containeres-1 do porto de Santos. Este ano os resultados com as privatizações superaram a soma todos os anos anteriores, totalizando US\$ 4,265 bilhões. A partir de 1997, a privatização brasileira ganhou novas dimensões, antes estava restrita praticamente a venda de empresas e participações incluídas no PND, a partir daí privatizações no âmbito estadual foram intensificadas, contando com o apoio do BNDES. Com isso, se considerarmos também a venda de participações minoritárias dos Estados em empresas tais como a CRT-

Cia Riograndense de Telecomunicações e a Cemig-Cia de Eletricidade de Minas Gerais, principalmente, o resultado das privatizações estaduais atinge, ao final de 1997, cerca de US\$ 14,9 bilhões. ” (SILVA, 2005).

A questão mais importante é que o país foi sendo desindustrializado, não só o setor de mineração foi afetado, logo também passaram a privatização: Setor financeiro (Meridional, Banespa, BEA, BEG), informática (Datamec), químico e petroquímico (etroflex, Copesul, Nitriflex, Polisul, PPH, CBE, Poliolefinas, Deten, Oxiteno, PQU, Copene, Salgema, CPC, Polipropileno, Álcalis, Pronor, Politeno, Nitrocarbono, Coperbo, Ciquine, Polialden, Acrinor, Koppol, CQR, CBP, Polibrasil, EDN, fertilizantes: Arafertil, Ultrafertil, Goiásfertil, Fosfertil, Indag, e outros setores: Embraer, Mafersa, Celma, SNBP. Todas essas empresas aqui mencionadas foram sendo desestatizadas na década de 1990. O país perdia soberania nacional, resultado da formação histórica de um Estado forte neoliberal e sua política industrial subalterna. Considerada a segunda maior mineradora do mundo, a Vale do Rio Doce (hoje, Vale S. A.) foi privatizada pelo governo do PSDB em 1997, por R\$ 3,3 bilhões. O valor, muito abaixo de mercado, equivaleu a menos que ela obtinha de lucro por ano em 1995. Consta no jornal UOL, a autoria da matéria é do folhapress, “ *do lado de fora, começou uma briga entre a polícia e manifestantes contrários à privatização. Assim que foi confirmado o encerramento do leilão com a vitória do Consórcio Brasil. Pela manhã já tinha havido briga. Segundo a TV Globo, pelo menos três pessoas ficaram feridas, entre elas um policial, nos confrontos matutinos, Rio de Janeiro.* ” (folhapress, UOL, 1997). Depois desse registro histórico a Vale do Rio Doce passava a ser uma empresa transnacional de extração de minério de ferro.

Ainda segundo os jornalistas Leonardo Fernandez, Lu Sudré e Rute Pinta: *Jornal Brasil de Fato: Terceira maior mineradora do mundo, empresa tem trajetória marcada por crimes contra o meio ambiente e comunidades,*

“ O sociólogo Tadzio Coelho, professor da Universidade do Maranhão (UFMA), pesquisou em seu doutorado a relação entre mineração e desenvolvimento em municípios onde a Vale opera. Ele avalia que uma das principais mudanças entre a gestão pública e privada da empresa é a imposição de um modelo de mineração mais predatório e antidemocrático. A privatização da antiga Companhia Vale do Rio Doce, no dia 6 de maio de 1997, durante o governo do

ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), provocou a demissão de milhares de trabalhadores da companhia, até então uma das mais lucrativas estatais brasileiras. A venda do controle acionário da empresa para o Consórcio Brasil, liderado pela Companhia Siderúrgica Nacional, de Benjamin Steinbruch, foi fechada em 3,3 bilhões de dólares, o que representava 27% do capital total da empresa. O recurso utilizado para a compra foi disponibilizado aos compradores pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) a juros subsidiados. À época, o governo FHC convidou dois bancos internacionais para avaliar a companhia que seria leiloada. Um dos critérios determinados pelo governo foi de que a avaliação deveria se restringir apenas ao fluxo de caixa existente naquele momento, não levando em conta as reservas de minério de ferro que, segundo especialistas, eram suficientes para abastecer o mercado por mais de 400 anos''. (FERNANES, SUDRÉ E PINTA, 2019).⁷⁰

A Maior mineradora do Brasil e a terceira companhia na indústria global de mineração de metais, a Vale S.A carrega vários crimes ambientais e tragédias humanas em seu histórico. A empresa é responsável pelo rompimento da barragem Mina do Feijão em Brumadinho (MG) que matou 65 pessoas. Há 270 desaparecidos e 192 resgatados. O rompimento da barragem ocorre após pouco mais de três anos do crime ambiental em Mariana, também em Minas Gerais. O desastre, ocorrido em novembro de 2015, liberou cerca de 62 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na região e deixou 19 mortos após o rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, da qual a Vale é uma das donas, em parceria com a BHP Billiton. O resultado dos rejeitos. “ Publicado em 2014, o livro: *Recursos Minerais e Comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos*, de organização do Centro de Tecnologia Mineral (Cetem), catalogaram 1,5 mil documentos e relataram o estudo de caso de 105 territórios, espalhados em 22 estados brasileiros, que sofreram impactos da mineração. Aumento da dispersão de metais pesados, mudança na paisagem do solo, contaminação dos corpos hídricos, danos à flora e fauna, desmatamentos e erosão, foram constatados como os principais problemas causados ao meio ambiente. ” (ibem 2019).

“ Em janeiro de 2012, por exemplo, a mineradora foi eleita como a pior empresa do mundo, no que refere-se a direitos humanos e meio ambiente, pelo Prêmio Public Eye, premiação realizada desde o ano 2000 pelas ONGs Greenpeace e Declaração de Berna. O motivo: uma "história de 70 anos manchada por repetidas violações dos direitos humanos, condições desumanas de trabalho, pilhagem do patrimônio

⁷⁰ Disponível: < <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho/> >, acesso 2019 .

público e pela exploração cruel da natureza", lia-se na indicação da empresa. A Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale, grupo de sindicalistas, ambientalistas e acadêmicos de oito países, produziram o Relatório de Insustentabilidade, que reúne as denúncias e violações cometidas pela corporação até 2015. O impacto da empresa é global: em Piura, no Peru, onde a empresa tem uma mina para exploração de fosfato para a produção de fertilizantes para o agronegócio, o transporte da substância causou a dispersão de material particulado no ar e na água, afetando milhares de moradores e pescadores da região. Representantes da Frente de Defesa da Comunidade de San Martín de Sechura denunciaram que a Vale iniciou a exploração de fosfato sem consulta prévia, o que descumpra o Convênio 169 da OIT. A dispersão do material impacta na saúde de pessoas, desequilíbrio ambiental e no trabalho dos pescadores. Já em Moçambique, na província de Tete, mais de 1,3 mil famílias foram afetadas pela poluição atmosférica decorrente da exploração de carvão". (ibem, 2019).

Ora do ponto de vista econômico o Brasil cedia seu parque industrial ao investimento estrangeiro. No período de 1995 a 2002 a participação do capital estrangeiro foi bastante significativa. É importante também ressaltar que nesse período a constituição de 1988 passou por algumas mudanças, com aprovação da *emenda constitucional 8*, que acabou com o monopólio estatal dos serviços de telecomunicações. Foi determinado também que o governo teria que submeter um novo código de telecomunicações ao Congresso. Contudo a mudança da postura do governo em relação ao setor de telecomunicações só foi ocorrer em 1997 com a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações. Esta lei determinava que o Estado não fosse mais o provedor do setor de telecomunicações e passaria a ser o regulador. A privatização da Telebrás ocorreu na data programada, em julho de 1998, todas as 12 empresas foram leiloadas na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Nesse sentido o programa neoliberal no Brasil não conseguiu a almejada modernização capitalista, o país na verdade perdia sua autonomia econômica e política com o processo gradual de abertura ao grande capital desse período.

Do ponto de vista historiográfico é importante citar o livro do economista Aloysio Biondi: *O Brasil privatizado*. Sua análise sobre o processo de privatização foi resenhada pelo jornalista Tiago Soares, online: *carta maior, memória de um Brasil privatizado*,

" No geral, foram privatizadas, entre 1990 e 1999, 166 empresas, com 546 mil postos de trabalho extintos diretamente. O que, comparado ao número de privatizações ocorridas desde meados da

década de 1980 (19 companhias, entre 1985 e 1990), projeto do PSDB. Um negócio que, muito bom para alguns lobistas e umas poucas empresas estrangeiras, se mostrou, em pouquíssimo tempo, péssimo para o povo brasileiro. Com determinação o governo dará continuidade à sua política de modernização e redução do papel dos bancos públicos na economia. O Banco Meridional uma instituição federal foi privatizado em 1998 e em 1999 o sexto maior banco brasileiro o BANESPA, agora sob a administração federal, será privatizado. Privatizado em 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o Banco do Estado de São Paulo (Banespa) foi adquirido pelo espanhol Santander por R\$ 7 bi. Para se ter uma ideia do mau negócio, entre meados e o fim da década de 1990 o Estado brasileiro havia injetado R\$ 50 bi na instituição. R\$ 15 bi destes, apenas nos esforços de saneamento prévios ao processo de privatização: o que, descontado o dinheiro conseguido nos leilões, acabou num prejuízo de, no mínimo, R\$ 8 bi aos cofres públicos “. (SOARES, 2010).⁷¹

É importante o artigo do historiador Paulo Vizontine: *De F.H.C a Lula : uma década de política externa 1995-2002*. “ Em 1994, o Plano Real permitiu a Fernando Henrique Cardoso uma vitória relativamente fácil sobre o candidato da esquerda, Luiz Inácio Lula da Silva- PT. FHC retomou o projeto neoliberal de inserção no processo de globalização econômica iniciado por Collor, Luiz Felipe Lampreia foi nomeado ministro das Relações Exteriores e Pedro Malan, ministro da Fazenda, este último um homem completamente identificado com o programa do FMI e do Banco Mundial, expresso no Consenso de Washington. O novo presidente, internamente, intensificou o processo de privatizações das grandes e eficientes empresas públicas (aeronáutica, petroquímica, siderúrgica e telecomunicações) sem se preocupar com as empresas privadas e os custos sociais. Adotou também o hábito de não se referir ao Brasil como um país subdesenvolvido, contudo não se pode desconsiderar que tal condição ultrapassava a questão conceitual, pois a estabilização monetária foi fundada sobre o endividamento externo e o Plano Real acabou com o histórico superávit comercial nacional. “ (VIZENTINE, 2005).

Na prática a experiência de privatizações de 1991-2003 gerou um impacto negativo para a economia brasileira, bancos faliram, as estatais ficaram endividadadas, uma enorme quantia de dinheiro emprestado em acordos com o FMI , déficit previdenciário , e aumento da dívida externa e interna do país , outro ponto foi a

⁷¹Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Memoria-de-um-Brasil-privatizado/7/16016>> , acesso 2019 .

elaboração da Lei de Responsabilidade fiscal, na qual os estados e municípios foram obrigados a recolher os impostos e não utilizar além do orçamento estipulado pelo poder executivo. Mesmo adotando estas medidas, a crise financeira atingiu grandes bancos como o Econômico, Nacional e Bamerindus. A inflação ainda persistia, o crescimento do PIB diminuía e a taxa de desemprego aumentava, porém o cenário da economia brasileira tentava resolver esses problemas com as privatizações. Em 1997, FHC conseguiu aprovar a emenda da reeleição e venceu o pleito com base no Plano Real e no controle da inflação. Contudo, durante a campanha, as dificuldades começaram a se manifestar: a crise asiática de 1997 e a russa de 1998. A crise financeira e a cambial de Janeiro de 1999 e a possibilidade de retrocesso de alguns objetivos alcançados pelo governo na estabilização monetária, levaram o governo a desvalorizar o Real como forma de equilibrar as contas. Desta forma, o segundo mandato de FHC se iniciou sob a crise e a necessidade de mudança, com impactos sobre a diplomacia brasileira internacional.

De acordo com os cientistas sociais e políticos da USP Cláudio Couto e Fernando Abrucio no artigo: *O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições*, “Um dos aspectos centrais da agenda governamental ainda no primeiro governo 1995-98, foi à privatização de empresas estatais, para a qual se revelou imprescindível a aprovação de mudanças constitucionais, pois a Carta de 1988 impedia que o setor privado atuasse em setores em que o Estado detinha monopólio; era o caso dos setores de gás canalizado, telecomunicações e petróleo. Fernando Henrique Cardoso, em seu primeiro mandato, lançou as bases do que seria um novo modelo da relação Estado-mercado, passando ao setor privado boa parte de um imenso patrimônio acumulado ao longo de algumas décadas. Além disso, os recursos oriundos das privatizações, superando os US\$45 milhões, poderiam ser utilizados para a amortização da dívida pública – o que acabou não surtindo grandes efeitos por conta da explosão da dívida, decorrente das políticas monetárias e cambial adotadas na condução do Plano Real. Ainda dentro da agenda da reestruturação financeira, o governo promoveu o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer) e o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Estadual (Proes). Mesmo assim, essa policy recebeu muitas críticas: era apontada pela oposição como um sintoma de que o governo estava favorecendo banqueiros com dinheiro público”. (COUTO E ABRUCIO, 2003).

“ Podemos assim compreender o porquê da explosão da dívida interna, que sai do patamar de R\$108,6 bilhões em janeiro de 1995 para R\$328,7 bilhões em dezembro de 1998, um aumento de 202,63%. O impacto maior foi sobre a União, pois, enquanto a dívida estadual saía de R\$50,3 bilhões para R\$124,75 bilhões (aumento de 148,09%), a do governo federal dava um salto de 497,59%, partindo de R\$32,2 bilhões para R\$192,45 bilhões. Essa diferença no aumento do passivo deveu-se, primeiro, à renegociação das dívidas dos estados, favorecidos por taxas de juros menores do que aquelas assumidas pelo governo federal, e, segundo, à assunção pela União de diversos “esqueletos” (dívidas não reconhecidas). De qualquer modo, a dívida líquida consolidada do setor público era no início do período de 20,77% do PIB, atingindo 35,53% ao final – no caso do governo federal e do Banco Central, essa proporção saltou de 6,16% para 20,80% do PIB. Essa explosão do endividamento, conseqüência da grande reestruturação da dívida pública em todos os níveis de governo e dos juros altos, comprometeu a solvência do Estado brasileiro, A reeleição de Fernando Henrique 1998-2002 era um elemento importante na estratégia política do governo. Embora muito se tenha afirmado que a luta pela aprovação da emenda que garantiria esse direito ao presidente provocou uma paralisia na agenda de políticas públicas, drenando forças que poderiam ter sido despendidas na concretização dos projetos de reformas da ordem econômica e do Estado, o fato é que, ao assegurar a possibilidade um novo mandato, FHC garantiria, primeiramente, a possibilidade de dar continuidade, num segundo governo, às reformas que já havia iniciado; Mais do que o resultado econômico imediato, o efeito da crise cambial, somada ao episódio do escândalo das “fitas do BNDES”, foi inviabilizar a mudança no modelo econômico. A inflação mantinha-se sob certo controle, mas o país não crescia nem gerava empregos, fatos que reduziam o encanto do Plano Real “. (ibem, 2003).

Em se tratando de ciência política podemos dizer que a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1998-2002 foi uma estratégia da hegemonia capitalista da elite nacional vinculada ao PSDB, em oposição ao PT e a qualquer forma de agenda crítica a burguesia dominante, assim foi dando o prosseguimento ao neoliberalismo de Estado, mesmo com escândalos, vazamento de informações dos ex-bancos públicos, somado ao processo de desnacionalização da economia, e avanço de uma política nada protecionista, vinculada a dolarização em crise da moeda brasileira. A reeleição foi uma forma de manter a hegemonia capitalista no poder, assegurando acumulação de capital mediante as privatizações, aumentando o déficit público e endividando o país.

“ A inflação mantinha-se sob certo controle, mas o país não crescia nem gerava empregos, fatos que reduziam o encanto do Plano Real. A gestão de Armínio Fraga no Banco Central foi bem-sucedida no

combate às consequências da desvalorização, porém suas medidas supunham uma saída da crise que decerto estava distante do “desenvolvimentismo” presente no ideário de muitos da cúpula tucana. A manutenção dessa política garantia que, no máximo, o segundo governo seria capaz de completar a agenda econômica do primeiro, como no caso da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), e acordos com o FMI. Três fatores prejudicaram os planos do presidente Fernando Henrique de obter melhor desempenho econômico e controlar o processo sucessório. O primeiro foi à crise energética ocorrida em 2001, que obrigou o Executivo federal a propor medidas de racionamento, as quais reduziram consideravelmente o nível de atividade econômica. Além disso, o chamado “apagão” atingiu uma das facetas mais prezadas do período FHC, o segundo fator que prejudicou o desempenho do presidente reeleito foi a incapacidade de reformar o modelo econômico com vistas a reduzir a vulnerabilidade externa e gerar maior crescimento, o enfraquecimento das bases políticas do governo constituiu-se no último fator que inviabilizou a realização dos objetivos presentes no projeto da reeleição. Tratava-se de um rompimento da aliança original que elegera o presidente Fernando Henrique, embora isso tenha sido feito sem que o PFL, saísse integralmente e de modo formal do bloco situacionista –“ (ibem, 2003).

Nesse sentido a classe dominante da burguesia neoliberal tucana passou a perder apoio governamental, o que na prática gerou um conflito maior de classe *intraburguês*. A clivagem ideológica, entretanto não mudou o conteúdo do programa de Estado, as medidas de abertura economia e privatizações foram levadas até o último acordo internacional, gerando na prática um desenvolvimento mínimo para a elite empresarial e um endividamento público e privado para o restante da burguesia, na prática desnacionalização do Estado, desindustrialização, perda de poder de compra do real, e subdesenvolvimento econômico. “Ao final do governo, reconfigurou-se por completo a teia de relações entre os atores situacionistas e toda a coalizão soçobrou. O primeiro a romper foi o PTB. Seu divórcio do governo FHC foi mais um elemento a caracterizar a desagregação da aliança situacionista e a perda de prestígio do governo. Diferentemente do PFL, o PTB não rompeu com o governo em virtude de seus atritos com o PSDB, mas devido ao fracasso substantivo do mesmo em implementar uma agenda positiva, que apontasse para a retomada do crescimento.” (ibem , 2003).

A primeira e a segunda fase dos governos Fernando Henrique Cardoso – PSDB, mantiveram a mesma postura diante do programa neoliberal, as alterações ministeriais e do próprio poder executivo não mudaram o caráter de globalização e interdependência com E.U.A no que tange a dependência tecnológica , o padrão dólar , o parque

industrial brasileiro sofreu severos pontos negativos com o resultado das privatizações, analisado acima. Podemos afirmar que o Plano Real deteve seu sucesso inicial barrado na crise capitalista de 1996, momento de estagnação da economia brasileira, sendo as privatizações uma forma gradual de endividamento e tentativa fracassada de crescimento econômico mínimo, paralelo ao aumento da dívida pública no país. Podemos dizer assim que as experiências dos governos de Fernando Henrique Cardoso foram dois momentos: (1995- 1998) a política fiscal adotada teve como principais características: a) Esforço de reforma estrutural e patrimonial do setor público com a apresentação de propostas legislativas e privatização; b) Introdução de medidas de controle das finanças dos governos estaduais e municipais, com efeito estrutural, mas resultados não imediatos; c) Controle primário insuficiente: aumento do déficit primário; d) Aumento da despesa com juros devido à instabilidade financeira. O segundo período de FHC (1999-2002) teve como características: a) Ajuste fiscal voltado para a geração de superávits primários, baseados em aumento da receita e redução de despesas, com maior ênfase nas primeiras; b) Fadiga reformista, embora propostas importantes tenham sido implementadas (Lei de Responsabilidade Fiscal, fator previdenciário).

As privatizações representaram, nesse período, a entrada de volumes expressivos de investimento estrangeiro direto, evitando assim, a explosão escancarada da dívida pública, ajudando a financiar o déficit público. Com a privatização de 130 estatais até 2000, o Brasil arrecadou uma receita de US\$82,1 bilhões. Os setores de maior expressão no processo foram: telecomunicações, transporte (ferrovias, portos e estradas), energia elétrica, bancário e água e esgoto. Vale ressaltar, que a obtenção dessa receita não evitou a crise de 1999, aonde a dívida pública chegou a patamares elevados. Durante os anos de 1990 a 1994, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se torna importante e indispensável ao processo de desestatização, uma vez que o Banco emprestava dinheiro a juros baixos para as empresas privadas comprarem as estatais e, depois das alienações disponibilizava programas de créditos para a expansão e modernização dessas empresas. ‘ Entre 1990 e 2002, 165 empresas estatais foram privatizadas, arrecadando um total de US\$ 105 bilhões (US\$ 87 bilhões de receitas líquidas e US\$ 18 bilhões em transferências de dívidas). Do total de receita líquida, 48% tiveram como origem investidores estrangeiros. O BNDES concedeu US\$ 15,6 bilhões em empréstimos para 101 das empresas privatizadas; e ao final do

processo, em 2003, o Banco detinha 87 empresas (14 diretas e 73 indiretas)”. (ibem, 2003).

1.2- Luta de classes e autoritarismo neoliberal no campo: Eldorado dos Carajás- Pará 1996

O Estado forte neoliberal no Brasil, além de reprimir a oposição de esquerda no cenário urbano durante as manifestações contra as privatizações de empresas públicas importantes USUMINAS, CSN, Vale do Rio Doce, promoveu também ações autoritárias nos espaços rurais, tendo como exemplo o massacre de Eldorado do Carajás – Pará 1996, uma luta do MST contra a concentração de terra e estagnação da reforma agrária no Brasil. Essa experiência é um resultado concreto de um processo maior de desdemocratização do Estado, na verdade um tipo de violência no campo, exercido contra os trabalhadores rurais, durante o processo de ocupação da Fazenda Macaxeira, a luta de classes pela reforma agrária. Segundo o repórter Felipe Pontes: *Conflito agrário: 20 anos após massacre, tensão persiste em Eldorado dos Carajás,*

“ No dia 17 de abril de 1996, 19 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos pela Polícia Militar, no episódio que ficou conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás, sudeste do Pará. Os legistas apontaram a ocorrência de execuções à queima roupa de camponeses, além de trabalhadores mutilados após serem perseguidos pelos policiais até as barracas nas quais acampavam à beira da estrada – levou o dia 17 de abril a se tornar o Dia Internacional de Luta no Campo pela reforma agrária . Dos 154 policiais militares denunciados pelo Ministério Público, apenas dois foram condenados por homicídio doloso e encontram-se presos, o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira, que comandaram a ação no dia do massacre, foram impunes. Para o procurador do Ministério Público Federal Felício Pontes, que há mais de uma década atua na conciliação de conflitos no Pará, a tensão na região é resultado do modelo de desenvolvimento implantando nos arredores de Eldorado dos Carajás, baseado na extração mineral. “Com essa crise econômica, agravada pela queda do preço das commodities minerais, diminuiu muito a produção e houve uma retração na economia dessa região”, disse Pontes “(PONTES, 2016).

A responsabilidade direta do ex-governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), aliado da antiga ARENA, PSD, PMDB, foi negligente agindo de forma autoritária no ano de 1996. Entretanto vale ressaltar que esse registro histórico no Brasil, se passou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Além de ser um marco da violação dos Direitos Humanos, foi palco de um cenário de guerra desigual, e humilhação para a classe trabalhadora no campo. Nesse sentido o governo Fernando Henrique Cardoso usurpou do poder executivo, e não agiu de forma democrática no que tange a questão da má distribuição de renda, além da concentração de terra. É importante ressaltar que o objetivo primeiro do MTS era uma passeata pacífica até a capital do Pará- Belém em luta em prol da reforma agrária, porém durante as manifestações as rodovias iam sendo ocupadas. A não retirada das famílias da fazenda e a continuação das ocupações não tiveram nenhuma negociação efetiva com o governo federal, o resultado foi o massacre dos trabalhadores de forma covarde e violenta, pela tropa de choque da Polícia Militar do Estado do Pará. Do ponto de vista historiográfico vale destaque para o livro do geográfico e jornalista Eric Nepomuceno: *O massacre de Eldorado do Carajás, uma história de impunidade*.

1.3- Teoria da Dependência: Ensaio de interpretação sociológica neoliberal, Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto 1966-1977

É importante ressaltar que durante a década de 1995-2002, Fernando Henrique Cardoso enquanto presidente da República, filiado direto ao Partido da Social Democracia Brasileira, governou na prática com um tipo de ação de Estado forte, podemos chamar isso de experiência neoliberal na história do Brasil, uma contradição entre discurso “ social liberal “ e programa de Estado neoliberal. Isso quer dizer que em se tratando de sociologia o seu pensamento ou visão social de mundo burguês, inviabilizou um tipo de posicionamento nacionalista, na verdade um apologético crítico de Lênin, no que tange a teoria do imperialismo capitalista, fase superior de acumulação do Capital. No caso de sua Teoria da Dependência ela se encontra no seu Ensaio, em parceria com o sociólogo chileno, Enzo Falleto: *Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica*, resenha de Natasha Lubaszewski,

“ Originalmente escrita durante o seu exílio, em 1966, em parceria com o sociólogo chileno Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* é uma das obras de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de maior ressonância nas Ciências Sociais. Graduado em sociologia pela Universidade de São Paulo, Fernando Henrique lecionou nessa mesma Universidade até iniciarem-se as perseguições após o golpe de 1964, motivo pelo qual acabou se exilando no país chileno. Faletto, por sua vez, era professor titular da Universidade do Chile, obteve sua Licenciatura em História e, mais tarde, seu Mestrado em Sociologia na Facultad Latino-americana de Ciências Sociales. Na época em que foi escrita a obra, ambos os autores trabalhavam em uma organização das Nações Unidas (ONU) ligada à Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Instituto Latino-Americano de Planejamento Econômico e Social. A obra trata de forma muito clara e concisa a transição desse modelo nacional-populista, no caso brasileiro, para um modelo dependente-associado, marcando um esgotamento das políticas econômicas anteriores e uma necessidade de reformas estruturais que não mais poderiam ser levadas a cabo pelo modelo antigo. Nesse período surgiam teorias, por um lado, de cunho nacional-desenvolvimentista – que pregavam o desenvolvimento autônomo nacional – e por outro, de cunho socialista. FHC propunha uma solução alternativa. ” *As alternativas que se apresentariam, excluindo-se a abertura do mercado interno para fora, isto é, para os capitais estrangeiros, seriam todas inconsistentes, como o são na realidade, salvo se admite a hipótese de uma mudança política radical para o socialismo* “. (CARDOSO & FALETTTO, 1977, p. 120). (LUBASZEWSKI, 2015).

Dentro de uma perspectiva de economia política Fernando Henrique Cardoso e E. Faletto, já consideravam o socialismo, da década de 1960-1970, uma hipótese muito radical, sua visão de mundo burguesa não consegue ser aliada de uma idéia crítica da ineficiência de aberturas econômicas , em países subdesenvolvidos como o Brasil , que na prática gerou dependência ou interdependência de economia- tecnológica , em se tratando de capitalismo internacional . Na prática são medidas não nacionalistas que compactuam com o imperialismo das grandes potências mundiais, principalmente E.U.A , norteamericanização da identidade brasileira , traição a lesa pátria , gerando um mínimo desenvolvimento para a burguesia hegemônica local , em disputas intraclasses do capital nacional dos burguesas , enquanto o país se torna dependente de acordos internacionais , e capital estrangeiro , principalmente o dólar das multinacionais , e super-exploração para a classe trabalhadora .

“Como o socialismo não encontraria eco no proletariado brasileiro, a única alternativa que restava era a abertura ao capital estrangeiro, afinal a reprodução do capital não se dava internamente, havendo a necessidade de financiamento, tecnologia e investimento serem feitos pelo capital estrangeiro. Defende, assim, um novo caráter da dependência, que não mais teria caráter de super-exploração imperialista, mas se revelaria numa conciliação de interesses internos e externos. No novo modelo formar-se-ia, então, uma tríade entre capital do Estado, capital nacional e capital internacional e, assim, criar-se-iam melhores condições para o investimento estrangeiro, de maneira que se tornaria possível acumular capital suficiente para impulsionar o desenvolvimento econômico”. (LUBASZEWSKI, 2015).

Esses documentos, ou ensaios sociológicos aqui citados de 1966-1977 podem aparentar ser independente, da experiência neoliberal da década de 1990-2000, a hipótese é que não existe essa clivagem entre teoria e prática. Entretanto algumas dessas medidas, como a abertura da economia ao grande capital internacional, não foi uma experiência progressista para o conjunto da sociedade brasileira, foi uma realidade concreta de endividamento, privatizações, dependência de tecnologia e dinheiro pego emprestado ao FMI, falência de bancos, perda de valorização da moeda real e das antigas estatais, desemprego e acirramento da lutas de classes, no cenário urbano e rural. A internacionalização do mercado capitalista não foi uma boa opção para o desenvolvimento do país, apenas para a elite no poder de Estado. ” Dessa maneira, a abertura do mercado brasileiro não tinha, na visão de Faletto e Fernando Henrique Cardoso, um efeito negativo, afinal, para eles, o vínculo entre o desenvolvimento e a dependência externa seria plenamente possível ”. (LUBASZEWSKI, 2015).

Essa é a tese central dos sociólogos, que é aqui questionada, a abertura da economia detém seus limites reais de aplicação para o desenvolvimento nacional, demagogia da burguesia brasileira, concentração da riqueza e menor distribuição de renda aos pobres. O Estado neoliberal é uma máquina de interesses da burguesia internacional e nacional monopolista capitalista, colonizadora do próprio país e dos mercados, perca de autonomia e desdemocratização do Estado brasileiro.

“ A partir dessa obra, surge uma nova maneira de ver a divisão internacional do trabalho. Além da oposição entre países “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, que caracterizava um estado de diferenciação do sistema produtivo, e entre “centro” versus

“periferia”, que destacava as funções que cabem a cada tipo de economia, surge uma nova ideia de oposição: entre países “autônomos” e “dependentes”. Tal ideia alude diretamente às condições de existência e funcionamento dos sistemas econômico e político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. Dessa forma, a teoria de Fernando Henrique Cardoso contribui principalmente para a identificação de processos sociais e de dinâmicas das burguesias nacionais influenciados pelas elites em nível internacional, pondo em voga a relação de dependência que as primeiras mantinham com as segundas. Nesse sentido, ao desafiar os dogmas já estabelecidos na época, FHC construiu um novo”. (LUBASZEWSKI, 2015).

Não podemos dizer que existe uma separação ou corte epistemológico entre Fernando Henrique Cardoso, sua teoria burguesa nas ciências sociais, de sua experiência enquanto presidente da República 1995-2002. A questão é que sua reflexão em economia política pode no discurso aparentar ser progressista para o país, enquanto que sua postura ideológica e prática são neoliberais na organização do Estado. O *ethos* é o mesmo, não existe essa separação neutra, positivista, é uma leitura que já tem por si certo viés de classe e defesa de interesses, esse isolamento entre ciência e militância é uma hipótese para elite, que se torna negligente diante da realidade, sociologia de gabinete. Nesse sentido sua atuação na história do Brasil foi um acordo submisso aos interesses da elite internacional, da direita brasileira em seu conjunto de classe, no poder do Estado. O livro de Fernando Henrique Cardoso: *O Presidente segundo o sociólogo* é uma fraseologia de interesses capitalistas, da familiocracia dos Cardoso, que defendeu o Estado forte neoliberal e suas ações governamentais autoritárias, um tipo de *dependentismo* econômico e perda de autonomia nacional. Não se tem como repetir um desenvolvimento histórico progressista que nunca existiu, é os limites da razão da sociologia burguesa. Na verdade é uma hipótese em que se diz existir desenvolvimento capitalista atrelado a medidas autoritárias ou democráticas, em países que na realidade são subdesenvolvidos como o Brasil. A sociologia de Fernando Henrique Cardoso, é uma referência para a intelectualidade norte-americana burguesa. Vale ressaltar o artigo um tanto quanto apologético do cientista político da USP, Fernando Limongi: *Fernando Henrique Cardoso: Teoria da Dependência e transição democrática*,

“ Se é possível dizer que a teoria da dependência e sua aplicação ao caso concreto da experiência política brasileira implicaram o desafio a dogmas estabelecidos, não será menos

verdade reconhecer que essa mesma teoria poderia vir a se constituir em um novo dogma. Fernando Henrique foi o primeiro a tomar consciência e enfrentar as limitações da sua própria explicação. Os títulos de alguns de seus artigos falam por si: “*O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos*”, “*As novas teses equivocadas*”, “*As desventuras da dialética da dependência*”. Há muitos outros”. (LIMONGI, 2012).

Apesar da autocrítica de Fernando Henrique Cardoso em seus ensaios, essa tese não separa o sociólogo do político, como no caso do cientista político Limongi, apologético da sociologia burguesa. Acerca da reflexão sobre neoliberalismo brasileiro, é real o debate de oposição de interesses de classe no Brasil. A Teoria da dependência FHC e Enzo Falleto, é um tipo de filosofia e sociologia burguesa que além de distorcer a teoria da dependência, propõem uma aceitação acrítica da realidade, e tenta de forma abstrata refutar a tese do imperialismo. Vale ressaltar a crítica latino americana, no artigo dos marxistas Carlos Martins e Adrián Valencia, vinculados as teses de Ruy Mauro Marine sobre a super-exploração do trabalho, é uma antítese a idéia de aceitação do Estado neoliberal brasileiro e latino americano da dependência desigual em economia política. Essas teses também aparecem no artigo: *Teoria da Dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexão para os trinta anos da teoria,*

“ Essa aceitação da dependência, presente em seus escritos dos anos 60, se aprofunda a partir dos anos 70, e dá lugar nos anos 90 à defesa teórica e política do neoliberalismo como forma dos países dependentes se articularem à economia mundial. Finalmente, resgatamos os conceitos básicos da vertente liberadora da teoria da dependência, distorcidos pela matriz de Cardoso e Falleto, para pensar os desafios postos pela globalização ao Estado nacional. Contudo, apesar dessas dificuldades, acumulou-se uma razoável base empírica e conceitual que tem nos permitido captar muito da especificidade de nossa integração ao capitalismo internacional e de nossas formas de desenvolvimento. Se a realidade de nossa integração ao capitalismo internacional dos anos 70, 80 e 90 reforça a peculiaridade de nossos padrões de desenvolvimento e o objeto da dependência, a defesa dos interesses nacionais , é certo também que mais do que falarmos em teoria da dependência, devemos falar em teorias⁷² da dependência para

⁷²Uma marxista, desenvolvida principalmente por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro, em que a interpretação das situações concretas de dependência não secundarizam uma visão emancipatória e programática, pois são analisadas pela via da luta de classes. Embora se ponha ênfase nas dificuldades de afirmação do socialismo na periferia de um sistema mundial capitalista, se Outra weberiana e com certas tintas de ecletismo, ao assimilar parcialmente e de maneira subordinada o marxismo, que tem sua melhor expressão nas obras de Cardoso e Falleto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina, 1984*. Aqui a dependência é analisada a partir das estruturas de dominação, sendo que apenas por seu intermédio se compreende a luta de classes.

nos referirmos às distintas articulações metodológicas e conceituais que se estabeleceram para interpretar esse objeto. Ao nosso ver, Cardoso pratica hoje, como político, a dependência que teorizou, pois os elementos emancipatórios de sua teorização são remotos e abstratos, sendo amplamente secundados por uma visão sistemática que vincula o paradigma de desenvolvimento latino-americano à dependência ‘. (MARTINS E VALENCIA, 2001).

Essa trabalho compartilha com esse posicionamento crítico dos autores acima citados, a teoria da dependência de F.H.C não consegue sair da idéia de dependência , o nosso país nesse sentido sempre será dependente , ou seja, na prática o Estado neoliberal brasileiro gera o subdesenvolvimento interdependente capitalista , a economia nacional perde o caráter de se torna independente , a tese burguesa é que só a desenvolvimento acompanhando a desigualdade social e dependência com o capitalismo internacional e sua acumulação do capital , isso é uma contradição no tempo , é um retrocesso para o país , desindustrialização , desnacionalização , desterritorialização , norteamericanização da vida e dos interesses de Estado . Nesse sentido esse tipo de filosofia brasileira, é distorcida da realidade concreta, utiliza de categorias do marxismo com influência da sociologia de Max Weber, dominação e ação social. Esse estancamento neoliberal é um tipo de hermenêutica conservadora, dos interesses da elite dominante e do grande capital. As estruturas do capitalismo dependente não conseguem ser rompidos, é um muro sobre a realidade nacional. Um tipo de ceticismo em relação à capacidade do socialismo e do nacionalismo na periferia e, principalmente, na América Latina, de estabelecer algum padrão distinto de desenvolvimento à dependência.

A todo o momento em seus ensaios Fernando Henrique Cardoso tenta deslegitimar a tese do imperialismo e as suas consequências para América Latina e Brasil. Não se trata de ser uma reflexão profética ou pessimista da realidade nacional. O neoliberalismo de Estado foi uma experiência de contribuição para colonização das indústrias nacionais pelo grande capital principalmente internacional, abertura econômica que trouxe avanço e luta de classes para a própria burguesia nacional, que depois rompeu com as antigas alianças capitalistas e dominação do Estado brasileiro,

Os padrões de desenvolvimento são articulados à dependência, que constitui o paradigma de desenvolvimento para as sociedades latino-americanas, cabendo à instância política nacional instituir padrões de dominação que oscilam entre os pares desenvolvimento/dependência e estancamento/autonomia ‘. (MARTINS E VALENCIA, 2001).

para o pobre enquanto classe subalterna trouxe o autoritarismo neoliberal de Estado, seja no campo ou na cidade. É um tipo de teoria da história que subalternizou o país.

“ Na definição de dependência de Cardoso e Faletto, o político é uma variável fraca frente ao econômico, uma vez que possui uma abrangência limitada de atuação frente a este. A face econômica da dependência se expressa na conformação de uma estrutura produtiva nacional em função do mercado externo, que mantém os vínculos comerciais, produtivos e financeiros com a expansão internacional do capitalismo. Entretanto, a instância política tem as suas possibilidades de atuação concentradas no aparato jurídico-político nacional, o que limita grande parte de sua capacidade de decisão e ação, pois não possui qualquer atribuição formal para atuar soberanamente no plano internacional. A “ambigüidade” explícita com que Cardoso vai caracterizar a situação de dependência comporta, em verdade, uma grande desigualdade entre o econômico, que cria uma estrutura produtiva marcada por características e vinculações estruturais dependentes, e o político, cuja amplitude de atuação não lhe permite atuar sobre esses vínculos estruturais e dinâmicos da dependência e substituí-los por outros, sem cair no estancamento. “Neste último caso há desde o começo uma dupla vinculação do processo histórico que cria uma ‘situação de ambigüidade’, ou seja, uma nova contradição. Desde o momento em que se coloca como objetivo instaurar uma nação (...) o centro político da ação das forças sociais tenta ganhar certa autonomia ao sobrepor-se à situação do mercado; as vinculações econômicas continuam sendo definidas objetivamente em função do mercado externo e limitam as possibilidades de decisão e ação autônomas. Nisso radica, talvez, o núcleo da problemática sociológica do processo nacional de desenvolvimento na América Latina.”(ibem , 2001).

É um tipo de sociologia histórica que não consegue colocar o país em oposição a estrutura de dependência, não é uma defesa dos interesses nacionais de forma conjunta, apenas paro o jogo de interesses do Estado neoliberal, e defesa da elite capitalista nacional e internacional, uma teoria da elite, uma tipo de consciência e intencionalidade de classe capitalista.

“ Fernando Henrique Cardoso ao definir o paradigma de desenvolvimento latino-americano através da dependência, caracterizada pela desigualdade da abrangência de atuação entre o econômico e o político na conformação das estruturas de dominação, vê nela um limite à expansão da região, mas a indica como único paradigma possível de desenvolvimento nas condições conhecidas, contrapondo-a ao nacionalismo, ao socialismo. Como teórico e político, Cardoso escolhe o *ethos* de responsabilidade, pois ela lhe permite vincular os seus fins aos condicionamentos impostos pelas estruturas dependentes. A fraqueza da esfera política em relação à objetividade da economia, não lhe permite construir um caminho próprio e sustentado de desenvolvimento. Em estreita vinculação a

seus escritos de 1967, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*, e de 1975, *Autoritarismo e Democratização*, Cardoso opta pela criação de um modelo político que permita ao capital internacional, não apenas constituir-se no eixo estrutural da dominação societária, mas da dominação política, a centralidade do mercado na política, nas relações internacionais e no desenvolvimento econômico” . (ibem, 2001).

É, portanto um ensaísta neoliberal não preocupado com interesses de desenvolvimento na nação brasileira. A experiência de seu governo de 1995-2003 não pode ser separada da sua visão de classe social conservadora, atrelada as decisões de Washington e o restante da economia capitalista mundial. Essa tese é uma crítica a filosofia e sociologia histórica do ex-presidente. “ O pensamento sobre a globalização de Fernando Henrique Cardoso se articula como uma continuidade ao esquema teórico e metodológico por ele desenvolvido para analisar a dependência. A contradição que se apresenta entre o econômico e político aprofundam a articulação subordinada entre essas instâncias, presente em suas análises clássicas da dependência. Para Cardoso, a globalização não rompe com a dominação entre os Estados nacionais que caracteriza a dependência, mas introduz um novo quadro sistêmico e analítico caracterizado pela interconexão produtiva global e pela alta mobilidade do capital especulativo, que passa a comandar o lado real da economia. A mobilidade internacional dos capitais especulativos cria a vulnerabilidade dos Estados nacionais e uma nova dependência, que se justapõe à antiga, entre os Estados-nações. Os países perdem a capacidade de governabilidade para ajustarem as suas regras de câmbio, juros e de monitoramento da economia as demandas do mercado especulativo. “ (ibem, 2001).

Nesse sentido os ensaios de Fernando Henrique Cardoso são na prática um afastamento gradual da autonomia política brasileira de Estado, e uma formação histórica que defende a soberania internacional de mercado capitalista. Para a América Latina e Brasil é um processo real de imperialismo e super-exploração do trabalho assalariado, sendo esse problema normativizado pelo Estado, que não consegue organizar as leis trabalhistas, privatiza a economia nacional, o que acarretou saldos negativos nas suas experiências, desemprego e acirramento das contradições de classe no Brasil, a passagem da super-exploração como modalidade nacional de mais-valor, para formação de subclasses sociais ou *homo lumpem* brasileiro, desigualdade de poder econômico e político.

“ Cabe nessa perspectiva, para o governante do país dependente, a difícil tarefa de praticar a subordinação ao capital internacional e postular o seu controle, colocando-se sempre à sombra da iniciativa dos países centrais para evitar os custos de uma liderança nessa direção: *“Não há solução nacional para a questão. Vivo dizendo: globalização não é um valor, não é algo que você queira. Existe. E precisa de controles, porque está indo para um caminho perigoso (...) a crítica da globalização tem que ser global. E essa crítica faço sempre que posso”* (Cardoso, 1998: 87’). (ibem, 2001). A necessidade de aprofundar os vínculos com o mercado externo para garantir o desenvolvimento, exige uma transferência dos espaços decisórios nacionais aos centros do capitalismo internacional e suas corporações privadas. Essa transferência ocorre através de políticas internas articuladas aos organismos de formulação de políticas do capitalismo internacional e que situam o mercado como eixo da alocação interna de recursos e da articulação do país com o capitalismo internacional”. (ibem, 2001).

Veja bem que esse interesse de classe capitalista foi na prática a formação de uma escola neoliberal da teoria da dependência, sendo que muitas dessas idéias não podem ser separadas da experiência concreta dos anos de 1995-2003, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e seus aliados de classe da elite, submissa ao grande capital e sua nova fase de acumulação do capital na história do Brasil. A economia nacional interna perde sua autonomia, ou acarreta uma fragmentação ideológica burguesa, mas ainda mantendo os interesses capitalistas no jogo do Estado neoliberal. A revolução tecnológica e financeira é um tipo de desenvolvimento apenas para uma minoria da elite capitalista e sua acumulação do capital, o resultado é dominação de classe dos interesses internacionais da burguesia. As medidas são: abertura ao capital externo e estabilização da inflação e da moeda, desregulamentação da entrada de circulação de capitais e mercadorias estrangeiros importados, privatizações das indústrias. Essas são as aplicações de Estado, a única idéia de progresso para essa escola do pensamento neoliberal brasileiro é uma aceitação monetarista, de não deixar sair capitais econômicos investidos no país, manutenção de uma economia aberta, que na prática gera subdesenvolvimento interdependente, o problema maior é especulação financeira, e uma maior facilidade para a corrupção de Estado. Na verdade é uma defesa da perda da soberania nacional em prol das imposições imperialistas do FMI e Banco Mundial, entre outras instituições do grande capital. Fernando Henrique Cardoso (1975, 1978, 1993) e os adeptos ou influenciados por seu enfoque, como José Serra (1978), Guido Mantega (1984), Lúcia Goldenstein (1994 e 1998), Luís Carlos Bresser Pereira (1997) e José Luiz Fiori (1999), todos adeptos do neoliberalismo brasileiro.

Em oposição crítica a essa hermenêutica do capitalismo neoliberal, um tipo de teoria da dependência, também uma teoria da história da elite, a dominação do Estado ou desenvolvimento submisso capitalista. Chamei à realidade nacional de subdesenvolvimento interdependente as experiências de 1990-2003, um tipo de intercâmbio desigual, que se estende a atualidade, desindustrialização e perda de identidade nacional, essa forma de organização do grande capital e sua nova fase de acumulação latina americana e brasileira. Na verdade retomo as teses do sociólogo e filósofo brasileiro marxista Ruy Mauro Marini e seus seguidores, no que tange o resultado de super-exploração do trabalho, uma nova divisão determinada internacional do trabalho capitalista, uma nova modalidade de mais valia. A extensão da lei do valor, em economia política é o processo gradual de formação histórica de subclasses sociais na conjuntura de super-exploração e perda da cidadania, uma categoria concreta a formação histórica determinada do *homo lumpem* latino americano e brasileiro . Nessa tese é uma atualização de Karl Marx.

“ Ruy Mauro Marini vincula o conceito de *super-exploração do trabalho* ao desenvolvimento tecnológico e cria a categoria de *sub-imperialismo*, que tem em seus pressupostos a elevação da composição orgânica do capital nos países dependentes; de Theotônio dos Santos teorizarem, talvez, pela primeira vez na América Latina, uma nova divisão internacional do trabalho, comandada pela revolução científico-técnico, que tornou a indústria uma tecnologia obsoleta e transferível para os países dependentes e assinalar as contradições do fascismo para a burguesia latino-americana e as conjunturas em que ela, com proveito, poderia se valer dele. ” (ibem , 2001).

No caso da América Latina em 1973, no Chile de Pinochet é o início da formação histórica do neofacismo neoliberal latino-americano, e passagem autoritária e suas peculiaridades locais e geográficas para os territórios e Estados nacionais da América latina. No caso do Brasil fase tardia do imperialismo norte-americano, nova fase de acumulação de capital de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, governos neoliberais 1990-2003. A teoria da dependência marxista não é simplesmente uma epistemologia crítica do grande capital, ela busca de forma prática uma nova redefinição do trabalho internacional, crítica da alienação e luta de classes, contrários ao Estado neoliberal e seu *ethos* do homo econômicos capitalista burguês,

esse tipo de comportamento estranho a realidade e aos interesses da identidade nacional, detém a sua dimensão *psicossocial* de classe é um sintoma, a dialética é, portanto essa reflexão de passagem , o ser em processo , a possibilidade da independência e distribuição dos poderes econômicos e políticos do Estado , até sua real democratização direta . Nesse sentido o trabalho é uma categoria central, a sua dialética é, portanto uma ruptura radical com a formação histórica determinada em um tempo e suas contradições no jogo de interesses de poder do Estado burguês.

A teoria da dependência marxista é fundamental no que tange a uma análise global de reflexão e busca de uma possível identidade nacional, seja na economia política como na cultura. Defesa dos bens materiais da nação, e busca de autonomia não só do Estado com a distribuição do poder econômico e político, uma forma de democracia da maioria, uma consciência em si e para si de classe, o conjunto da sociedade civil. Entretanto foi uma teoria distorcida ao longo da história pela elite burguesa, uma nova hermenêutica negligente com os resultados negativos do imperialismo seja no Brasil ou na América Latina, uma idéia que não consegue romper com o conceito de dependência. Na verdade a teoria da dependência marxista é a passagem para uma teoria da independência nacional. Um novo tipo de desenvolvimento voltado para os interesses do país , uma possível elevação do padrão de vida das grandes massas .

“ O Brasil, pelo fato de possuir uma ampla população marginalizada do sistema científico, educacional e de saúde desenvolvido no país; por ter um parque tecnológico regionalmente concentrado e com segmentos importantes de bens de capital e de indústria de base instalados; por ter uma ampla gama de recursos naturais utilizada sem uma diretriz de integração a um projeto científico e tecnológico de desenvolvimento nacional; e por possuir laços de integração que se projetam para o Cone Sul e a América, possui elementos sólidos para traçar uma trajetória de desenvolvimento nacional que se confronte com as políticas postuladas pelo capital internacional. Os desafios de escala produtiva colocados pela globalização poderiam ser suportados em grande parte através da integração nacional, mediante a inserção da população brasileira sob outro nível educacional, tecnológico, científico e de consumo. A projeção desta realidade exitosa sobre a América Latina e outros países subdesenvolvidos, a passagem para autodeterminação do povo latino. Na América Latina existem alternativas ao padrão neoliberal. Trata-se das que pensaram e estão pensando os teóricos críticos da dependência: um novo projeto de sociedade voltado para atender às necessidades sociais, o que exige superar a dependência capitalista e esse próprio sistema, e não

reproduzi-lo e aprofundá-lo como afirmam os ideólogos dependentistas neoliberais”. (ibem , 2001).

Portanto a teoria da dependência marxista é atual no que tange uma reflexão sobre sistema mundial e hegemonia do grande capital internacional, relação capital e trabalho, globalização, financeirização e monopolização da economia política. É interessante analisar que essa tese parte de uma reflexão da nova leitura da teoria do valor-trabalho de Marx, elaborada por Ruy Mauro Marini. Não é apenas a reprodução conceitual do autor na realidade brasileira de 1990-2003, é uma extensão do conceito de *super-exploração* do trabalho, o qual denominei de *homo lumpem*, categoria que passa a ser real na América Latina e Brasil, associado com a idéia de fome e miséria de uma subclasse proletária não consciente de si mesma, as margens da sociedade civil e do Estado. A desdemocratização do Estado brasileiro é uma contradição entre cidadania e emancipação social. Assim do ponto de vista historiográfico vale destaque para o livro elaborado por marxistas entre eles filósofos, sociólogos, historiadores, cientistas sociais e políticos, e também economistas: *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*, organizada principalmente por: Carlos Eduardo Martins e Jaime Osório. São responsáveis por atualizar esse filósofo e sociólogo brasileiro latino-americano, pouco conhecido nas cadeiras universitárias do Brasil, comunista expulso e perseguido durante a ditadura militar entre os anos de 1964 a década de 1970, teórico que fundou uma nova forma de explicar a formação histórica da acumulação capitalista no Brasil e América Latina, seus trabalhos são mais conhecidos no Chile, lutou contra o neofacismo latino americano de Estado neoliberal, experiência concreta da luta de classes contra Pinochet.

Nesse sentido além da super-exploração do trabalho reproduzida no Brasil passa a existir uma nova experiência, um tipo de economia sub-imperialista, porque os países subdesenvolvidos acabam desenvolvendo os resultados imperialistas da acumulação do capital, determinação da política organizada pela hegemonia dos interesses de classe da burguesia internacional, principalmente dos E.U.A , em detrimento dos nacionais em seu conjunto social latino americano , o programa neoliberal de Estado se apresenta assim na prática. Torna-se sub-imperialista porque consegue avançar perdendo a identidade nacional, se envolvendo de forma submissa na economia imperialista dominante, como no caso de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique

Cardoso, perderam a idéia de progresso independente, sem dependência subalterna, são na verdade altamente norteamericanizados, por isso o socialismo se torna uma teoria estranha pra a elite de classe no poder de Estado, podemos chamar isso de sintoma da burguesia nacional e internacional, um problema de psicossociologia histórica, porque reproduzem a miséria na América Latina e Brasil de forma imediata e normal, interesses que representam apenas uma minoria de classe no poder. Vale ressaltar a monografia da defensora de gestão estratégica da UFRJ Gabriela Rodriguez: *A teoria marxista da dependência em Ruy Mauro Marini : super-exploração da força de trabalho e sub-imperialismo na integração capitalista mundial da América Latina*,

“ Os conceitos de super-exploração e sub-imperialismo estão presentes em suas obras *Subdesenvolvimento e Revolução* (1969) e *Dialética da Dependência* (1973), que se inserem no âmbito do primeiro tema, onde Marini “produz um olhar rigoroso e relativamente original sobre o desenvolvimento capitalista latino-americano”, apontando suas especificidades. Conhecer profundamente e utilizar de maneira criativa, isto é, não-dogmática, os fundamentos e as categorias marxistas de análise e, à luz dessa “lente” materialista-histórica, utilizar as particularidades e as leis específicas, embora subordinadas às leis mais gerais do capital, do desenvolvimento dependente da periferia “.(RODRIGUEZ , 2019).

Essas são as idéias centrais da Teoria da Dependência marxista elaborada por Ruy Mauro Marini: está presentes no artigo do sociólogo Carlos Eduardo Martins em colaboração com o economista Luiz Filgueiras: *A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI*: “ conceitos-chave, como os de: super-exploração do trabalho e de sub-imperialismo, bem como suas expressões contemporâneas; os ciclos econômicos mundiais e sua relação com aqueles internos à América Latina; o conceito de padrão de reprodução do capital e seus desdobramentos empíricos e articulações analíticas; a crise e a debilidade das democracias no capitalismo dependente, e a potência analítica dos conceitos de fascismo ou de Estados de Contra-insurgências ou Estado de quarto poder, e as alternativas ao capitalismo dependente na América Latina e sua vinculação à construção de um novo eixo de poder geopolítico regional e mundial, e principalmente a dialética. Estão presentes nos marinistas: Cristóbal Kay, Carlos Eduardo Martins, Jaime Osório, Adrian Sotelo Valencia , Luiz Filgueiras, Mayra Bichir, Theotonio dos Santos e Vânia Bambirra , entre outros.”(MARTINS E FILGUERIAS , 2018) . Cada teórico marxista aqui levantado detém sua hermenêutica crítica do capitalismo a partir das reflexões de Ruy

Mauro Marini. Essa tese propõe a idéia de que a super-exploração do trabalho consolida a formação histórica de uma nova subclasse social o *homo lumpem*, resultado real do subdesenvolvimento interdependente capitalista burguês.

1.4- Neoliberalismo ou *neodesenvolvimentismo* de Estado? . O governo de Luis Inácio Lula da Silva PT, 2003-2011

Nesse sentido as experiências neoliberais de 1990-2003 não contribuíram para um avanço significativo no desenvolvimento econômico político brasileiro em seu conjunto social. O Estado manteve a dominação de classe burguesa, vinculando-se de forma direta e prática em acordos internacionais não positivos para o Brasil. O neoliberalismo continuou de forma agressiva no campo das indústrias, demissões em massa e flexibilização da super-exploração do trabalho seja no campo ou na cidade, nova modalidade de exploração de mais valor, uma nova formação histórica que persistiu, com suas rupturas e crises cíclicas. Fernando Collor PRN, Itamar Franco-PMDB, e Fernando Henrique Cardoso PSDB, foram também responsáveis por estagnar o desenvolvimento industrial do país e estancar a reforma agrária. O neoliberalismo deteve uma nova fase também durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva – PT 2003-2011. Podemos dizer que essa transição apenas alterou de forma crítica o programa neoliberal no país, sem romper de forma definitiva com a hegemonia do grande capital burguês. Porém pode-se afirmar que o neoliberalismo brasileiro continuou durante esse governo, de forma diferente sem mudar o conteúdo capitalista da acumulação do capital da elite dominante. Vale destaque para o artigo do cientista político Armando Boito Junior: *A hegemonia neoliberal o governo Lula*.

“ O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns de aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Em relação a esse último item verifica-se uma omissão particularmente grave: o governo Lula não fez e não disse nada até aqui sobre a desindexação dos salários imposta aos trabalhadores pelo neoliberalismo. O presidente sindicalista não vai devolver aos trabalhadores uma política salarial de

reposição automática das perdas provocadas pela inflação? Mas, o pior, é que o governo não está parado. Na verdade, ele tem avançado o no mesmo rumo já estabelecido pelos governos Collor e FHC, pelo FMI e pelo Banco Mundial: está tocando adiante” (BOITO JÚNIOR, 2003).

Essa nova hegemonia neoliberal é na prática as alianças entre trabalhadores e burgueses, uma forma de suspender a luta de classes, porém não consegue eliminar e muito menos chegar a um programa realmente socialista ou progressista pra o Estado brasileiro. A grande burguesia no Brasil, o capital imperialista financeiro internacional, o setor bancário, ainda determinam em grande parte os rumos das decisões nacionais,

“ O neoliberalismo propõe uma espécie de cidadania dual e a alta classe média avalia que os seus interesses são mais bem atendidos por essa proposta que pela expansão - custosa e desnecessária para ela - dos serviços públicos e dos direitos sociais. A alta classe média tem razões econômicas para ver com bons olhos essa nova cidadania, que cria uma dualidade, em áreas como saúde, educação e previdência, entre, de um lado, um ramo público decadente, voltado para os trabalhadores de baixa renda, e, de outro lado, um ramo privado em expansão, voltado para a burguesia e demais setores de alto rendimento. Essa cidadania dual reproduz a posição privilegiada ocupada pela alta classe média, assegurando-lhe, por exemplo, melhor formação escolar e uma espécie de reserva de mercado dos postos de trabalho mais bem remunerados. ” (ibem, 2003).

Nesse sentido o governo Lula 2003-2011 foi uma experiência neoliberal de Estado, mantendo o mesmo programa com algumas alterações, mas em aliança com setores da alta e média classe da burguesia. Apesar das teses críticas de Armando Boito Júnior ao capitalismo brasileiro, levanta-se a hipótese de que existe uma diferença entre os governos F.H.C e Luiz Inácio Lula da Silva e suas fragmentações ideológicas , podemos chamar isso de uma nova fronteira em economia política , limar entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo de Estado , uma nova formação histórica capitalista outro tipo de experiência concreta na luta de classes , já é uma nova problemática em andamento na historiografia brasileira . Optou-se na defesa da tese do livro dos marxistas brasileiros, sociólogos e economistas, Alfredo Saadd Filho e Lecio Moraes: *Neoliberalismo versus democracia*, essa hipótese está presente nesse livro. Podemos dizer que é uma metamorfose no capitalismo sem mudar a estrutura de dominação dependente, mas que não consegue ir mais a frente ou romper de forma

radical com a determinação imperialista da nova fase de acumulação do capital no século XXI.

É interessante esse debate sobre a diferença entre os programas, sem mudar por completo o sistema neoliberal no país. Essa hipótese também está presente no artigo do cientista social Eriberto Moura: *O neodesenvolvimentismo no Brasil e os impactos das políticas sociais*,

“ O neodesenvolvimentismo tem seu arcabouço teórico baseado na avaliação dos equívocos do nacionaldesenvolvimentismo de Estado. É uma nova formação histórica, um novo sistema de dominação “crítico” da política do Consenso de Washington, sendo que a sua diretriz estratégica é o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco é as políticas macroeconômicas. Com essa configuração, torna-se um modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos governos de Lula da Silva 2003-2011 e retoma a questão central do pensamento ideológico, criado na América Latina nos anos de 1930-50, um tipo de herança crítica do varguismo .Não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos de 1960, mas de uma defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social . Assim, o neodesenvolvimentismo se expressa perante um tipo de alternativa capitalista ao neoliberalismo , iniciada nos anos 2000 enquanto ideologia de classe ou aliança entre setores da média burguesia e proletariado , porém pensando um tipo novo de mínima distribuição de renda organizado pelo Estado , não chegando de forma concreta ou experiência real de algum tipo de Estado de Bem Estar Social muito menos socialismo .O neodesenvolvimentismo surge como uma ideologia no Brasil com as formulações de Bresser Pereira então ministro de Fernando Henrique Cardoso. Constituído sob os alicerces da teoria da CEPAL (Comissão Econômica Para América Latina. Três grupos discutem o neodesenvolvimentismo brasileiro: o primeiro liderado por Bresser Pereira, o segundo é o grupo de pesquisa sobre Moeda e Sistemas Financeiros, vinculado ao Instituto de economia da UFRJ e o terceiro é vinculado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, (IPEA) e foi liderado pelo então presidente do Instituto Marcio Pochmann”’. (MOURA 2015).

A experiência do governo Luis Inácio Lula da Silva-PT e suas alianças de classes teve um novo tipo de organização do Estado neoliberal brasileiro, porém com heranças do neoliberalismo de F.H.C –PSDB : continuidade da existência da moeda real , jogo de interesses da economia de livre mercado . A questão principal, colocada pelo neodesenvolvimentismo, é que para ter uma economia de mercado forte é necessária a presença de um Estado forte atuando/regulando o mercado, as atividades econômicas, conciliando capital e trabalho, pacificando a luta de classes. Medidas que

minimizam as condições de pobreza absoluta da população atendendo infimamente a dadas necessidades sociais como acessos à renda e ao consumo, entretanto a super-exploração do trabalho não foi eliminada.

“ Em função dessas circunstâncias surge o neodesenvolvimentismo no Brasil como sendo “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal. A frente neodesenvolvimentista é a frente política integrada por classes e frações de classe da burguesia , que sustentou os governos Lula da Silva . Essa frente representa prioritariamente os interesses de um setor importante da burguesia brasileira que é a grande burguesia interna. Essa frente contempla também, ainda que de maneira periférica e pontual, alguns interesses das classes populares – operariado urbano, baixa classe média, campesinato e a massa empobrecida pelo desemprego e pelo subemprego. Integram um conjunto de políticas econômicas e sociais baseadas em tendências como destinação do fundo público para pagamento da dívida pública, manutenção de elevadas taxas de juros, carga tributária elevada e regressiva, redução ou não ampliação de recursos para as políticas sociais universais, aumento do gasto social em políticas sociais focalizadas de transferência de renda, contingenciamento de gastos sociais, congelamento de salários no setor público, prioridade para as metas de “superávit primário” e controle da “inflação”, realização de reformas de caráter neoliberal com redução de direitos da previdência social e privatizações, além de ausência de controle de capitais. Conseqüentemente, há uma supervalorização sobre o mercado interno consumidor brasileiro, o que tem sido utilizado no governo sobre o aumento da capacidade de consumo da classe trabalhadora. Desse modo, fica evidente a subordinação do desenvolvimento social ao crescimento econômico e à acumulação do capital com subordinação do Estado ao mercado .” (ibem , 2015).

Os programas de transferência de renda como *Bolsa Família* acabou ocupando uma função decisiva para a sociedade, pois passa a expressar um tipo de proteção social que redimensiona o conteúdo e o formato do Sistema de Proteção Social Brasileiro, não consegue eliminar de forma concreta a super-exploração do trabalho, é uma medida que consegue distribuir as relações capitalistas, continuando com outra forma de acumulação do capital. O neodesenvolvimentismo é o ideário do empreendedorismo, do autoemprego, do autonegócio, da necessidade de acumular um robusto capital social, oportunizando assim acesso a outros recursos e da ideologia da sustentabilidade e a liberdade de escolha individual. É importante o livro: *Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios: organização: IPA (Instituto de Pesquisa Economia e aplicada)*,

“ Em 2000 foram implementados os primeiros programas federais de transferência de renda. A criação do Programa Bolsa Família (PBF) tem origem na unificação de outros programas não contributivos, a saber: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, todos criados no período 2001- 2003. Ao se constituir o Programa Bolsa Família, não apenas se racionalizou o provimento de um mecanismo de transferência de renda na sociedade brasileira, como também se consolidou uma forma de benefício não vinculado aos riscos inerentes às flutuações do mercado de trabalho, uma forma de enfrentar o problema da pobreza para parcela da população trabalhadora ou não. Os critérios de elegibilidade do PBF dependiam da condição de renda das famílias e, entre as condicionalidades para sua permanência no programa, estava o cumprimento de certas tarefas relacionadas à frequência escolar e aos cuidados com a saúde de seus membros. Em suma, o PBF revelou-se importante mecanismo – que se soma a outros, inclusive de natureza jurídica diferente, como o próprio BPC – de distribuição de renda exterior aos mecanismos de mercado. Desde a consolidação do PBF, instalou-se um amplo debate acerca de seu potencial para reduzir a pobreza e promover queda na desigualdade de renda existente no Brasil. Inúmeros estudos mostram que a ampliação do programa e a vinculação de outras transferências de renda ao salário mínimo tiveram efeito importante tanto na redução da pobreza quanto na queda da desigualdade. Aliás, parece inegável o seu papel de reduzir ou virtualmente eliminar a pobreza no Brasil nos próximos anos, notadamente se sua ulterior ampliação acontecer em ambiente de continuidade do processo de geração de empregos formais em ritmo acelerado, como vem ocorrendo na economia brasileira desde 2004 – com breve interrupção no primeiro semestre de 2009 em consequência da crise internacional, logo superada pela retomada da atividade econômica no mesmo ano”. (IPA, 2010).

É importante ressaltar que o neoliberalismo brasileiro de 1990- 2002 detém uma ruptura histórica entre 2003-2011, essa clivagem ideológica capitalista não conseguiu eliminar as crises cíclicas da acumulação do capital. Entretanto antigas estruturas não foram eliminadas como o imperativo do mercado. O Estado neodesenvolvimentista não rompeu com o programa neoliberal em seu conjunto, mas conseguiu distribuir uma nova modalidade de mais valor, gerar consumismo nas classes sociais que conseguiram minimamente sair da miséria sem a efetiva eliminação da fome no Brasil. Essa tese detém os limites sobre as experiências dos governos Lula-PT e suas alianças de classe com a burguesia nacional e internacional.

Raul Seixas**‘Nunca se vence uma guerra lutando sozinho ‘.**

CONCLUSÃO

O objetivo dessa tese foi, portanto estabelecer um tipo de sociologia histórica crítica da economia política capitalista, da construção do *neoliberalismo* enquanto uma nova consciência, sistema de pensamento ou *intelligentsia* de classe da burguesia, formando-se na Europa, principalmente durante a realidade histórica do entre – guerras 1930 Alemanha, críticos da ascensão do nazismo e fascismo, tiveram seus trabalhos interrompidos pelo racismo e perseguição anti-semita desse período. Nesse sentido buscou-se a historicidade tanto da palavra como das experiências concretas de Estado neoliberal e luta de classes na história. A 1º Internacional neoliberal foi organizada em 1938, liderados por Walter Lippmann em Paris, após o termino da 2º Guerra Mundial, essa nova elite consegue se reunir, a 2º Internacional na Suíça, por meio de F. Hayek, 1947. O ano de 1948 é marco da experiência da formação histórica do primeiro Estado neoliberal, a República Federal da Alemanha Ocidental. A pergunta o que é isso o neoliberalismo? Foi parcialmente respondida nessa tese, mediante uma reflexão que buscou a historicidade do conceito, a dimensão global dessa forma de organizar a nova fase de acumulação do capital de finais do século XX e transição para o século XXI.

Não se tratou de ser apenas um fenômeno histórico isolado do restante do mundo. O processo de globalização da economia de mercado capitalista foi responsável pela dominação imperialista da hegemonia econômica do pós-guerra, E.U.A . Nesse sentido o neoliberalismo na Europa foi uma alternativa capitalista, organizada pelos acordos internacionais da elite local na Alemanha Ocidental, que restabeleceu a democracia burguesa após o colapso do nazismo. Assim o território e o Estado são de total importância para compreender a especificidade da formação histórica do neoliberalismo e nova fase do capitalismo internacional. Portanto o neoliberalismo alemão foi progressista para as elites capitalistas, e reconstrução econômica do país vinculada com apoio financeiro norte-americano. Durante a década de 1950-1960 o neoliberalismo enquanto programa e formação de Estado detém seu recuo na história, durante esse período o keynesianismo, o Estado de Bem-Estar Social, e o socialismo

burocrático soviético, avançavam na Europa. É o momento também da descolonização da Ásia e da África, e eclosão das experiências revolucionárias comunista no mundo, incluindo a América Latina, com a Revolução Cubana de 1959.

O neoliberalismo voltaria de novo como programa e nova alternativa de controle capitalista, da crise da hegemonia econômica dos E.U.A na década de 1970. Perca na Guerra da Indochina (Laos, Camboja e Vietnã), as crises do petróleo, os limites do keynesianismo na América do norte, e colapso do Estado de Bem-Estar social na Europa. Nesse sentido a nova fase de experiência de acumulação do capital, fez parte do cenário da guerra fria, os interesses de classe capitalista desse período consolidaram regimes ditatoriais na América Latina, incluindo o Brasil. Entretanto o primeiro laboratório da experiência neoliberal de Estado foi no regime neofascista de Augusto Pinochet, no Chile 1973, vinculados ao teórico burguês Milton Friedman e a Escola de Chicago, parte dessa *intelligentsia* capitalista, que globalizou o sistema neoliberal, junto com os acordos internacionais entre E.U.A, e restante do mundo . Essa nova fase de acumulação do capital gerou uma nova divisão internacional do trabalho, uma nova modalidade de exploração de mais valor, a super-exploração do trabalho como forma de sustentar a crise capitalista na década de 1970, em meio à guerra fria. Além dos campos de concentração nesse país, a experiência de privatização de setores importantes para economia chilena acarretou na prática, o que pode ser chamado de subdesenvolvimento interdependente capitalista, perca de identidade nacional e latino-americana.

O neoliberalismo seria novamente institucionalizado na Europa do norte, no governo da primeira ministra Margaret Thachter 1979, na Inglaterra, que, aliás, apoiava abertamente a ditadura militar no Chile, sendo influenciada pela experiência na América Latina. Contrária ao trabalhismo e sindicalismo inglês, foi responsável também por privatizar grande parte do país e defender o Estado forte neoliberal e democrático para a elite no poder, com diminuição de políticas públicas no serviço e assistência social. Nos E.U.A com o colapso do keynesianismo , o neoliberalismo ganharia força na corrida armamentista , perdida para os soviéticos , trata-se nesse período de ser a segunda fase da guerra fria , e continuação das crises cíclicas de acumulação do capital . Essa formação histórica se deu com o governo de Ronald Reagan 1981. Enquanto isso o neoliberalismo se globalizava ainda mais enquanto programa de Estado. A década de 1980-1990 é a eclosão dos Estados neoliberais na América Latina: Bolívia, Argentina, México, Venezuela, Peru, Uruguai, entre outros territórios, passaram a obedecer a nova

normatividade e razão neoliberal, essa consciência de classe determinada também pelo consenso de Washington, organizando a hegemonia capitalista no mundo, sendo o Brasil tardiamente incluindo nesse programa e processo de globalização. A queda do muro de Berlim em 1989, o colapso do bloco soviético e recuo do socialismo real fizeram levar a idéia, de que o capitalismo seria inevitável, o que causou na América Latina e no Brasil uma nova fase de dependência capitalista, FMI e Banco Mundial, como outros órgãos institucionais desse período.

Assim a explicação da formação histórica capitalista na América Latina e Brasil, com a adoção do programa neoliberal é analisada dentro de um processo maior de internacionalização dos mercados e dos Estados, globalização, monopolização e financeirização da economia. A grande diferença é que para esses países o neoliberalismo subalternizou e consolidou um novo tipo de super-exploração do trabalho, privatizações em massa, luta de classes no campo e na cidade, utilização da violência e força de Estado capitalista burguês. O resultado foi um cenário de dependência com os acordos das elites locais e internacionais, exclusão social e diminuição da cidadania. Essa é uma contradição dos limites democráticos. O novo *ethos* é constituído pela defesa delirante do monetarismo, da economia de livre mercado, abertura econômica ao grande capital, perda de identidade dentro de um processo maior de globalização, uma nova intencionalidade empresarial de Estado, o que podemos chamar de *homo*⁷³ *economicus*. Trata-se da ética neoliberal da concorrência, do jogo de livre mercado, privatizações, competição e sintoma social, podemos chamar isso de pedagogia da exclusão.

⁷³ Partimos também da reflexão crítica do historiador, geógrafo, advogado, filósofo e cientista social francês Edgar Morin, no que tange a concepção antropológica de *homo*: *Cultura: Barbárie Humana e Barbárie Européia*, podemos chamar sua filosofia de humanismo crítico da globalização capitalista ou teoria da complexidade, o *homo* é também uma dialética da consciência e do trabalho. Essa reflexão complementa as idéias de Michel Foucault, porém Morin consegue ir mais adiante, desenvolvendo uma outra análise de psicologia social: *homo sapiens*-racional/irracional, *homo faber*- que fabrica ou proletariado, *homo demens*- *economicus* - delirante empresarial capitalista, *homo ludens* - ética do desperdício. Aqui denominei a formação histórica da subclasse social o *homo lumpem* - descamisados latinos americanos e brasileiros, partindo das teses de Karl Marx. É aquilo que está à margem da sociedade civil e perdeu a sua cidadania e dignidade, faz parte de um processo, não conscientes da sua condição de classe super-explorada, ou melhor, além dessa categoria, é uma normatização de Estado, alguns se encontram em condição de miséria extrema e fome, outros no sistema carcerário ou espalhados no mundo. O neoliberalismo e acumulação do capital acabam produzindo um *ethos* da exclusão social, é uma educação que condiciona a divisão de classes sociais antagonicas, uma crise de identidade nacional e condição humana deplorável. Esse trabalho de sociologia histórica crítica não separa as epistemologias, é um conjunto de reflexão. Segundo Morin é um retorno as idéias de Marx sobre a *generidade* e a sua complexificação. Nesse sentido é uma fronteira entre existencialismo e ontologia. Essa última categoria foi mais bem pensada por Gyorg Lukács em debates com Sartre, detém os limites nessa tese, o *homo lumpem* é um problema aberto para o futuro o século XXI.

Nesse sentido esse tipo de comportamento social determinado na história é vinculado a um processo normativo da nova fase de acumulação do capital e das contradições e clivagens ideológicas do neoliberalismo no mundo. Essa espécie de homem ou mulher que gere os negócios empresariais, fazem parte de um conjunto maior que promove a super-exploração do trabalho latino americano e brasileiro. O resultado real da aplicação do neoliberalismo no Brasil não é de forma alguma positiva para o todo da sociedade civil. Na verdade é um tipo de organização do poder das elites locais com acordos internacionais dependentes. O restante das classes sociais vai perdendo a cidadania aos poucos, se marginalizando, desdemocratizando o Estado, a extensão da teoria do valor trabalho de Marx, promove na realidade uma nova modalidade de mais-valor e nova fase capitalista no mundo. Esse processo de exclusão social consolida uma nova subclasse social, não consciente de si mesma e de seus interesses, denominei de *homo lumpem*, processo gradual de obscurantismo na América Latina e Brasil. Essa categoria concreta universal é aberta para o futuro, pois é um problema social planetário. O mundo e a relação do ser para a fome, para a miséria, ainda não resolvido.

Nesse sentido parte dessa sub-classe social pobre , não é consciente da sua situação de condição humana de super exploração capitalista ou barbárie , se encontra fragmentada institucionalmente dentro dos presídios brasileiros e latino americanos , guerra de poderes internos entre facções criminosas. Os direitos humanos são violados nesses lugares de encobrimento, chama-se de sistema carcerário ou casa de detenção. No Brasil existe a experiência concreta pra esse tipo de situação, como o Massacre do Carandiru em 1992, intervenção da tropa de choque da Polícia Militar na Casa de Detenção do Estado de São Paulo, na época do presidente Fernando Collor, e do governador Luiz Fleury Filho – PMDB. O controle do Estado forte neoliberal e a eliminação desses indivíduos, que perderam a liberdade e a cidadania, a realidade social é que não existe a ressocialização de forma digna dessa subclasse marginalizada. Vale ressaltar que no ano de 2017⁷⁴ durante o governo neoliberal de Michel Temer – PMDB,

⁷⁴ Segundo o jornalista Fabio Ponso: *Jornal O Globo*. “ Historicamente, as penitenciárias brasileiras apresentam condições precárias de infraestrutura e segurança, além de programas de reabilitação insuficientes. Assoladas pela superlotação, oferecem condições de vida degradantes aos detentos. Com isso, tornaram-se alvo fácil para a ação violenta de grupos criminosos ligados ao tráfico de drogas, que dizem defender os interesses dos presos, e tentam dominar o sistema prisional. Um relatório elaborado por setores dos serviços de Inteligência do governo federal, e divulgado pelo GLOBO em 7 de janeiro de 2017, sustenta que as cadeias brasileiras abrigariam cerca de 80 facções criminosas, quase todas dividindo sociedade com o Primeiro Comando da Capital (PCC), maior organização criminosa do país, baseada em

também ocorreram três rebeliões e massacres em presídios do Norte e Nordeste, Unidade Prisional do Puraquequara, em Manaus. Penitenciária Agrícola de Monte Cristo, em Roraima, Penitenciária Estadual de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte. Nesse caso trata-se da pedagogia da exclusão social causada na prática pelo o Estado, devido a não efetiva aplicação de políticas públicas no serviço social brasileiro, parte do resultado da acumulação do capital e do programa neoliberal no Brasil. No sistema carcerário brasileiro existe na realidade outro tipo de poder paralelo ao Estado, outras regras que vão sendo eliminadas pela violência governamental.

No caso do Brasil o neoliberalismo se consolidou de forma tardia. Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, foram responsáveis por globalizar de forma subalterna o país nesse processo histórico da economia de livre mercado. As experiências de Estado de 1990-2003 são marcadas por abertura econômica, privatizações, desdemocratização do Estado, desnacionalização da economia, reformas monetaristas, crise gradual da identidade nacional e da acumulação do capital, nova fase da luta de classes no país. O progresso mínimo desse programa foi realizado apenas para a elite no poder de Estado, as demais classes sociais foram sendo excluídas dessa formação capitalista. A volta da democracia, em 1989 no Brasil, depois de 21 anos de ditadura, estagnou a distribuição de renda e paralisou a reforma agrária. Além do mais os acordos internacionais não foram positivos. A teoria da dependência é essa

São Paulo, e o carioca Comando Vermelho (CV), as únicas facções com atuação nacional. De acordo levantamento divulgado em abril de 2016 pelo Ministério da Justiça, com dados relativos a dezembro de 2014, o Brasil possui a quarta maior população carcerária do mundo, com mais de 622,2 mil presos, atrás apenas de Estados Unidos, China e Rússia. O estudo apontou ainda que, de 2004 a 2014, a população prisional subiu 85% (de 336,3 mil para 622,2 mil), sendo que entre 2013 e 2014 houve um aumento de 40.695 detentos, uma média de 113 encarceramentos por dia. Já o índice de detentos por 100 mil habitantes passou de 288,6 para 306,2 no mesmo período. A taxa é mais que o dobro da média mundial, de 144 por 100 mil habitantes. A quantidade de vagas também subiu de 341.253 para 371.884, mas continua insuficiente. A superlotação é realidade em todos os estados brasileiros. Rondônia, Amazonas e Tocantins têm as piores situações, com taxas de ocupação superiores a 250%. Ou seja, abrigam mais de três pessoas a cada vaga disponível. No Rio, o índice é de 143%, pouco abaixo da média nacional, de 167%. O Espírito Santo tem a situação menos desfavorável, com taxa de 123%. O levantamento apontou ainda que a população de presos apresente índices de doenças como Aids e tuberculose muitos superiores aos da população em geral. Por sua vez, são tímidos os índices de presos estudando (13%) e trabalhando (12%). Já a taxa de mortes violentas é alarmante. Todos esses números, além do poder paralelo das facções criminosas, indicam a ineficácia do Estado na gestão do sistema prisional, como reforça Renato De Vitto, que apresentou o estudo em abril de 2016, na condição de diretor-geral do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). ”(PONTOS, 2017). Disponível < <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rebelioes-massacres-em-presidios-casos-que-chocaram-brasil-o-mundo-20824979> >, acesso 2019.

incapacidade teórica da burguesia de romper com a idéia de dependência econômica e política, portanto é a normatividade dessa regra, ação e razão de Estado, perda de soberania e autonomia nacional. Podemos chamar essa experiência de um tipo de alienação. O socialismo é, portanto esvaziado do seu conteúdo de classe, se torna estranho, pois não condiz com a cultura norteamericanizada de Estado. Nesse sentido os neoliberais fizeram parte de uma apologética da economia de livre mercado, e da dominação de classe da burguesia no controle do Estado brasileiro, flexibilizando os resultados negativos do imperialismo e sendo negligente com país, adotando uma cultura determinada pela grande hegemonia econômica, E.U.A.

Nesse sentido essa pesquisa é uma nova atualização da Teoria da Dependência marxista, na verdade é a defesa de uma epistemologia crítica latina americana e brasileira, a busca de uma realidade prática da independência econômica e política do Brasil. Entretanto não se trata apenas de ser uma questão abstrata que paira acima da luta de classes. Essa realidade de emancipação social deve ser mediante um processo real, que vem acontecendo ao longo da história nacional, dos grupos de oposição ao programa neoliberal brasileiro. É um trabalho de sociologia histórica, uma crítica a nova fase de acumulação do capitalismo no século XXI. É uma forma de aplicar a metodologia marxista pra a realidade latina americana brasileira. Não se tratou de ser apenas uma história do neoliberalismo, pois suas diferenças e clivagens ideológicas detêm locais específicos que mudam a estrutura do Estado neoliberal, conforme o lugar e momento, mantendo uma mesma lógica, a da acumulação do capital, e o processo real de globalização. A necessidade de pensar uma dialética da consciência é também propor uma nova dialética do trabalho, no qual a cidadania é possível, um *ethos* de oposição a pedagogia da exclusão social, que estagna e gera sintomas sociais.

Neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo de Estado? Essa é também uma pergunta concreta para a experiência histórica do governo de Luiz Inácio Lula da Silva 2003-2011. Na história do Brasil podemos chamar isso de uma nova formação histórica capitalista, no limiar entre F.H.C e a elaboração de um novo Estado assistencialista , que ainda mantém a lógica da economia de livre mercado , e da acumulação do capital , entretanto , a elaboração de políticas públicas no serviços social , conseguiu transferir capital para as classes super-exploradas , tendo como exemplo o *bolsa família* . Durante esse governo a hegemonia capitalista burguesa neoliberal foi mantida no poder, entretanto as alianças de classe entre os trabalhadores, alta e média burguesia,

conseguiram suspender a luta de classes e efetivar uma nova aristocracia proletária no Estado, conciliando interesses antagônicos. Assim houve uma redução da política de privatizações, sem eliminar seu conteúdo de classe. Esse tipo de organização de Estado “ paternalista ” não é o mesmo que o desenvolvimentismo das décadas de 1930-1960. Além do mais não conseguiu romper com os princípios monetarista da moeda e controle da inflação brasileira, nem com abertura ao capital estrangeiro. Entretanto os limites dessa tese ainda apontam a continuação do neoliberalismo como programa no Brasil, defende-se a possível hipótese de desobediência econômica e política para com a hegemonia do grande capital econômico dos E.U.A , é uma reflexão crítica em andamento .

Do ponto de vista documental foi utilizado a grande maioria de dados retirados de jornais, revistas, pesquisas, estatísticas, dicionários e sites online, forma sistemática de controle empírico sobre o conceito de neoliberalismo apresentado nos documentos, e de fácil acesso ao público, está disponível nos link's citados. A ferramenta heurística utilizada foi de recolher e colocar os autores das matérias nessa tese-dissertação, principalmente resenhas críticas, de um conjunto maior de jornalistas e especialistas sobre o assunto. A globalização e a internet tornam isso possível, uma nova forma de pesquisa ou ferramenta do ofício de historiador no século XXI, podendo buscar acervos e documentos digitalizados no mundo inteiro, sem sair do local de escrita. A própria historiografia também é vista de forma documental, entretanto é utilizada como ferramenta de organização conceitual crítica, principalmente de orientação ideológica marxista.

BIBLIOGRAFIA

ARTIGOS E LIVROS SELECIONADOS

ANTUNES, Ricardo. A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula). 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2005. 172p.

AMARAL, Marisa. S. Neoliberalismo Na América Latina E a Nova Fase Da Dependência. Anais do V Colóquio Internacional Marx e Engels, 2007.

ÁVILA, Carlos. F.D. O Golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. História (São Paulo) v.33, n.1, p. 290- 316 jan./jun. 2014 ISSN 1980-4369. Centro Universitário Unieuro, Brasília.

ALMEIDA, Monica. P. "Programa Nacional de Desestatização do Governo Collor: Uma Leitura Gramsciana. p. 1–9, 2007. Universidade Federal Fluminense.

ARNALDO, Mondadori. LENIN. Tradução de Leda Ferreia. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1972.

A América Latina contemporânea: espectros, diversidades e seletividades. / Guillermo Alfredo Johnson, Marcos Antonio da Silva (organizadores). -- Dourados, MS: Ed. UFGD, 2016. 137p. Disponível <http://files.ufgd.edu.br/arquivos/arquivos/78/EDITORIA/catalogo/america_latina_contemporanea.pdf> .

ALMIRO, Petry. Neoliberalismo e globalização na América Latina. 2007. Unisinos.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p.9-23

BAKUNIM, Michel. Textos Anarquistas. Seleção e Nota de Daniel Guérin. Porto Alegre. Coleção POCKET, 2006.

BRANDÃO, Rafael. V. DA M. Ajuste neoliberal no Brasil: desnacionalização e privatização do sistema bancário no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). P. 390, 2013. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE.

BRANDÃO, Rafael. Reformas Neoliberais na América Latina. V. 9, n. 21 (2017) Política na América Latina Contemporânea. UFRGS.

BORÓN, Atilio. Os ‘novos leviatãs’ e a pólis democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência na América Latina. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). Pós-neoliberalismo II – que estado para que democracia? Petrópolis: Vozes, 1999’.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995''. _____. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. 2. Ed. Trad. de Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994''.

BOITO, JR. Armando. Política neoliberal e sindicalismo no Brasil, São Paulo. Ed Xamã, 1999.

BOITO, JR. Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. Revista Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro, Editora Revan, 2003. Departamento de Ciência Política da Unicamp.

CAMPOS, Rosana Soares, « O impacto das reformas econômicas neoliberais na América Latina: desemprego e pobreza » Polis [Online], 47 | 2017 posts online no dia 16 outubro 2017, consultado o 19 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/polis/12585>.

CARLOS, Ávila. O golpe no Chile e a política internacional (1973): ensaio de interpretação. História (São Paulo) v.33, n.1, p. 290-316, jan./jun. 2014 ISSN 1980-4369.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina: Ensaio de interpretação sociológica. Quarta Edição. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977. Resenha: Natasha Pereira Lubaszewski. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

CARVALHO, Carlos. E. As origens e a gênese do Plano Collor. Nova Economia, v. 16, n. 1, p. 101–134, 2006. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

COSTA, Karen. F. METAMORFOSES: O PAPEL DO BNDES NA REORDENAÇÃO DA ECONOMIA BRASILEIRA. 2011. UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.

COUTO, Cláudio. ABRUCIO, Fernando. O segundo governo F.HC: coalizões , agendas e instituições . Tempo soc. vol.15 no. 2 São Paulo Nov. 2003.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

GASPAR, Ricardo: A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. Cad. Metrop, São Paulo, v. 17, n. 33, pp. 265-296, maio 2015 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3312>

H.HAMANN,Trent . Neoliberalismo, governamentalidade e ética. Universidade St. John. Nova Iorque. O presente texto é a tradução de artigo publicado na Foucault Studies, No. 6, pp. 37-59, February 2009. <http://www.revistas.pucsp.br/ecopolitica>.

LINDEM Marcel van der. O coneito marxiano de proletariado uma crítica. International Institute of Social History (IISH), Amsterdam, Holanda mvl@iisg.nl. Sociol. antropol. | rio de janeiro, v.06.01: 87–110, abril, 2016.

LIMONGE, Fernando. Fernando Henrique Cardoso: Teoria da Dependência e transição democrática. Homenagem: prêmio john w. kluge 2012. NOVOS ESTUDOS 94, NOVEMBRO. Ciência Política da fflch-usp e pesquisador do Cebrap.

LORIERI, Marcos. Cultura, Barbárie e Educação em Edgar Morin. Notandum Libro 13 2009 CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto. PPGE da Universidade Nove de Julho. Doutorado em Filosofia da Educação pela PUCSP.

MORIN, Edgar. Cultura e barbárie européias. Trad. Daniela Cerdeira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MATTOS, Thais. O Projeto de Reforma Liberal no Governo Collor de Mello: uma reflexão acerca da mudança estratégica na política externa brasileira no contexto nacional de reformas (1990-1992). p. 1–25, 1992. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

MARTINS, Carlos. FIGUEIRAZ, Luiz. A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI. Cad. CRH vol.31 no. 84 Salvador Sept./Dec. 2018

MOURA, Eriberto. O neodesenvolvimentismo no Brasil e os impactos das políticas sociais. Universidade Federal de Alagoas (UFAL). 2015.

MARTINS, Carlos. VALENCIA, Adrián. Teoria da Dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexão para os trinta anos da teoria. REDEM (Red. de Estudios sobre Economia Mundial). CELA/UNAM (Centro de Estudios Latinoamericanos). 2001.

MARCO, Carvalho. Globalização e neoliberalismo na América Latina. Instituto Multidisciplinar (UFRRJ-IM). 2016.

MARTINS, Carlos Eduardo. Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

NEPOMUCENO, Eric. O Massacre: Eldorado do Carajás, uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007, 214p.

SANTOS, Theotônio dos. A américa latina na encruzilhada. v. 6, n. 2, p. 15–62, 1990. Este artigo é adaptado do capítulo VIII de Desenvolvimento e civilização – uma homenagem a Celso Furtado, obra a ser publicada pelo Centro Internacional Celso Furtado, Rio de Janeiro. O capítulo é aqui antecipado aos leitores da Revista de Administração Política, da UFBA.

SILVA, Joana. G. DA C. E. O Modelo de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso. p. 71, 2005. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO.

SOARES, Fernando. A. R. A administração da taxa de câmbio no plano real e os fundamentos econômicos brasileiros. *Ciência da Informação*, 2006. Departamento de Economia da Universidade de Brasília.

SOUZA, ELOISIO. GARCIA, Agnaldo. Um diálogo entre Foucault e o Marxismo: caminhos e descaminhos. *Revista Aulas.UFES*.2007.

SOUZA, Joana. C. O. DE. Crise econômica e plano Collor II, um debate sobre as posições da esquerda e da direita. 1991. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

SOUZA SÁ, Leonardo. A economia brasileira pós-plano real na década de 90. Universidade Estadual de Campinas. 2008.

SANTOS JÚNIOR, J. J. G. DOS; SOCHACZEWSKI, M. História global: um empreendimento intelectual em curso. *Tempo*, v. 23, n. 3, p. 483– 502, 2017. Instituto de História/Universidade Federal Fluminense.

SAAD-FILHO, A. Crise no neoliberalismo ou do neoliberalismo?, v. 1, n. 3, p. 6–19, 2011. *Crítica e Sociedade: revista de cultura política*. v.1, n.3, Edição Especial - Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011. ISSN: 2237-0579. Departamento de Estudos do Desenvolvimento SOA, Universidade de Londres.

SAAD FILHO, Alfredo. LECIO, Morais. Democracia versus neoliberalismo. Ed: Boitempo. 304p. 2018. São Paulo.

SILVA, Gabriel. A TRAJETÓRIA POLÍTICA E O LEGADO DE BARBOSA LIMA SOBRINHO: 100 ANOS DEDICADOS A UMBRASIL INDEPENDENTE. 1992. Departamento de Direito. PUC-RIO.

SUÁREZ, Daniel. O Princípio Educativo da Nova Direita: Neoliberalismo, Ética e Escola Pública. In: GENTILI, Pablo. (Org.). *Pedagogia da Exclusão: Crítica ao neoliberalismo em educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

RISTOFF, Thais. As transformações no capitalismo mundial e o fim do desenvolvimentismo no Brasil. *Ann. Rep. vet. Lab. N. England Zool. Soc. Chester Zool. Gardens*, p. unpaginated., 2008.

VIZENTINE, Paulo. De F.H.C a Lula : Uma década de política externa 1995-2002. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais (Nerint) da Ufrgs. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, v. 5. n. 2, jul.-dez. 2005.

MEIRELES, Monika. Neoliberalismo e contestação social na América Latina: elementos para uma sociologia crítica . *Integração latino-americana pelo PROLAM-USP*. Programa de Posgrado em Estudios Latinoamericanos da UNAM. 2019.

ENGELS, Friedrich e KARL, Kautsky. O socialismo jurídico 1886. Tradução: L.Cotrim e BILHARINHO. N.Márcio . Ed. Boitempo. São Paulo, 2012.

FOUCAULT, Michel. Nascimento da Biopolítica : Curso no Colegge de France(1978-1979). Martins Fontes, São Paulo, 2008.

GRUPPI, Luciano. O pensamento de Lênin. Tradução de Nelson Carlos Coutinho. Rio de Janeiro. Ed. Grall, 1979.

GYORGY, Lukács. Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípio para uma ontologia hoje tornada possível. Ed: Boitempo, São Paulo, 2010.

LEFEBVRE, Henri. O pensamento de Lenin. Tradução de Luiz Salgado de Matos. Ed. Moraes 1969. São Paulo.

LOWY, Michael. Método Dialético e teoria política. 2 Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

LOWY, Michael. Ideologias e Ciência Social: elementos para uma análise marxista. 11 Edição. São Paulo: Cortez, 1996.

LOWY, Michael. Lucien Goldmann, ou a dialética da totalidade. São Paulo: Boitempo, 2008.

LOWY, Michael. A Teoria da Revolução no Jovem Marx, São Paulo: Boitempo , 2012.

LOWY, Michael. O Marxismo na América Latina uma antologia de 1909 aos dias atuais: III Teoria da Dependência. 2 Edição ampliada . Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

LOWY, Michael. O PENSAMENTO DE CHE GUEVARA. Ed. Expressão popular. São Paulo, 2003.

LOWY, Michael e OLIVER Besancenot. CHE GUEVARA: uma chama que continua ardendo. Ed. UNESP. São Paulo, 2009.

LENIN, Vladimir. O Estado e a revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LENIN, Vladimir. Os cadernos sobre a Dialética de Hegel. Tradução de José Paulo Netto. - Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

LENIN, Vladimir. POLÍTICA. Org: José Paulo Netto e coordenador Florestan Fernandes. Tradução de Luiz Salgado de Mattos. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. ED. Ática. 1982b.

LENIN, Vladimir. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. São Paulo, Editora: Parma. 1980.

MARX, Karl, 1818-1883 O 18 de brumário de Luís Bonaparte / Karl Marx; [tradução e notas Nélio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels. A ideologia Alemã. 1845-1846. Parte I e II, pp. 25-426. Ed. Boitempo, São Paulo, 2007.

MARX, Karl e FRIEDRICH, Engels .O Manifesto do Partido Comunista 1848. Coleção POCKET. 2001.

MARX, Karl. A mercadoria. In: MARX, Karl. O Capital: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, pp. 113-158.

MARX, Karl. As lutas de classes na França, 1818-1883; tradução Nélio Schneider. - 1.ed. - São Paulo : Boitempo, 2012. (Coleção Marx-Engels).

MARX, Karl. Contribuição à crítica da economia política; tradução e introdução de: Florestan Fernandes. 2.ed. - São Paulo : Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. Versão digitalizada conforme publicado em "Ruy Mauro Marini: Vida e Obra". Editora Expressão Popular, 2005. Este documento encontra em: < www.centrovictormeyer.org.br. >.

REVISTA FILOSOFIA POLÍTICA. Hegel a moralidade e a religião Filosofia Política III. Ed. Jorge Zahar . Rio de Janeiro. PPGH- Filosofia. UFRGS. 2002.

SOREL, Georges. Reflexões sobre a violência. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

TRAGTENBERG, Maurício. Reflexões sobre o socialismo. Ed. Moderna. São Paulo, 1986.

HONORIO MARTÍNEZ, J. NEOLIBERALISMO Y GENOCIDIO EM EL RÉGIMEN FUJIMORISTA. (English). Historia Actual On-Line, v. 19, p. 65–75, 2009. Universidad Nacional Autónoma de México.

HOBBSBAWN, Eric. A era dos extremos: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSBAWN, Eric. Globalização, Democracia e Terrorismo, São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HARVEY, David. O Neoliberalismo História e Implicações, 2008. Edições Loyola. São Paulo.

WOODCOCK, George. História das idéias e movimentos anarquistas. Vol.2. Coleção POCKET. 2008.

DOCUMENTOS DIGITALIZADOS

ANY, Cury. GASPARIN, Gabriela. Jornal G1: Planejado contra inflação , Plano Collor deu início abertura comercial. <http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/09/planejado-contrahiperinflacao-plano-collor-deu-inicio-abertura-comercial.html> >>, acesso 2019.

ARANTES, JOSÉ. T. Jornal da USP: peculiaridade da experiência autonomista no México. Disponível << <https://jornal.usp.br/ciencias/livro-investiga-peculiaridades-da-experiencia-autonomista-no-mexico/> >>, acesso 2019.

ARCHIVO,CHILE.Disponível<[http://www.archivochile.com/Chile actual/21_est_ide/c_hact_estidea0001.pdf](http://www.archivochile.com/Chile_actual/21_est_ide/c_hact_estidea0001.pdf) >, acesso 2019.

ALTMAN, Max. Jornal Opera Mundi: Hoje na história termina a conferencia de Bandung. Disponível < <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/3788/hoje-na-historia-termina-a-conferencia-de-bandung> >, acesso 2019.

ANDRÉ, Couto. Jornal Estado de São Paulo 1992-1994. Partido da Reconstrução Nacional.Disponível<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetetematico/partido-da-reconstrucao-nacional-prn> >, acesso 2019.

ANDRADE, Paulo. Jornal da USP-FFLCH: Fim da Guerra do Vietnã. Disponível < <https://www.ffiich.usp.br/576> >, acesso 2019

BNDES.Privatizações Federais.PND.Disponível<<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/> > , acesso 2019 .

BUCCHIONI, Enio. Jornal Insurgência: situações pré-revolucionárias no Chile de Allende. Disponível: < <http://www.insurgencia.org/as-diversas-situacoes-da-luta-de-classes-sob-o-capitalismo-uma-retrospectiva-das-situacoes-pre-e-revolucionaria-no-chile-de-allende/> >, acesso 2019.

BATISTA, Liz. Jornal do Estadão: Alta do Petróleo Fez País viver crise nos anos de 1970. < Disponível: < <https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,alta-do-petroleo-fez-pais-viver-crise-nos-anos-1970,10618,0.htm> >, acesso 2019.

CARNEIRO, Henrique. Esquerda Online: os três eixos do programa neofascismo . Disponível<<https://esquerdaonline.com.br/2018/09/26/os-tres-eixos-do-programa-neofascista/> >, acesso 2019.

CEPAL (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE). Jornal o Globo. Disponível < <https://oglobo.globo.com/economia/taxa-de-pobreza-atinge-184-milhoes-de-pessoas-na-america-latina-revela-cepal-23374086> >>, acesso 2019.

CUBANO, Jairo. Jornal Inverta: neoliberalismo e sufocamento da classe trabalhadora. Disponível < <https://inverta.org/jornal/edicao-imprensa/437/debate/neoliberalismo-e-o-sufocamento-da-classe-trabalhadora> >, acesso 2019.

CIENFUNTES, Pedro. Jornal El país. A memória do horror no Estádio Nacional do Chile. Disponível <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/11/deportes/1433979308_782555.html > , acesso 2019 .

FARANELLI, Victor. Jornal chileno TVN: congresso chileno declara Pinochet oficialmente como ditador e terrorista de Estado. Disponível <<https://www.brasilefato.com.br/2016/10/08/congresso-chileno-declara-pinochet-oficialmente-como-ditador-e-terrorista-de-estado/> >>.

FERNANDES, SUDRÉ E PINTA. Jornal Brasil de Fato: Terceira maior mineradora do mundo, empresa tem trajetória marcada por crimes contra o meio ambiente e comunidades. Disponível. < <https://www.brasilefato.com.br/2019/01/29/historico-de-violacoes-da-vale-vai-muito-alem-de-mariana-e-brumadinho/>>>, acesso 2019 .

FOLHAPRESS-FOLHA DE SÃO PAULO. Independente. Disponível < <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wpSnZPwqqO4J:https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1990.shtml+&cd=13&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> >>, acesso 2019.

MARIO, Russo. Jornal o globo. Privatizações ganharam força a partir dos anos de 1990. Disponível <<https://exame.abril.com.br/brasil/o-plano-de-privatizacoes/>>., acesso 2019.

MANUEL, Ventura . Jornal globo economia. Dados mundiais da pobreza. Disponível <<https://oglobo.globo.com/economia/onu-divulga-dados-mundiais-de-pobreza-sem-informacoes-sobre-brasil-23085580> >, acesso 2019.

MIGALHAS. Jornal Independente. Ex-ministra Zélia Cardoso é absolvida de crime de corrupção.<<https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI27663,71043Ex+ministra+Zelia+Cardos+e+absolvida+de+crime+de+corrupcao+passiva>>, acesso 2019 .

TERRA. Jornal Independente. Morto 1996 PC Farias foi pivô de escândalo de corrupção que derrubou o ex-presidente Fernando Collor de Mello. Disponível <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/veja-como-estao-hoje-os-personagens-do-esquema-montado-popcfarias.>>>, acesso 2019.

MONTE, Rocio. Jornal El País: Morre ‘ El Lobo ‘, líder da caravana da morte da ditadurachilena, Disponível <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/09/internacional/1457544595_780357.html >, acesso , 2019 .

OLIVEIRA, Nilmar . Jornal Agencia Brasil. IBGE-Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza> >>, acesso 2019.

PALMA, Christian. Jornal argentino: Dawson a ilha do terror. Disponível < <http://www.ihu.unisinos.br/171-noticias/noticias-2013/516996-dawson-a-ilha-do-terror>, Acesso, 2019.

PONSO, Fábio. Jornal o Globo. Rebeliões e massacres em presídios que chocaram o mundo. Disponível < <https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/rebelioes-massacres-em-presidios-casos-que-chocaram-brasil-o-mundo-20824979> >>, acesso 2019.

PINTO, Tales. Jornal Brasil Escola: Itamar economia <<https://brasilecola.uol.com.br/historiab/itamar-economia.htm> >>, acesso 2019.

PONTES, Felipe. Jornal Agencia Brasil: conflito agrário: 20 anos após o massacre, tensão persiste em Eldorado dos Carajás.<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-04/conflito-agrario-20-anos-apos-massacre-tensao-persiste-em-eldorado> >>, acesso 2019.

RODRIGUEZ, Lino. Jornal o Globo: Itamar Franco iniciou o processo de privatizações de empresas estatais. Disponível < <https://oglobo.globo.com/politica/itamar-franco-iniciou-processo-de-privatizacoes-de-empresas-estatais-2715651> >, acesso 2019.

SANTANA, CARLOS. Jornal da USP- Carta Internacional: Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. Disponível <<file:///C:/Users/josea/Downloads/403-Texto%20do%20artigo-1227-1-10-20160407.pdf> >>, acesso 2019.

SOARES, Tiago. Carta Maior: memórias de um Brasil privatizado. Disponível < <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Memoria-de-um-Brasil-privatizado/7/16016> >>, acesso 2019.

JORNAL INDEPENDENTE DEUTSCHE WELLE. Disponível < <https://www.dw.com/pt-br/a-divis%C3%A3o-da-alemanha-de-1945-a-1989/a-958753-0> > acesso, 2019.

OSPINA, Hermando. Jornal le Monde diplomatique : Política Latino Americana : Na Nicarágua , a sobrevivência do sandinismo . Disponível:< <https://diplomatique.org.br/nicaragua-a-sobrevivencia-do-sandinismo/> >>, acesso 2019.

